



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE
LINGUAGEM**

GEOVANA PORTELA DE MOURA

***VISA GRAMATICALIZAR: O PROCESSO DE
GRAMATICALIZAÇÃO DE VISAR***

**CUIABÁ-MT
2016**

GEOVANA PORTELA DE MOURA

**VISA GRAMATICALIZAR: O PROCESSO DE
GRAMATICALIZAÇÃO DE VISAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, para Exame de Qualificação, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem. Área de Concentração: História e Descrição do Português Brasileiro. Orientação: Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio.

**CUIABÁ-MT
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M929v Moura, Geovana Portela de.
VISA GRAMATICALIZAR: : O PROCESSO DE
GRAMATICALIZAÇÃO DE VISAR. / Geovana Portela de Moura.
-- 2016
163 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Lúcia Regiane Lopes-Damasio.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de
Linguagens, Cuiabá, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Linguística Funcional. 2. Gramaticalização. 3. Verbo visar. I.
Titulo.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO-GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 , - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : (65) 3615-8408 - Email : secretariameel@hotmail.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Visa Gramaticalizar: O Processo de Gramaticalização de Visar"

AUTORA: Geovana Portela de Moura

Dissertação defendida e aprovada em 29 de abril de 2016.

Presidente da Banca / Orientadora: Lúcia Regiane Lopes-Damasio
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Interno: Doutor André Luiz Rauber
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Externo: Doutor Leosmar Aparecido da Silva
Instituição: Universidade Federal de Goiás

Examinadora Suplente: Doutora Lirian Daniela Martini
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

CUIABÁ, 29 de abril de 2016

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Cline das classes de palavras.....	18
Esquema 2: Passagem léxico-gramática (MEILLET, 1912 <i>apud</i> GONÇALVES <i>et al.</i> , 2007, p. 22)	22
Esquema 3: Trajetória de mudança a partir do discurso.	38
Esquema 4: <i>Continuum</i> de GR de Hopper & Traugott (1993).	40
Esquema 5: <i>Continuum</i> categorias cognitivas.....	41
Esquema 6: Continua da articulação de cláusulas.....	56
Esquema 7: <i>Contiuum</i> de dessentencialização da subordinada	58
Esquema 8: <i>Continuum</i> da GR de verbo.....	60
Esquema 9: <i>Continuum</i> entrelaçamento das orações (LEHMANN, 1988).....	61
Esquema 10: <i>Continuum</i> de abstratização (HEINE <i>et al.</i> , 1991).	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Processo de Gramaticalização (LEHMANN, 2002, p. 17).....	42
Quadro 2: Datação jornais do corpus diacrônico.....	100
Quadro 3: Nome dos Jornais/Siglas.....	103
Quadro 4: Siglas das seções	104
Quadro 5: Usos diacrônicos de visto.....	112
Quadro 6: Padrões de visar: características sintáticas e semântico-pragmáticas.	139
Quadro 7: traços semânticos e acepções de <i>visar</i>	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A negação no Francês	64
Tabela 2: Veículos e tópicos na abstração metafórica (HEINE <i>et al.</i> , 1991, p. 158).....	77
Tabela 3: Relações prototípicas (HEINE <i>et al.</i> , 1991, p. 160).	78
Tabela 4: Tipos de constituintes linguísticos (HEINE <i>et al.</i> , 1991, p. 160).....	79
Tabela 5: Correlação entre o caso e a categoria prototípica (HEINE <i>et al.</i> , 1991, p. 160)....	79
Tabela 6: Acepções de visar.....	109
Tabela 7: Propriedades estruturais de visar.....	142
Tabela 8: Traços semânticos do sujeito.	146

LISTA DE IMAGENS

Figura 2: Themis Matogrossense (1840).....	101
Figura 3: Echo Cuiabano (1850).	102
Figura 4: Jornal Agora MT (2014).	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Usos de visto.....	114
Gráfico 2: Comparativo visto e visar.	114
Gráfico 3: Padrões diacrônicos de visar.....	137
Gráfico 4: Padrões sincrônicos de visar.....	138
Gráfico 5: Propriedades estruturais de visar.	143
Gráfico 6: Traços semânticos do sujeito.	146
Gráfico 7: Acepções de uso do verbo visar.....	152

RESUMO

Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro – Mato Grosso (PHPB-MT), tem como objetivo principal estudar o processo de mudança linguística das construções com o verbo *visar*. Para tanto, fundamenta-se em estudos sobre Gramaticalização (GR), na perspectiva da Linguística Funcional, conforme Bybee (2010), Hopper (1991), Hopper & Taugott (1993), Traugott & Heine (1991), Gonçalves *et al.* (2007) e Lopes-Damasio (2008, 2011). A GR, enquanto teoria e processo, será entendida como um mecanismo produtivo de reinterpretação de material linguístico disponível no repertório da língua, de acordo com uma perspectiva que focaliza itens em construções mais gramaticais que surgem a partir da extensão do uso de itens lexicais ou menos gramaticais, em um processo de mudança diretamente ligado ao ato comunicativo. Este estudo divide-se em dois momentos distintos, mas intrinsecamente associados: (I) de natureza bibliográfica, no qual se busca uma fundamentação a respeito de GR, partindo da abordagem teórica de sua concepção até a de seus mecanismos fundamentais; (II) de natureza empírica, no qual foi mapeada a trajetória de GR das construções com o verbo *visar*, por meio de uma descrição-analítica do comportamento sintático, semântico e pragmático do item à luz dos pressupostos da GR. As ocorrências com o objeto dessa pesquisa foram levantadas e analisadas a partir de uma amostra pancrônica, ou seja, da conjugação entre as amostras sincrônica e diacrônica, extraídas de jornais escritos e publicados no estado de Mato Grosso, nos séculos XIX, XX e XXI, a fim de captar a variação e comprovar a mudança histórica do fenômeno em estudo. Concluímos que *visar* está num processo de GR, em que parte do uso mais concreto, como verbo pleno, significando olhar, para um uso mais abstrato, na formação de perífrase (*visar* + infinitivo) com marcação de volição.

Palavras-chave: Linguística Funcional; Gramaticalização, verbo *visar*.

ABSTRACT

This paperwork, developed within the Project for the History of the Brazilian Portuguese - Mato Grosso (PHPB-MT), aims to study the linguistic change process of the constructions with the verb *visar* (in Brazilian Portuguese). Therefore, it is based on studies of Grammaticalization (GR) from the perspective of Functional Linguistics, according to Bybee (2010), Hopper (1991), Hopper & Taugott (1993), Heine & Traugott (1991), Gonçalves *et al.* (2007) and Lopes-Damasio (2008, 2011). The GR, while theory and process, will be understood as a productive reinterpretation mechanism of available linguistic material in the language repertory. In this perspective, focuses items in more grammatical constructions that arise from the extent of the use of lexical items, as well as less grammatical items, in a process of change directly linked to the communicative act. This study is divided into two distinct periods, but intrinsically associated: (i) of bibliographic nature, in which intends to make a grounding to GR, starting on the theoretical approach of its conception to its fundamental mechanisms; (ii) of empiric nature, in which it was map the GR trajectory of the constructions with the verb *Visar*, through an analytical-description of the syntactic, semantic and pragmatic behavior of the item according to the assumptions of GR. Occurrences with this research's object was be raised and analyzed from a panchronic sample; in other words, the combination between the synchronic and diachronic samples, extracted from written and published papers in Mato Grosso state in XIX, XX and XXI centuries; in order to capture the change and testify the historical change of the phenomenon under study. We concluded that *visar* is a GR process, wherein he part of the more concrete use as a complete verb, meaning *to look* at a more abstract use in the formation of periphrasis (*visar* + infinitive) with volition marking.

Keywords: Functional Linguistics; Grammaticalization, the verb *visar*.

a Deus,
por mais essa oportunidade de aprendizado.
a minhas mães (Lindaura e Maria Áurea),
que sempre foram meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

À Lúcia Regiane Lopes-Damasio por ter aceitado me orientar; por ter me ensinado tanto sobre o mundo da pesquisa, e, principalmente, através do seu exemplo, ter me ensinado sobre seriedade, profissionalismo e competência; por ter sido compreensão e amparo quando precisei. Minha eterna gratidão!

Aos professores André Luiz Rauber, Ana Carolina Sperança Criscoulo e Leosmar Aparecido da Silva pelas sugestões que tanto enriqueceram este trabalho.

A todos os professores do programa de mestrado por terem colaborado com meu arcabouço teórico, em especial, Simone Padilha e Solange Barros, e às professoras Maria Rosa Petroni e Divanize Carbonieri pelo apoio e pela atenção.

Às professoras Vânia Cristina Casseb-Galvão, Mariangela Rios e Maria Maura Cezario por terem ampliado minha visão sobre Gramaticalização.

A todos os professores que contribuíram nessa minha caminhada rumo ao saber, especialmente à minha primeira professora Aldair Nogueira Martins, e Celeste Garcia Ribeiro pelo incentivo, pela ajuda e amizade.

À minha família, minha mãe e minha tia, pelo que sou, por terem me apoiado e me incentivado na continuidade dos meus estudos e por entenderem a minha ausência; meus tios Daniel (*in memória*) e Paulo por serem minhas figuras paternas; minha tia Laurinda por sempre ter me incentivado nos estudos; e à minha saudosa avó, exemplo de mulher guerreira, sei que ela sempre está ao meu lado...

Aos meus primos, Geovani Gomes Portela e Cícera Simões Leão Portela, por terem sido minha família em Cuiabá.

Aos meus amigos/anjos, Renata Siqueira, Ketheley Freire, Suammy Priscila Rodrigues, Márcia Cristina, Geany Oliveira, Ana Rafaela Pecora, Rosilene Lara Pinto, Jordana Lenhart, Vivian Barros Pereira, Fábio Queiroz, Andréia Lorenzet, Nádia Gomes e Thaila Vilas Boas, por terem sido ombro, ouvido e atenção, fazendo a minha caminhada mais leve.

A todos os amigos do mestrado, todos os amigos que fiz nesses dois anos e todos aqueles que continuam em minha vida. Obrigada por torcerem por mim!

À família Fonte de Paz por ter sido refúgio...

À equipe da Superintendência do Arquivo Público de Mato Grosso, principalmente, ao Waltemberg Santos, pela atenção e disposição em ajudar, esse acolhimento fez a diferença nos quatro meses de trabalho na coleta do *corpus*.

À Seduc por ter cedido a minha licença qualificação.

Se as coisas são inatingíveis...ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

(Mario Quintana)

SUMÁRIO

PARTE I	17
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	17
CAPÍTULO 1: GRAMATICALIZAÇÃO	18
1.1. Introdução ao estudo da Gramaticalização.....	18
1.2. Breve contextualização histórica da Gramaticalização	21
1.3. Sincronia, diacronia e história: a abordagem coseriana	31
1.4. Princípio da unidirecionalidade.....	38
1.5. Principais autores da GR e suas contribuições.....	45
1.5.1. Givón: a mudança através do discurso	45
1.5.2. Heine & Reh: a mudança empírico-descritiva	47
1.5.3. Heine: a mudança de pleno para auxiliar.....	49
1.5.4. Lehmann: a mudança a partir de parâmetros sincrônicos	52
1.5.4.1. GR de cláusulas: a mudança a partir da articulação	54
1.5.5. Hopper: a mudança da gramática emerge do discurso.....	62
1.5.6. Traugott: a mudança abordada pela semântica e pragmática	66
1.6. Visa ao entendimento.....	69
CAPÍTULO 2: MECANISMOS DO PROCESSO DE GR	71
2. 1. Mudança semântica	71
2.1.1. Processos metafóricos.....	71
2.1.1.1 Modelo de Heine <i>et al.</i> (1991).....	77
2.1.1.2 O modelo de Sweetser (1988, 1991).....	82
2.1.1.3. O princípio da iconicidade	83
2.1.2 Processo Metonímico.....	87
2.1.3. Correlação entre Metáfora e Metonímia	89
2.2. Mudança Morfossintática	91
2.2.1. Reanálise	91
2.2.2. Analogia.....	94
2.3. Visa ao entendimento	96
PARTE II	98
UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	98
PARTE III	107
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	107
CAPÍTULO 1: VISAR – FORMAS E FUNÇÕES EM PANCRONIA	108

1. Uma análise de <i>visar</i>	108
2. Levantamento etimológico	108
3. Padrões associados	111
4. Análise pancrônica	115
4.1. Aspectos gerais sobre os usos de <i>visar</i>	137
5. Sistematizando as propriedades de <i>visar</i>	140
5.1. <i>Visar</i> : propriedade estruturais	140
5.2. <i>Visar</i> : propriedades semânticas e pragmáticas.....	144
5.2.1. Traços semânticos do sujeito.....	144
5.2.2. Traços semânticos dos complementos internos	147
5.2.3. Acepções de uso de <i>visar</i>	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
Sites	161
BIBLIOGRAFIAS	162

INTRODUÇÃO

I. Apresentação

Esta pesquisa se insere no quadro teórico do funcionalismo linguístico, segundo o qual é através das funções comunicativas do discurso que as estruturas linguísticas são organizadas. Nosso estudo terá por base, sobretudo, os moldes do funcionalismo desenvolvido pela vertente americana, que tem como principais nomes os de linguistas como Givón (1979/1983), Hopper (1991), Hopper e Traugott (1993), entre outros. No Brasil, seguem essa vertente, a título de exemplificação, Martelotta *et al.* (1996), Longhin (2003), Lopes-Damasio (2008, 2011), Oliveira (2001), Cezário (2001) e Casseb-Galvão (1999). Além desses, amparamo-nos, também, nos postulados de autores pertencentes ao grupo funcionalista alemão, Lehmann (1988) e Heine *et al.* (1991), uma vez que tratam especificamente sobre os verbos, objeto deste trabalho.

Utilizaremos, desta corrente linguística, o arcabouço teórico da Gramaticalização (GR, daqui em diante), definido, genericamente, como um processo linguístico no qual um item/construção lexical adquire caráter gramatical, ou, se gramatical, passa a ser mais gramatical, com o objetivo de descrever o comportamento sintático, semântico e pragmático de *visar*, com o significado de *ter por objetivo*, em processo de mudança.

Dessa forma, os processos de GR do verbo *visar* foram analisados numa perspectiva pancrônica (conjugação de dados sincrônicos e diacrônicos). Para tanto, utilizamos jornais produzidos no estado de Mato Grosso. A amostra diacrônica é composta por dados pertencentes aos jornais do século XIX e XX, encontrados no acervo iconográfico da Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso, e a amostra sincrônica é composta por ocorrências encontradas nos jornais *on-line* pertencentes ao século XXI, conforme especificações apresentadas na Parte II desta dissertação.

Este estudo insere-se no Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), iniciado em 1997, coordenado pelo professor/pesquisador Ataliba Teixeira Castilho e que tem por objetivo conhecer e descrever a realidade linguística do português do Brasil. Atualmente, fazem parte dele 15 equipes: Universidade Federal

de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara e São José do Rio Preto - e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Essa última equipe, criada em 2011, além da própria Universidade Federal de Mato Grosso, é composta também pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e é coordenada pelo professor Elias Alves de Andrade. Com o objetivo de estudar a variante do português encontrada nesse estado, dois subgrupos foram organizados, a saber: (i) para a formação de *corpora* do português mato-grossense; e (ii) para estudos da história e variedades do português mato-grossense.

Nesse sentido, a presente dissertação, ao se inserir na equipe do PHPB/MT, subsidiada na UFMT, desenvolve-se sob a perspectiva de colaborar com o segundo subgrupo de trabalho, uma vez que traremos a descrição da ocorrência de uma construção nas publicações dos jornais produzidos, tão somente, em Mato Grosso.

II. Proposta e objetivos de trabalho

O objetivo principal desta pesquisa é o de estudar, com base em fontes históricas do português, o processo de mudança linguística de construções com o verbo *visar*, como parte de um mecanismo muito produtivo de reinterpretação de material linguístico disponível no repertório da língua. Processos similares são referidos, na literatura linguística, como casos legítimos de GR.

Para tanto, dois objetivos mais específicos serão contemplados. O primeiro, de natureza bibliográfica, consiste em buscar uma fundamentação teórica sólida a respeito de GR, uma vez que, nas discussões sobre o tema, é possível reconhecer diferentes concepções para esse fenômeno de criação linguística; e o segundo, de natureza empírica, consiste em mapear a trajetória de GR das construções com o verbo *visar*, o que será possível através da descrição do comportamento sintático,

semântico e pragmático do item envolvido. Com essa finalidade, há a necessidade de percorrer um caminho ainda mais específico:

(1) descrever os correlatos formais e funcionais dos empregos do verbo *visar*, em dados do português contemporâneo, estabelecendo um quadro ilustrativo dos diferentes usos desse item, ordenando-os do mais concreto, até os mais abstratos, de acordo com um *cline* de aumento de gramaticalidade que enfatiza o aspecto da categoricidade de formas em GR;

(2) buscar uma confirmação histórica para a descrição sincrônica dos usos de *visar*, a fim de checar a validade do princípio da unidirecionalidade e também os contextos que teriam propiciado as mudanças de categoria e sentido.

Para (1) e (2), buscar-se-á focalizar o estudo da transitividade verbal, a fim de observar os usos do verbo *visar* com argumento interno não preposicionado, em construções do tipo “*visar*+infinitivo”, numa estreita correlação entre os aspectos semântico-pragmáticos e funcionais assumidos por esse verbo em tais construções.

Sendo assim, as ocorrências de *visar* serão levantadas e analisadas a partir de uma amostra diacrônica e sincrônica de documentos do português constituídos no modo escrito do registro.

III. Organização do trabalho

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: PARTE I – Pressupostos teóricos, PARTE II – Universo da pesquisa e procedimentos metodológicos e PARTE III – Uma proposta de análise.

A Parte I – Pressupostos teóricos – é composta por dois capítulos. No Capítulo 1, intitulado “Gramaticalização”, apresentamos: (i) os conceitos chave para o entendimento da GR; (ii) um breve percurso histórico da GR, nos estudos linguísticos, e a sua definição; (iii) o entendimento de língua, no qual este trabalho se respalda, como unidade concreta, histórica e em constante “fazimento”, assim como apregoa Coseriu (1979) em oposição à visão de língua proposta por Saussure no *Curso de Língua Geral* (1916[2006]); (iv) o princípio da unidirecionalidade como deslizamento unidirecional e gradual de mudança; e (v) os principais autores e suas

contribuições nos estudos sobre mudança gramatical, a saber, Givón (1979), Heine & Reh (1984), Heine (1993), Lehmann (1995[1982], 1988), Hopper (1988, 1991), Traugott (1995, 2001, 2010) e Traugott & Koning (1991).

No Capítulo 2, denominado “Mecanismos do processo de GR”, apresentamos os mecanismos e motivações que envolvem o processo da GR, em duas partes: (i) Mudança semântica, na qual abordaremos: os processos metafóricos na perspectiva de Heine *et al.* (1991) e Sweetser (1988,1991); o princípio da iconicidade; o processo metonímico; e a correlação entre a Metáfora e Metonímia nos estudos de GR, como processos que se complementam; e (ii) Mudança morfossintática, em que trazemos os conceitos de Reanálise e Analogia, assim como a sua atuação no processo de mudança gramatical.

Na Parte II – Universo da pesquisa e procedimentos metodológicos – apresentamos o *corpus* investigado, os recortes diacrônicos e sincrônico e o método utilizado para a sua coleta e análise.

A Parte III – Uma proposta de análise – é composta por um Capítulo “*Visar*: formas e funções em pancronia”, no qual apresentamos: (i) levantamento etimológico do item e suas concepções; (ii) padrões associados, ou seja, usos que reportam às acepções de *visar*; (iii) análise pancrônica – qualitativa e quantitativa – dos padrões de uso do verbo em estudo, a partir das ocorrências coletadas para exemplificação de cada *type*; (iv) sistematização das propriedades analisadas de *visar*, em estruturais, semânticas e pragmática, traços semânticos do sujeito e acepções de uso do item em questão.

Nas Considerações finais, realizamos uma sistematização dos resultados alcançados neste estudo.

PARTE I
PRESUPUESTOS TEÓRICOS

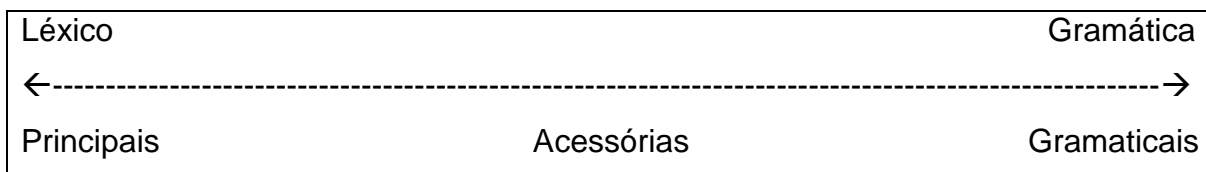
CAPÍTULO 1: GRAMATICALIZAÇÃO

1.1. Introdução ao estudo da Gramaticalização

A GR, neste trabalho, será entendida como um *processo* de mudança que leva itens/construções lexicais a assumirem forma e função(ões) gramatical(is) ou mais gramatical(is), que seguem um percurso gradual de transformações não transparentes. Para entendermos, de fato, a GR, faz-se necessária a explicitação dos termos utilizados para defini-la, tais como: lexical, gramatical e suas variações. A distinção entre léxico e gramática, para Martellota (2008, p. 43), tem origem na gramática greco-romana que parte da categorização dos elementos em dez classes de palavras – substantivo, artigo, adjetivos, pronome, verbo, numeral, advérbio, preposição, conjunção e interjeição –, de forma que cada item pertença a uma classificação fixa, não havendo, assim, possibilidade de posições intermediárias ou ambíguas. Para Longhin, “essa classificação não dá conta de agrupar coerentemente os vários tipos de palavras, pois combina critérios de ordem diversa – formal, semântica e funcional – a partir dos quais se chega a resultados conflitantes” (LONGHIN, 2003, p. 75).

Nessa perspectiva, Meillet (1912) compreende a passagem do léxico para a gramática de forma gradual, através da distinção de três classes de palavras: as principais, as acessórias e as gramaticais (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 22). Longhin (2003), acerca da proposta de Meillet, esclarece que os nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais pertencem à primeira classe, em que se encontram aquelas palavras indicadoras das ideias centrais; as preposições, conjunções e os auxiliares às outras duas classes subsequentes, que, de acordo com Meillet, tratam das palavras cuja função é a de especificar o valor das principais, como também regular a gramática da língua. A autora salienta já existir, nessa proposta do pesquisador francês, a preocupação em relativizar esse “enquadramento”, pois, dependendo do enunciado, a palavra pode desempenhar outra função que não aquela previamente definida.

Esquema 1: *Cline* das classes de palavras



Martelotta *et al.* (1996), em consenso com o estudo de Meilett, assevera que uma distinção categórica entres os conceitos de léxico e gramática é problemática, pois há elementos, como o advérbio, que apresentam características que tanto podem defini-lo como um item lexical quanto como um item gramatical. Então, propõe que a distinção entre léxico e gramática seja entendida como um *continuum*, como apresentado acima, no qual, de um lado, encontram-se elementos *prototipicamente*¹ *lexicais*, cujas propriedades referenciam dados do universo bio-psíquico-social, indicando entidades, ações, processos, estados e qualidades. Enquadram-se nessa categoria os substantivos, os adjetivos e os verbos plenos. Do outro, elementos *prototipicamente gramaticais*, cujas características cuidam de organizar os elementos de conteúdo no discurso, ligando palavras, orações e partes do texto, marcando noções de tempo, aspecto, modo, modalidade etc. Pertencem a essa divisão os artigos, as conjunções, as preposições, os marcadores discursivos e os verbos auxiliares.

Hopper & Traugott (1993 *apud* CARVALHO, 2004) também partem da distinção entre itens lexicais e gramaticais para explicar como se caracteriza uma forma gramaticalizada. Para eles, os itens lexicais são utilizados para relatar ou descrever as coisas, as ações e as qualidades; já os itens gramaticais são aqueles que estabelecem relações entre nomes (função das preposições); articulam os discursos (função dos conectivos); designam se coisas ou seres do texto já foram ou não identificados (atribuição dos pronomes e artigos); e revelam se essas coisas ou seres estão próximos ou distantes do falante ou do ouvinte (papel desempenhado pelos demonstrativos). Nesse sentido, uma forma gramaticalizada é aquela que um item/construção lexical assume quando passa a desempenhar funções de um item/construção gramatical.

¹ Segundo Lopes-Damasio (2008), as mais diversas teorias dos protótipos entendem que as categorias linguísticas têm sua organização definida a partir de seus melhores exemplos, por isso, chamados de *protótipos*. Com o tempo, porém, os sentidos das unidades linguísticas tendem a se afastar do sentido prototípico, ou seja, do primeiro sentido.

Nessa mesma perspectiva, Heine *et al.* (1991 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008) apresentam os conceitos: fontes e gramaticais. Os conceitos fontes referem-se a elementos caracterizados por lexemas, que possuem significação própria e codificam objetos concretos, processos, localizações e dêixis. Os conceitos gramaticais estão ligados a elementos mais abstratos, codificados por formas não lexicais, como auxiliares, partículas, clíticos, afixos etc., e caracterizam-se por serem determinados na estrutura de uso.

Bybee *et al.* (1994 *apud* CARVALHO, 2004) distinguem morfemas lexicais de morfemas gramaticais. Para os autores, os primeiros são aqueles pertencentes às classes abertas de palavras, que se caracterizam por terem significados mais específicos; já os morfemas gramaticais são aqueles que integram uma classe fechada e os seus constituintes são caracterizados por determinados comportamentos gramaticais, como a posição de ocorrência, as restrições de co-ocorrência etc.

Nessa mesma direção, Traugott (2001) distingue três espécies de termos: (i) *itens lexicais*: são, muitas vezes, unidades independentes, palavras de classe aberta, em seus primeiros estágios; (ii) *construções*: são unidades das quais as cláusulas são construídas, incluindo os itens lexicais de classe aberta e itens gramaticais de classe fechada, como as preposições e os verbos auxiliares; e (iii) *função gramatical*: classe relativamente fechada de itens específicos do idioma, como pronomes, objetos, adjuntos etc. A essa classe, a autora também inclui os marcadores discursivos.

Nos estudos de Gonçalves *et al.* (2007) e Lopes-Damasio (2011) a GR pode ser definida como *processo* e/ou como *paradigma/modelo conceitual*. A GR é entendida como *paradigma/modelo conceitual* em estudos de língua cujo foco está na maneira como as formas gramaticais e construções aparecem e como são usadas pelos falantes. Já os estudos que se detêm na identificação e análises dos itens que se transformam em mais gramaticais entendem-na como *processo*, que pode ser considerado a partir de uma perspectiva *diacrônica*, que focaliza a explicação do surgimento e desenvolvimento das formas gramaticais, em relação ao passar do tempo; a partir de uma perspectiva *sincrônica*, se o estudo estiver voltado para um enfoque pragmático-discursivo e sintático, a partir do qual identificará o grau de gramaticalidade adquirido pela forma linguística; ou *pancrônica*, quando partir do entendimento da interdependência dessas duas perspectivas, sincrônica e diacrônica. É essa última visão de recorte temporal que utilizaremos neste trabalho. A justificativa

dessa escolha será apresentada na seção “Sincronia, diacronia e história: a abordagem coseriana”.

Para Martelotta *et al.* (1996), a GR é um “processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (MARTELOTTA *et al.*, 1996, p. 46). Sendo assim, como resultado do processo, adquire-se um elemento que tende a ser mais regular ou previsível, uma vez que parte da criatividade do discurso para alcançar a restrição gramatical.

Na distinção que Martelotta (2008) faz entre léxico e gramática, o léxico refere-se aos elementos que fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, que “refletem uma associação mais direta com fatos do mundo extralinguístico”. Enquadram-se nessa categoria os substantivos, os adjetivos e os verbos plenos. E a gramática refere-se aos elementos organizadores dos itens lexicais no discurso, têm valor estrutural ou funcional e possuem um caráter mais intersubjetivo. Pertencem a essa divisão os artigos, as conjunções, as preposições, os marcadores discursivos e os verbos auxiliares.

A partir desses esclarecimentos terminológicos, evidenciamos que a GR, aqui, será entendida, assim como apregoam Hopper & Traugott (2010), como um processo unidirecional em que um item lexical ou construção, em certos usos, assume características mais gramaticais, ou, através da qual, um item gramatical se torna mais gramatical.²

1.2. Breve contextualização histórica da Gramaticalização

A noção de GR, segundo Hopper & Traugott (1993 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008, p. 27), já era conhecida no século X, na China, quando os escritores distinguiam os símbolos linguísticos “plenos” dos “vazios”. Gonçalves *et al.* (2007) ressaltam que esse conceito continuou a se desenvolver, durante o século XVII, graças aos estudos de Condillac e Rosseau, na França, e aos de Tooke, na Inglaterra. No século XVIII, a

² “whereby a lexical item or construction in certain uses takes on grammatical characteristics, or through which a grammatical item becomes more grammatical” (HOPPER & TRAUOGOTT, 2010, p. 2).

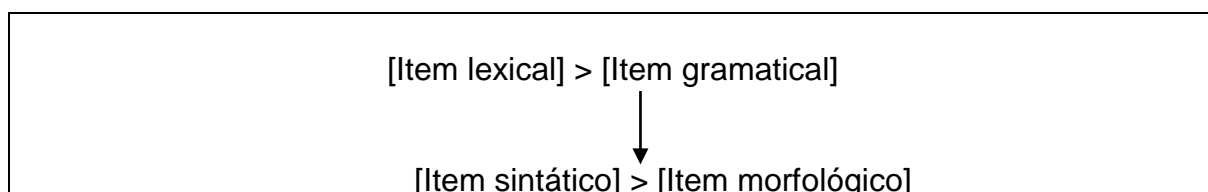
perspectiva de investigação foi continuada com os trabalhos de Bopp, Schelegel, Humboldt e Gabelentz, na Alemanha, e Whitney, nos Estados Unidos.

Nesse percurso histórico, Lehmann (1995[1982]), segundo Neves (2004, p. 113), atribui a Condillac a ideia de que é a partir dos lexemas que surgem as unidades gramaticais e das formas livres, os afixos; e a Tooke (1982), a conclusão de que as preposições derivam de nomes e verbos. Humboldt (1982), nesse período, destaca-se nas pesquisas sobre GR, pois, segundo Hopper & Traugott (1993), é ele que formula a tese de ter existido um período da estrutura gramatical da língua humana no qual o homem se comunicava através de ideias concretas.

Meillet (1912 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007; LOPES-DAMASIO, 2008), porém, é considerado a figura central dos estudos sobre GR, entendida por ele como uma ferramenta linguística e histórica cujo objetivo é dar conta das origens e das mudanças ocorridas nos morfemas lexicais. O autor cunhou o termo “gramaticalização” e foi o primeiro a desenvolver um estudo exclusivamente voltado à dinamicidade da língua no que concerne ao deslizamento de itens lexicais para itens gramaticais. Esse seu trabalho é de fundamental importância, pois contribui para legitimar, na linguística, a criação de formas gramaticais.

Na proposta desenvolvida por Meillet (1912 *apud* LONGHIN, 2003, p. 10), a GR também pode ser entendida como um processo sincrônico, uma vez que, num mesmo recorte temporal, a palavra principal pode coexistir com a acessória e com a gramatical. Essa afirmação é depreendida a partir do exemplo, apresentado pelo autor, do verbo francês *être*, em cujo uso podem ser encontradas as seguintes funções: (i) palavra principal ou verbo locativo (*Je suis chez moi*); (ii) palavra acessória ou verbo de ligação (*Je suis malade*); (iii) palavra gramatical ou verbo auxiliar (*Je suis parti, je suis allé*). A proposta de GR de Meillet, como já mencionado, envolve a passagem [léxico] > [gramática], na qual pertence ao lado gramatical a passagem [sintaxe] > [morfologia]:

Esquema 2: Passagem léxico-gramática (MEILLET, 1912 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 22)



Lopes-Damasio (2008) assevera que, após Meillet, essa linha de pesquisa perde força, uma vez que, no início do século XX, surge, no cenário linguístico, a divulgação do trabalho de Saussure, professor da Universidade de Genebra. Segundo Petter (2010), é a partir da publicação dos estudos desse linguista, compreendidos no livro denominado Curso de Linguística Geral (CLG), em 1916, que a Linguística passa a ser reconhecida como estudo científico, pois, até então, ela era dependente de outros campos de estudo, como a lógica, a filosofia, a retórica, a história, ou a crítica literária. Para esse cientista genebrino, a língua (*langue*) é o objeto de estudo da Linguística, essa “é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 17). A fala (*parole*), por outro lado, definida como “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 22), será descartada de sua análise. Dessa forma, o estudo linguístico, proposto por Saussure, “tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 271).

Se, anteriormente, a Linguística baseava-se nos estudos diacrônicos e no “fato evolutivo”,³ a partir de Saussure, o ponto de vista dos estudos das línguas passa a ser o sincrônico, o “fato estático”,⁴ pois, para ele, “a Linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva”; já ao contrário dessa, a Linguística diacrônica focalizará as “relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema em si” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 116).

Dessa forma, para esse estudioso, a regularidade é estabelecida nos fatos sincrônicos, já que os fatos diacrônicos são imperativos. Saussure conceituou a língua, portanto, como algo estático, homogêneo e unitário; sendo assim, tudo que fosse de caráter dinâmico estaria em conflito com suas proposições. Por esse motivo, segundo Lopes-Damasio (2008), o linguista genebrino, para manter a sua concepção estruturalista, manteve-se afastado dos assuntos referentes à mudança. Nesse

³ De acordo com Saussure (1916[2006]), os fatos diacrônicos impõem-se à língua, mas não apresentam nada mais de geral (SAUSSURE, 2006, p. 111).

⁴ Os fatos sincrônicos “apresentam uma certa regularidade mas não têm caráter imperativo” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 111).

sentido, todas as explicações que envolviam fatores históricos foram desconsideradas e, conseqüentemente, a GR, nesse período, foi, praticamente, delegada ao esquecimento. Sendo assim, os trabalhos envolvendo as mudanças ficaram enfraquecidos.

Nessa época, os estudos, no campo da mudança, que mais se destacaram pertencem a Jerzy Kurylowicz, Calvert Watkins e Émile Benveniste. Os dois primeiros abordam a GR com foco num processo de mudança linguística a partir da sincronia. A definição clássica de GR foi dada por Kurylowicz (1965/1975 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008, p. 28) considerada por tal estudioso um processo que “consiste no aumento do alcance de um morfema que parte de um item lexical para um gramatical ou de menos gramatical para um mais gramatical”, de acordo com a definição apresentada no primeiro parágrafo deste trabalho. Já Benveniste, conforme Hopper & Traugott (1993 *apud* NEVES 2004, p. 114), focaliza as mudanças de categorias linguísticas, em um artigo escrito em 1968, repetindo todas as ideias de Meillet a respeito da GR de verbos, porém, sem fazer nenhuma referência ao precursor e sem utilizar o termo.

Somente nos meados da década de 1970 é que o interesse pelas mudanças e por essa linha de estudo é retomado. Com esse retorno, os aspectos discursivo-pragmáticos, anteriormente ignorados pelos cientistas da língua, nos estudos de GR, passam a ter relevância a partir dos trabalhos feitos por Givón (1979 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 23). É dele, segundo Neves (2004, p. 115), a célebre frase: “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”. Dessa forma, a GR passa a ser compreendida como um processo de criação da gramática através das necessidades discursivas do falante, ou seja, essas necessidades motivarão um processo cíclico de mudança que partirá, como pode ser didaticamente ilustrado por meio de um *cline*,⁵ do discurso para a morfossintaxe: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero.

Traugott (1995) também entende a GR a partir do nível discursivo. Para a autora, trata-se de um processo pelo qual o material lexical, em contextos pragmáticos

⁵ *Cline* ou *continuum* é a indicação de que a mudança ocorre de forma unidirecional e gradual. Pressupõe, única e exclusivamente, a noção de categorias não discretas, que refletem a gradualidade sincrônica e diacrônica da mudança experimentada via GR, eliminando, portanto, qualquer espécie de separação clara entre itens/construções lexicais e gramaticais, suas categorias e funções (LOPES-DAMASIO, 2008, p. 20).

e morfossintáticos altamente restritos, torna-se gramatical. A pragmática, então, para Traugott (2011), é o estudo da língua em uso, ou seja, em que a mudança acontece, pois não é apenas interna, mas também externa ao sistema, podendo, por isso, ser impulsionada por fatores sociais atrelados a seus usuários.

Nesse sentido a autora em 1995, também considera o discurso enquanto um fator da mudança, na língua, porém não no sentido *Discurso > Sintaxe*, como destacamos na proposta de Givón. Ao contrário, “partindo da sintaxe já existente, via usos pragmáticos no discurso, temos uma nova sintaxe, operando diferentemente a partir de funções mais específicas” (LOPES-DAMASIO, 2008, p. 94-95). A gramática, nesse ponto de vista, não engloba apenas a fonologia, a morfossintaxe e a semântica, mas também as estruturas cognitivas e os aspectos comunicativos da linguagem, ou seja, a pragmática linguística, na qual o discurso está integrado.

Na década de 1990, vários nomes surgem com o propósito de investigar as mudanças linguísticas a partir da GR. Segundo Heine *et al.* (1991 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 22), esses autores afirmam que se trata de um processo que focaliza o “crescimento dos limites de um morfema que avança de um valor lexical para um valor gramatical ou de menos para o mais gramatical, i. é., de um formante derivacional para um formante flexional”.

Lichtenberk (1991) percebe a GR como um processo histórico, um tipo de mudança que tem certas consequências para as categorias morfossintáticas de uma língua e, portanto, para a gramática dessa língua. Sendo assim, esse autor, segundo Carvalho (2004), não entende a GR como um processo em si mesmo, ou seja, por meio do qual morfemas lexicais se desenvolvem em gramaticais.

Para Lehmann (1995[1982]), segundo Gonçalves *et al.* (2007, p. 70), a GR é “um processo que transforma lexemas em formativos gramaticais e formativos gramaticais em mais gramaticais ainda”. O autor propõe seis parâmetros⁶ para medir o grau de autonomia de um signo. Nessa perspectiva, quanto maior a sua autonomia, menos gramatical é o signo e quanto menor, mais gramaticalizado ele é.

Percebe-se que, tanto na definição de Heine *et al.* (1991) quanto na de Lehmann (1995[1982]), há uma aproximação com o que foi defendido por Kurilowicz (1965), uma vez que todos entendem que a GR é uma mudança que parte do léxico para a gramática.

⁶ Esses parâmetros serão tratados mais especificamente na Seção 1.5.4., neste Capítulo.

De acordo com a apresentação de Gonçalves *et al.* (2007), Hopper & Traugott (1993) também entendem que a mudança em GR segue um *cline*, por não se tratar de uma mudança abrupta. Nesse sentido, os autores apontam o seguinte percurso: [item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]. Sendo assim, para Hopper e Traugott (1993), a GR acontece quando uma forma lexical adquire características gramaticais, sendo

um processo, por meio do qual, alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso. (GONÇALVES *et al.* 2007, p. 22)

Segundo essas definições, percebemos que a GR pode ser caracterizada em dois trajetos de mudança: (i) GR *stricto sensu* – é a trajetória de elementos linguísticos partindo do léxico e chegando à gramática; ou (ii) GR *lato sensu* – é o percurso da categoria gramatical para a mais gramatical.

Além do termo GR, outros termos podem ser associados ao processo de mudança linguística (HEINE *et al.* 1991, p. 149):

(i) sintaticização: termo utilizado por Givón (1979) para definir a mudança de um modelo mais pragmático para um menos pragmático, apesar de sua proposta não se ater, somente, a analisar a passagem do léxico para a gramática, uma vez que percebe o discurso como um favorecedor da emergência de novos elementos gramaticais. Como exemplo desse processo, Barreto (2008, p. 31) apresenta o caso da preposição *a* que tem sido empregada na marcação do objeto indireto, como, também, em contextos específicos do objeto direto preposicionado, na marcação do caso do objeto direto.

(ii) descoramento semântico, enfraquecimento semântico, desvanecimento semântico, dessemantização, generalização ou enfraquecimento do conteúdo semântico: esses termos, para Heine *et al.* (1991), estão ligados à característica de desvanecimento e abstratização semântica envolvidos nos processos de GR, em que um conceito fonte, que carrega consigo o significado completo, ao final do processo de GR, encontra-se reduzido, i. é, as especificidades semânticas de sua fonte tornam-se esvaziadas ou desbotadas. Nas palavras dos autores, essa visão implica que o

processo em questão funciona como um dispositivo de filtragem que peneira para fora tudo que não seja o núcleo semântico. Desse modo, os significados complexos são reduzidos a menos complexos, contudo, mais gramaticais. Essas visões, para Heine *et al.* (1991), capturam uma característica importante da GR, porém desconsideram tantas outras que fazem parte do processo. Thompson (2013, p. 68), em seu estudo sobre a palavra *tipo*, afirma que esse item, através da extensão de domínio, motivada pelo processo metafórico, perde seu conteúdo [+referencial], que lhe atribui a noção de “espécie”, mas ainda mantém os traços comparativos de sua origem, sendo assim, um exemplo desse desvanecimento e abstratização do processo de GR.

(iii) reanálise: Heine *et al.* (1991) asseveram que este termo tem sido utilizado para tratar fenômenos diferentes, porém, segundo eles, o tratamento mais elaborado é atribuído a Langacker (1977) que define a reanálise como uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer mudança imediata ou intrínseca de sua manifestação superficial. Esse termo, consoante Heine *et al.* (1991), é utilizado por Lord (1976) como um sinônimo de GR, ou seja, considerando o desenvolvimento de um item lexical para entidades gramaticais. Já Heine e Reh (1984) propõem que a reanálise seja considerada separada da GR, especialmente devido ao princípio da unidirecionalidade, propriedade inerente a este último termo, mas não necessariamente presente no primeiro. Castilho (2010 *apud* Thompson, 2013, p. 49), exemplificando casos de derivações no interior da língua, também aponta o caso de *tipo* que, através da reanálise, passa de núcleo de um SN para operar como especificador em expressões “um tipo + N” e/ou como advérbio delimitador.

(iv) condensação: segundo Lehmann (1995[1982]), esse termo foi usado por Li & Thompson (1974), Givón (1979) e Brettschneider (1980), para referir a um estreitamento do nível da estrutura gramatical, ou seja, quando um item se torna mais denso, mais compacto. Para Lehmann (1995[1982]), essa descrição, dada por estes autores, nada mais é do que um aspecto da GR. Em Coutinho (1971, p. 148), encontramos o exemplo da locução adverbial de tempo “em boa hora”, utilizada no século XVI, que, pelo processo de condensação, resulta na conjunção “embora”, utilizada atualmente.

(v) redução: termo utilizado por Langacker (1977 *apud* HEINE *et al.* 1991). Esse, segundo Traugott (2001), esteve dominante nos estudos de GR no século XX,

cujas raízes podem ser encontradas na maioria dos registros do século XIX, principalmente, em Meillet (1958[1912]), em que o autor discute a mudança de um item lexical para gramatical, no que se refere: (a) à perda de significado do conteúdo e de limites morfológicos; e (b) à fixação da ordem de palavras, por isso a perda da liberdade sintática. Lehmann (1995[1982]) apresenta cinco parâmetros,⁷ bem aceitos nos estudos da mudança, dentro dos quais estão os *desgastes* das características semânticas e dos segmentos fonológicos. Esses parâmetros reduzem a liberdade posicional do item, motivo pelo qual há a associação da GR com perda, podendo essa ser: (a) de um elemento lexical; ou (b) da complexidade estrutural. Utilizando o mesmo exemplo apresentado em (iv), encontrado em Coutinho (1971), podemos exemplificar o processo de redução através da perda de material fonético, uma vez que, segundo o autor, o processo inicia-se a partir da elisão do “a” da palavra “boa”, resultando em “em bo’hora” e conseqüentemente há a crase dos “oo”, tendo como resultado “embora”.

Neves (2004) destaca que esses termos e conceitos não designam o processo de GR em si, mas suas particularidades e, ainda, lembra que se pode encontrar, na literatura, além do próprio termo GR, a designação Gramaticização. Segundo Hopper & Traugott (1993 *apud* NEVES, 2004), a diferença entre esses termos consiste no recorte temporal: a Gramaticização refere-se a estudos em uma perspectiva sincrônica de mudança e a Gramaticalização está ligada ao estudo diacrônico ou pancrônico. Para Castilho (1997), ambos os termos demonstram que os fenômenos sincrônicos e diacrônicos sempre estiveram nas pesquisas linguísticas. Também para o autor, “por Gramaticização entendem-se os fenômenos de transição entre categorias, apanhados em um processo no plano sincrônico; por Gramaticalização entende-se o produto final que resulta da gramaticização, no plano diacrônico” (CASTILHO, 1997, p. 27).

Ainda segundo Heine *et al.* (1991), a GR pode apresentar as seguintes características:

(i) manipulação conceptual: as formas linguísticas lexicais ou menos gramaticais, por meio de um processo unidirecional, são usadas para designar significados mais gramaticais, o que implica, assim, alteração do significado fonte.

⁷ Serão tratados na seção 1.5.4.

(ii) unidirecionalidade:⁸ essa é a característica básica da GR, segundo a qual a direção da mudança ocorre sempre num único sentido, ou seja, das formas gramaticais ou menos gramaticais para as mais gramaticais e não vice-versa.

(iii) assimetria forma/significado: os itens que originaram a forma gramaticalizada não somem após o surgimento dessa nova forma, colaborando para o surgimento de casos de polissemia. Uma mesma forma poderá, pois, apresentar um significado menos gramatical ou lexical e um significado mais gramatical;

(iv) decategorização: pode ser constatada quando as formas gramaticalizadas perdem algumas características da sua categoria original e adquirem características de outras categorias.

(v) recategorização: processo pelo qual os itens híbridos,⁹ ao se gramaticalizarem, passam a desenvolver novos padrões funcionais, recuperando a simetria forma/significado. O item que foi recategorizado pode ter maior variabilidade sintagmática do que a sua forma fonte;

(vi) erosão: quando um item perde material fonético. Pode ocorrer por dois fatores: (i) por meio do princípio da quantidade – o item tem seu tamanho proporcional à quantidade de informações por ele codificada; (ii) pela frequência do uso – quanto maior for o uso de um item, maior a possibilidade de ele sofrer desgaste em sua substância fonética. Esse processo é visto como uma consequência do uso do item/construção. Exemplo de erosão pode ser constatado na mudança que o pronome de tratamento *Vossa mercê*, usado no século XVI, sofreu: *vossa mercê* > *vossamecê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* e, em alguns contextos *ocê* > *cê*. (MARTELOTTA, 2011, p. 103)

(vii) perda da autonomia morfossintática: se antes o item era uma forma livre, ao experimentar o processo de GR, ele fica dependente de outro, tornando-se um clítico ou afixo. O item perde, portanto, sua variabilidade sintagmática e fica impossibilitado de se movimentar dentro da sentença.

Para exemplificar as características da GR, citadas acima (exceto vi), expomos o caso do verbo *ir*. Segundo Martelotta (2011), a mudança do verbo *ir*, de indicador de movimento no espaço para auxiliar na marcação de futuro (recategorização), segue

⁸ Pela relevância dessa categoria, iremos abordá-la, com mais detalhes, na Seção 1.4 deste Capítulo “Princípio da unidirecionalidade”.

⁹ Entendemos, aqui, por híbrido, segundo Heine *et al.* (1991), aqueles itens que compartilham características semânticas.

o *cline*: verbo pleno (noção de movimento espacial) > verbo auxiliar (noção de movimento no tempo) > verbo auxiliar (marcação de futuro). Podemos perceber esse percurso (unidirecionalidade) através dos exemplos:

- (a) Ele vai para casa falar com Paulo.
- (b) Ele vai falar com Paulo.
- (c) Vai chover. (MARTELOTTA, 2011, p. 50)

Esses exemplos representam a polissemia do item, característica de assimetria forma/significado. Para o autor, o contexto estimulador da mudança encontra-se em (b), em que a ambiguidade aparece, uma vez que a frase pode ser entendida como “o sujeito vai a algum lugar falar com Paulo” (noção de movimento espacial) ou “o sujeito falará com Paulo” (noção de marcação de futuro). A ambiguidade encontrada aqui é o que impulsiona o surgimento do novo sentido. Percebe-se que antes o item passa, depois do processo de GR, sendo assim, perde o traço [+lexical], por decategorização, e posteriormente, a ter menor mobilidade morfossintática.

Atualmente, a interface funcionalismo-cognitivismo vem ganhando força nos estudos que levam em conta a mudança a partir do contexto, e tem sido divulgada como Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Oliveira (2015) salienta que, nessa corrente, a língua é entendida como um sistema simbólico de pares de forma e sentido e a GR, então, como “ a teoria das relações entre pares de forma-sentido e sua provável direcionalidade ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2015, p. 23). Assim, como explica a autora, essa perspectiva de estudo linguístico dará conta da correlação entre o nível da forma e o nível do sentido, trabalhando com a união entre a investigação teórica e empírica, sem fazer distinção entre elas nas análises.

Quanto ao melhor recorte temporal para os estudos em GR, não há um consenso entre os estudiosos. Numa visão diacrônica, o processo de GR assume, necessariamente, um caráter gradual, no qual o estudo destina-se a explicar como as formas gramaticais aparecem e como passam a exercer funções na língua. Numa perspectiva sincrônica, assume o objetivo de identificar os graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve, estando, portanto, o caráter gradual também presente nessa perspectiva. Tratando sobre esse assunto, Neves (2004, p. 118) recorre a Burridge (1993) que, fazendo alusão à Lichtenberk (1991), assegura que a

GR pode ser compreendida numa posição pancrônica, na qual “acentua a interdependência entre sistema linguístico e uso, entre natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica”, sendo esse o tratamento que escolhemos dar ao fenômeno de GR eleito para este estudo. A complementação entre as duas perspectivas de estudo, mais do que observar a relação entre sistema e uso, permite comprovar um entendimento de língua concreta e histórica, que se encontra em constante “fazimento”, nos termos de Coseriu (1979).

Nesse sentido, na seção a seguir (1.3), abordaremos os conceitos de sincronia e diacronia para Coseriu (1979), fazendo uma relação com a visão dada ao assunto por Saussure (1916[2006]), e apresentaremos, dessa forma, a visão de língua que utilizaremos neste trabalho.

1.3. Sincronia, diacronia e história: a abordagem coseriana¹⁰

Coseriu (1979), sobre as questões do recorte temporal, elucida que a distinção entre diacronia e sincronia procede desde os estudos dos neogramáticos, porém acentua-se com Saussure, para quem a antinomia diacronia e sincronia é radical. Conforme já apresentamos pontualmente neste Capítulo, segundo a definição saussuriana, a sincronia refere-se aos fatos estáticos e sistemáticos, nos quais os termos sincrônicos coexistem e formam sistemas; já a diacronia corresponde aos fatos evolutivos, particulares, heterogêneos e isolados. Nesta, os fenômenos sucedem-se por substituição sem formarem sistema. Para o linguista genebrino, “na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 101). Percebemos nessa afirmação que, apesar do distanciamento que ele tenta fazer entre diacronia e sincronia, o autor reconhece que aquela exerce influência sobre esta, porém não admite que a sincronia possa depender do processo histórico.

Os seguidores do estruturalismo saussuriano concebem o método sincrônico como o único aceito pela linguística, “pois se o linguista se coloca na perspectiva diacrônica, não é mais a língua o que perceberá, mas uma série de acontecimentos que a modificam” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 161), provando que, para Saussure, a

¹⁰ Este capítulo foi amparado no livro “Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística” de Coseriu (1979) e no Capítulo 1 “Sincronia, diacronia e história: uma abordagem de mudança linguística” da tese de Lopes-Damasio (2011).

diacronia não tem um fim em si mesma e as mudanças são fenômenos fora do sistema, que representam “uma força cega em luta com a organização de um sistema de signos” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 160).

Diante dessas proposições, Coseriu (1979, p. 17-18) elenca alguns objetivos em seu livro “Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança linguística”, do qual tomamos emprestado parte do título desta subseção, que nortearão a forma de tratamento dessas questões neste trabalho:

1. o suposto paradoxo, no qual a mudança linguística está inserida, deve-se a um erro de perspectiva, ou seja, é resultado da imprecisão relacionada aos termos “língua” e “projeção sincrônica”;
2. uma interpretação equivocada que atribui ao objeto (língua) aquilo que é uma exigência da investigação (linguística);
3. não existe contradição entre *sistema* e *historicidade*, uma vez que a historicidade da língua implica a sua sistematicidade; e
4. a antinomia *sincronia* e *diacronia*, no plano da investigação, só pode ser superada *na* e *pela* história.

Ao considerar esses pontos, Coseriu (1979) tem por meta explicar as razões que Saussure teve para estabelecê-los, tentando diminuir a distância entre *langue* e *parole*; e, no que tange à *língua*, aproximá-la da *sincronia* e da *diacronia*, fundamentando-se na asseveração de que essas antinomias, pertencentes ao estruturalismo, surgem da incompatibilidade entre a *ideia de língua*, defendida por seus seguidores, e a *ideia de mudança*, que não é negada por eles, mas que é deixada à margem dos estudos por estar associada à diacronia. O problema está em entender a mudança associada à concepção de “língua estável”. Dessa forma, se a mudança é real, o que, então, está inadequada é a concepção de língua. Para Coseriu (1979), “a língua que não muda é a *língua abstrata*”¹¹ (COSERIU, 1979, p. 19), pois encontra-se livre dos fatores externos, i. é, só está registrada na gramática e no dicionário e esses

¹¹ Segundo Bakhtin/Volochinov (2014[1875]), num capítulo de “Marxismo e a filosofia da linguagem”, dedicado à crítica do que eles chamam de “Objetivismo abstrato” (estudo estruturalista de Saussure), tratar a língua como algo acabado “implica uma atitude hostil em relação a todas as inovações linguísticas”; ou seja, a língua carece de uma abordagem histórica e viva (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014 [1875], p. 107).

não se modificam por si mesmos. Sendo assim, como apregoa Lopes-Damasio (2011), a língua que muda é a que tem seu existir no concreto, ela é real, não podendo ser isolada do que constitui a fisicidade, a história e a liberdade dos falantes.

A perspectiva sincrônica, defendida por Saussure, por desconsiderar a *sucessão* e a *mudança*, não possibilita ao pesquisador comprovar a transformação da língua, pois ela não ocorre nessa concepção. Para Saussure, o sincrônico não é percebido como a “realidade histórica do estado de língua, mas a sua projeção sobre a tela estática do pesquisador” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 50). Sobre essa consideração, Coseriu (1979) esclarece que não se trata da realidade da língua, mas da postura do investigador; a diacronia é independente da descrição sincrônica, mas o mesmo não pode ser atribuído ao estado da língua real que é sempre “resultado” de um estado anterior, portanto, produto de fatores históricos.

A antinomia proposta por Saussure, nesse sentido, quando, erroneamente, é transladada para o plano do objeto, refere-se à diferença entre *descrição* e *história*; isso para Coseriu “nada tem de saussuriano, exceto a terminologia” (COSERIU, 1979, p. 21). O autor entende que é possível, por exemplo, perceber um recurso linguístico como arcaísmo na perspectiva sincrônica, porém esclarece que, quando esse se materializa no discurso, ele é atual e, portanto, reconhecê-lo como um falar arcaico só será possível mediante a comparação a um outro período, i. é., a partir de um ponto de vista histórico.

Dessarte, a mudança não pertence à sincronia, pois não se pode comprovar “o movimento no imóvel” (MALMERG, 1948 *apud* COSERIU, 1921[1979], p. 22). As mudanças, para Coseriu, acontecem entre dois momentos e, portanto, devem ser consideradas, também, a partir de uma perspectiva diacrônica. É esse posicionamento, como já salientamos, que, neste trabalho, iremos assumir.

Sobre a mudança linguística, Coseriu (1979) pondera que se essa fosse além de total, perpétua, a língua não poderia constituir-se. Isso não se consolida porque (i) o estado da língua caracteriza-se, em parcela maior, pela reconstituição de um outro estado anterior; e (ii) a mudança só se denomina como tal, em relação a uma língua anterior, já que, sob o ponto de vista da língua atual, a mudança corresponde à “cristalização de uma nova tradição”. Nessa perspectiva, “a mudança é fator de descontinuidade em relação ao passado e, ao mesmo tempo, fator de continuidade em relação ao futuro” (COSERIU, 1979, p. 28).

Esse autor ressalta que a tendência em considerar a mudança como um fenômeno insignificante se origina, como já dito, da concepção de língua como algo estático e da atribuição de termos causais à mudança. Para ele, o que ocorre é o oposto, ou seja, a língua pertence à ordem final, uma vez que “ não funciona porque é sistema, mas, ao contrário, é sistema para cumprir uma função, para corresponder a uma finalidade” (COSERIU, 1979, p. 32). À vista disso, a língua muda para manter-se funcional, pois, ao parar de mudar, ela passa a ser considerada “língua morta”, ainda que continue funcionando como código; porém sem “significar”, ou seja, sem sua “significação” ser compreendida numa “enunciação” particular (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014 [1875], p. 97). A língua viva, para Coseriu, está em constante fazer-se, ou seja, não permanece estável, pois constantemente é determinada por sua função, o seu fazer é contínuo e se dá através da atividade linguística concreta.

Ainda sobre a língua, Coseriu aponta que ela é ao mesmo tempo: (i) resultado, mas não definitivo, já que ocorre(m) mudança(s); e (ii) potência, pois é condição de atos seguintes. Na GR, podemos perceber a aplicabilidade dessa teoria quando um item se torna fonte da mudança. A mudança se materializa no falar, “a **língua** não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma **língua**” (COSERIU, 1979, p. 33 [grifo nosso]). Sendo assim, a linguagem gira em torno desse círculo e este não pode ser considerado vicioso, pois o termo “língua” não é tratado, nas duas vezes em que é apresentado, com a mesma acepção. Numa, trata-se do acervo linguístico, o saber; e, na outra, é a manifestação concreta desse saber no falar. Referindo-se a Platão, Coseriu (1979) classifica o falar como o ato que utiliza palavras postas à sua disposição pelo uso e acrescenta que o ato manifesta concretamente o uso e, ao manifestá-lo, supera-o e modifica-o.

Se é no falar que a língua funciona e se realiza concretamente, então, para esse linguista, partindo de uma afirmação conhecida de Humboldt, a língua é *atividade* e não *produto*. Ele destaca que, por ser atividade, é que ela pode ser abstraída e estudada como produto.

Uma atividade, segundo a distinção aristotélica (COSERIU, 1979, p. 43), pode ser elencada em três formas de considerar a mesma realidade:

(1) uma atividade propriamente dita: sendo entendido dessa forma, o falar é: (i) no universal, o falar simplesmente; (ii) no particular, o discurso de um indivíduo numa situação; e (iii) no histórico, a língua concreta, ou seja, a peculiaridade de falar de uma determinada comunidade;

(2) uma atividade em potência: nesse entendimento, o falar é saber falar de acordo com a tradição de uma determinada comunidade. Três estágios podem ser distinguidos: o universal, o particular e o histórico. Dessa forma, o saber linguístico compreende esses três estágios, no qual o histórico refere-se à língua como *acervo idiomático*; e

(3) uma atividade efetivada em seus produtos: nessa compreensão, o falar: (i) enquanto produto, não apresenta um ponto de vista universal, pois sempre se tratará de algo particular; (ii) enquanto ato particular, é o próprio texto; e (iii) enquanto história, torna-se *acervo idiomático*, i. é, saber linguístico.

Nessa perspectiva, o autor considera que a língua nunca será produto, coisa acabada. A língua, na visão aristotélica, que subsidia seu ponto de vista, será sempre livre; seu objeto nunca estará completamente realizado. Dessa forma, “não se define satisfatoriamente a linguagem quando se diz que é *a atividade que emprega signos [já feitos]*: deve-se defini-la como *atividade criadora de signos*” (COSERIU, 1979, p. 44 [grifos do autor]).

Para esse pesquisador, a língua não tem, em sua natureza, a diacronia, nem a sincronia, pois, para ele, esses momentos não são contraditórios: uma vez que o ponto de vista diacrônico caracteriza-se como um conjunto de modos linguísticos tradicionais, que se transmitem; e o ponto de vista sincrônico, no momento considerado, é um conjunto de modos atuais.

Coseriu (1979), sobre as estruturas que constituem a língua, ressalta a importância em distinguir-se o que é normal ou comum (norma) do que é oposicional ou funcional (sistema).

Num sentido, a norma é mais ampla que o sistema, pois contém um número maior de traços [...]; e em outro sentido, a norma é mais restrita, pois representa uma seleção dentro das possibilidades de realização admitidas pelo sistema [...] a *norma*

duma língua representa o seu equilíbrio *externo* (social/regional), entre as várias realizações permitidas pelo sistema (COSERIU, 1979, p. 49).

Ele assevera que a “*língua é igual a sistema e norma*” em que o primeiro refere-se à sua *dinamicidade*, sendo assim, há probabilidade de ir além do que já foi realizado; e a segunda refere-se à *fixação* da língua nos modelos tradicionais, representando o equilíbrio sincrônico do sistema, externa ou internamente.

O autor acrescenta o entendimento de que o saber linguístico, sendo *comum* a muitos falantes, é *interindividual* ou *social*; e, sendo saber *tradicional*, é *histórico*, não é *universal*. Esse esclarecimento é de suma importância, pois, dessa forma, o ponto de vista histórico pode ser adotado à língua sincrônica, sem haver contradição. A língua sincrônica, do ponto de vista histórico (não diacrônico), caracteriza-se por ser “um sistema atual de tradições linguísticas antigas e recentes” (COSERIU, 1979, p. 54).

Partindo dessa compreensão, a historicidade humana coincide com a historicidade linguística, no sentido de que a mudança na língua não é total porque ela se refaz, i. é., o falante não cria completamente uma nova expressão, mas se utiliza do sistema que lhe é oferecido pela comunidade, por modelos anteriores. Por outro lado, a historicidade do homem também influencia a historicidade da linguagem, já que equivale ao *diálogo*, ao *falar com o outro*, podemos perceber claramente isso quando novas palavras são criadas a partir, por exemplo, de invenções tecnológicas, como foi o caso da palavra já dicionarizada *deletar*. Segundo Coseriu (1979), a comunicação existe porque os falantes apresentam algo em comum, manifestado no falar com o outro. Então, a linguagem, concomitantemente, é o primeiro fundamento e o primeiro modo em que a *intersubjetividade* se manifesta, pois a comunicação está diretamente ligada à necessidade de “entender-se” que só é possível através da língua.

Desse modo, o autor conclui que a consciência humana é sempre consciência histórica, e o modo fundamental de manifestar-se, no homem, a consciência histórica é a língua, o falar como outros, i. é., como já foi discorrido, de acordo com a tradição. Em outros termos, o falar é sempre falar uma língua, justamente porque é falar (e não mero exteriorizar), porque é falar e entender, expressar para que o outro entenda, ou

seja, porque a essência da linguagem ocorre no diálogo. [...] “o ouvinte não só entende o que o falante diz, mas percebe, do mesmo modo, a maneira pela qual o diz” (COSERIU, 1979, p. 65-66).

A partir dessas considerações feitas por Coseriu, sistematizamos mais alguns pontos, por nós julgados importantes para o entendimento da mudança linguística:

- (1) a língua funciona sincronicamente, de forma que está sincronizada com os seus falantes e coincide com a historicidade deles;
- (2) o sistema sozinho não evolui, pois as mudanças que ocorrem no sistema são produzidas pelos falantes a partir de suas necessidades comunicativas;
- (3) a língua está em constante mudança, essa deve ser considerada como reconstrução do sistema, pois é essa renovação que garante a sua continuidade e o seu funcionamento; uma vez que isso não venha mais ocorrer, a língua morre;
- (4) enquanto *sistema de possibilidades*, o sistema está sempre além da sincronia, e essa persistência é o sinal de historicidade;
- (5) o “fazimento” da língua é *histórico*, é um “fazimento” dentro de um quadro de permanência e continuidade.

Essas considerações nos levam a estender nosso entendimento da mudança como um processo pancrônico. Reconhecemos, como já destacado anteriormente, a teoria do uniformitarismo (LABOV, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2001), ou seja, que as tendências de variação ou mudança atuantes na fase atual de uma língua correspondem às que ocorreram anteriormente e continuarão a acontecer, na mesma linha de Heine *et al.* (1991), que definem o processo pancrônico como aquele que apresenta tanto uma perspectiva diacrônica, uma vez que envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica, já que implica que a variação pode ser descrita como um sistema, sem referência ao tempo.

O nosso entendimento, no entanto, a partir das considerações coserianas, fundamenta-se no reconhecimento de que há história também na sincronia, porque a língua é histórica, uma vez que estamos adotando o conceito de língua concreta e não abstrata. Sendo assim, ainda que as perspectivas se dividam em sincronia e diacronia, o conceito de história estará, aqui, atrelado ao conceito de língua, em ambas as perspectivas, e não ao fazer metodológico adotado.

1.4. Princípio da unidirecionalidade

A unidirecionalidade, ou *assimetria direcional*, como tem sido empregada por Vicent (2001 *apud* TRAUGOTT, 2001), buscando um termo mais neutro, tem sido associada com a GR desde tempos antigos. Traugott (2001) reconhece essa linha de pensamento nos trabalhos sobre enfraquecimento morfológico de Gabelentz (1891) e nos trabalhos de Meillet (1912), pois, segundo este, a mudança de *item lexical* para *gramatical* seria a única maneira de introduzir inovação na estrutura de uma língua.

A unidirecionalidade é considerada, por muitos teóricos, como a principal característica do processo da GR. Traugott (2010) enfatiza que ela foi o centro das atenções das pesquisas sobre mudança por aproximadamente dez anos a partir de meados dos anos 90.

Haspelmath (*apud* TRAUGOTT, 2010) considerou a irreversibilidade da GR como a mais importante restrição da mudança linguística e Bybee *et al.* (1994 *apud* CARVALHO, 2004) entenderam a unidirecionalidade como uma hipótese que se propuseram a testar, postulando uma direção que envolve uma série de desenvolvimentos, através dos quais os significados, originalmente mais concretos e especificamente associados ao material lexical, sofrem, gradualmente, uma erosão, resultando em significados cada vez mais abstratos e gerais. Eles perceberam que, concomitante à redução da forma, observava-se uma crescente dependência do item à estrutura.

Para Martellota (2008), a unidirecionalidade está presente nos estudos que abordam a mudança desde as primeiras propostas funcionalistas, pois ela compreende a língua a partir de estágios anteriores da evolução. Dessa forma, sua trajetória é irreversível e acontece da esquerda para a direita, assim como apregoa Givón:

Esquema 3: Trajetória de mudança a partir do discurso.

Discurso → Sintaxe → Morfologia → Morfofonêmica → Zero

Gonçalves *et al.* (2007) apontam que não há consenso entre os pesquisadores da GR para uma definição sobre a unidirecionalidade. Esse problema, segundo Campbell (2001 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007), é gerado por causa das diversas formas de se conceber a unidirecionalidade. Autores como Hopper & Traugott (1993) defendem que ela é uma hipótese, pois entendem “que a gramaticalização como um todo envolve mudanças em contextos linguísticos específicos de item lexical a gramatical, ou de menos a mais gramatical, e que os *clines* de gramaticalização são irreversíveis” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008, p. 22). Dessa forma, a unidirecionalidade, para esses autores, compreende-se na relação entre dois estágios A e B, onde A antecede a B e nunca o contrário, seguindo a escala:

A -----> B

Esses autores abordam a unidirecionalidade dando ênfase ao contexto discursivo, pois é a partir dele que ocorre a GR, numa passagem de [lexical] > [gramatical]; assumindo a escala [item lexical usado em contextos linguísticos específicos] > [sintaxe] > [morfologia]. Porém, salientam que, mesmo com inúmeras constatações da unidirecionalidade, há contra-exemplos. Sendo assim, ela é passível de verificação empírica e, por isso, não pode ser considerada como um princípio absoluto.

Já Heine *et al.* (1991 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007) percebem-na como uma propriedade que define o processo da GR. Sobre essa ambivalência, Ziegeler (2007 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007) postulou que a unidirecionalidade é “um fenômeno colateral da gramaticalização” e “como uma entidade manifestada independente do viés analítico” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 38).

Para a maior parte dos estudiosos, no entanto, a unidirecionalidade é considerada como um princípio e é essa a definição que utilizaremos neste trabalho. Associada a ela, o termo *continuum* é utilizado para representar os deslizamentos entre: (i) classes de palavras; (ii) categorias semânticas; e, na maioria dos casos (iii) funcionalidades das palavras/estruturas.

Esse percurso pressupõe, segundo Hopper & Traugott (1993), uma gradualidade, pois as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra,

mas passam por uma série de transições graduais, que tendem a ser similares mesmo em idiomas diferentes.

Esses autores asseveram que, de uma perspectiva histórica, o *continuum* é um caminho natural, ao longo do qual as formas modificam, numa espécie linguística de "forma escorregadia" que orienta o desenvolvimento dos itens ou construções focalizados. Sincronicamente, é um declínio que pode ser pensado como um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária, em que, numa extremidade, tem-se uma forma mais completa, "lexical", e, na extremidade oposta, uma forma compactada e reduzida, "gramatical".

Esse percurso unidirecional da mudança, para Givón, como já vimos, se dá a partir da passagem do discurso para a morfossintaxe; para Meillet, a partir da passagem do lexical para o gramatical, e, nos novos estudos, a partir de deslocamentos de qualquer material linguístico que se torna mais gramatical.

Portanto, a unidirecionalidade, consoante Lopes-Damasio (2008), pode ser constatada nos diferentes níveis de análise linguística, pressupondo, em cada um deles, processos e mecanismos específicos, conforme apresentaremos mais adiante: fonológico (mais material fonológico > menos material fonológico), morfológico (forma livre > forma presa), sintático (menor coesão > maior coesão), semântico (concreto > abstrato) e pragmático da linguagem (estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas).

Hopper e Traugott (1993) propõem o seguinte percurso de gramaticalização:

Esquema 4: *Continuum* de GR de Hopper & Traugott (1993).

Item lexical de conteúdo → Palavra gramatical → Clítico → Afixo flexional

Partindo desse trajeto, os autores esclarecem que: (i) o item localizado à direita é mais gramatical do que qualquer outro que está à sua esquerda; (ii) a mudança de uma forma para outra ocorre de um ponto à esquerda para um ponto à direita, o que remete a uma tendência à unidirecionalidade na história de formas individuais; (iii) a mudança se dá numa direção de formas e/ou construções mais livres para formas e/ou construções mais presas; (iv) uma categoria pode ser expressa por diversas formas que se encontram em pontos diferentes do percurso.

Esse princípio também pode ser percebido numa ordenação de categorias cognitivas, assim como propõem Heine *et al.* (1991):

Esquema 5: *Continuum* categorias cognitivas Heine et al. (1991).

Pessoa → Objeto → Processo → Espaço → Tempo → Qualidade¹²

Sendo assim, de um ponto de vista semântico-cognitivo, esse princípio implica mudanças de categorias mais concretas, ou seja, mais próximas das experiências sócio-físicas do indivíduo, para categorias menos concretas, ou seja, mais distantes dessas experiências. Essa escala leva em conta a abstratização dos significados, partindo da própria referência ao corpo humano.

Heine *et al.* (1991 *apud* NEVES 2004, p.121) atribuem algumas características a esse percurso:

- a) precedência do desvio funcional (conceptual ou semântico), sobre o formal (morfofossintático e fonológico);
- b) descategorização de categorias lexicais prototípicas;
- c) possibilidades de recategorização, com restabelecimento da iconicidade entre forma e significado;
- d) perda da autonomia de um elemento (uma palavra autônoma passa a clítica, um clítico passa a afixo); e
- e) erosão ou enfraquecimento formal.

Newmeyer (1998 *apud* TRAUGOTT, 2010) interpreta os trajetos acima como deterministas e concebidos para mostrar que a GR é um processo distinto dos outros percebidos na língua. Ele argumenta, ainda, que o termo *processo* é perigoso no trabalho histórico, uma vez que ele implica mudança e está sujeito a um conjunto de leis que são independentes das mentes e comportamentos do falante, considerando, assim, a unidirecionalidade como um “epifenômeno”. Fato esse que fizeram os

¹² Dentro dessa categoria cognitiva, estão relações como causa, condição, contraste e concessão, elencadas, aqui, numa escala crescente de complexidade cognitiva.

autores Hopper & Traugott (2003) suprimirem o termo *processo* do estudo de GR, porém, neste trabalho, manteremos o termo por entendermos *processo* como algo fluído pelo qual as mudanças acontecem gradualmente.

Nessa mesma direção de Newmeyer, a unidirecionalidade sofreu inúmeras críticas por diversos pesquisadores, principalmente no início da década de 1990, momento, como já esclarecemos, de maior destaque da discussão sobre a mudança linguística.

Matisoff (1991 *apud* MARTELOTTA *et al.*, 1996) afirma existir um processo inverso à GR, o qual ele denomina de degramaticalização. Como exemplo, apresenta o item lexical *bus*, advindo da terminação do dativo plural latina, *omnibus*. Martelotta *et al.* (1996) destacam, ainda, no estudo de Heine *et al.* (1991), os casos, reconhecidos pelos autores, em que a unidirecionalidade da GR seria contestável, porém, afirmam tratar-se de casos “estatisticamente insignificantes” (tal como avaliamos ser também o exemplo apresentado por Matisoff, acima) ou resultados de uma análise inadequada, como alguns que apresentaremos abaixo segundo Traugott (2001). Além do termo degramaticalização, que se refere a uma forma que perde gramaticalidade, o termo regramaticalização também é utilizado na referência aos casos em que uma unidade sem função passa a adquirir função gramatical.

Sobre isso, Lehmann (2002) salienta que a imagem espelho da GR chama-se *degramaticalização*, uma vez que se tinha a ideia de que o inverso daquela fosse a *lexicalização*. Para fundamentar essa afirmativa, o autor apresenta o seguinte quadro:

Quadro 1: Processo de Gramaticalização (LEHMANN, 2002, p.17).

Nível	Maior	Menor
Unidade complexa	Sentença	Palavra
Função X Estrutura	Ícônico	Sufixo
Unidade afetada	Palavra	Morfema
Manipulação	Livre	Arbitrário
Significado	Concreto	Aspecto
Processo	<div style="text-align: center;"> <p>Gramaticalização</p> <p>Degramaticalização</p> </div>	

Esse quadro nos mostra, de forma clara, o percurso da mudança em todas as categorias e nos dois sentidos: quando parte da esquerda para a direita, tem-se a GR, e inversamente, teremos a *degramaticalização*.

Ainda sobre as críticas a respeito da unidirecionalidade, Lopes-Damasio (2008) refere-se a alguns teóricos que compreendem vários trajetos unidirecionais, postulando a ideia da poligramaticalização. Segundo a autora, dependendo do fenômeno observado, há possibilidade de existir mais de uma trajetória de mudança, porém, isso não desqualifica a tendência unidirecional dessas mudanças linguísticas. Ela ainda sustenta que essas trajetórias ilustram “a atuação dos resultados dos processos previstos na GR, como: a especialização, a divergência, a renovação e a estratificação”, conforme apresentaremos em seção seguinte. Esses processos se respaldam na hipótese da direção única; “e não condizem, em qualquer hipótese, com o inverso da unidirecionalidade” (LOPES-DAMASIO, 2008, p. 24).

Traugott (2001) apresenta cinco contraexemplos, que, na visão dela, podem ser considerados ilegítimos:

1º caso: genitivo ‘S – trata-se da inflexão para clíticos, postulado por Janda (1980). Traugott acredita que não há reversão de GR, nesse caso, que envolve nova função, porém não mais uma função gramatical.

2º caso: instrumental Russo – Nichols & Timberlake (1991), ao estudarem o Russo, apontam que, na história dessa língua, houve mudanças nos usos do caso instrumental, pois no antigo Russo, o instrumental ocorria apenas com substantivos que expressassem *status* ou papéis sociais que mudam ao longo do tempo, como por exemplo, *czar*, *líder secular*, *freira*, e apenas em contextos iniciais ou por um período de tempo. Mais tarde, o Russo, no entanto, praticamente, requer o instrumental com tais substantivos em todos os contextos, inclusive nos períodos durativos. Para Traugott, esse caso mostra que morfemas gramaticais podem permanecer estáveis durante um longo período de tempo, como no instrumental russo, por cerca de 1.500 anos, mas sem necessariamente ser um caso de [+gramatical] > [-gramatical]. Para a autora, esse é um exemplo do potencial de longevidade de certos tipos de organizações gramaticais. Só será um contraexemplo se entendermos a unidirecionalidade como Newmeyer, de forma determinista; porém não como é

defendida por Traugott (2001), Givón (1979), entre outros autores, e também neste trabalho, no qual se compreende o processo de GR não tendo a obrigatoriedade da conclusão, ou seja, para que uma mudança seja considerada, o item não precisa, necessariamente, passar por todas as fases do *continuum* e nem, muito menos, concluí-lo.

3º caso: sufixo *ismo* – caso de conversão, em que o falante recruta material linguístico para enriquecer o léxico, está diretamente ligado à formação de palavras e não tem nada a ver com a função gramatical, ou seja, como o enriquecimento do componente gramatical da língua. Para a autora, esses são os casos mais apresentados como contraexemplos da unidirecionalidade.

4º caso: concordância verbal *Alemannic* – estudado por Giacalone Ramat (1998), que apresenta exemplos de cliticização de pronomes pessoais ao verbo em dialetos *Alemannic*. Traugott afirma haver um mal entendido sobre unidirecionalidade, pois, em GR, refere-se a afirmações sobre a história das formas, não de sistemas e paradigmas inteiros.

5º caso: *dare (to)* – segundo Traugott (2011), esse é caso mais interessante e, se não for bem analisado, pode ser julgado como um caso legítimo de contraexemplo. Observado por Beth (1999), esse verbo, no inglês antigo, se caracterizava como um verbo principal, no inglês médio, assumiu a função de auxiliar e, no inglês moderno, continuou seguindo um caminho de modalização, via GR. Porém, Beth (1999) justifica que, após esse processo, o verbo caiu em desuso, ou seja, ficou obsoleto, pois outros verbos começaram a ser utilizados com o mesmo significado de *dare*; Traugott, sobre isso, esclarece que Beth, assim como Newmeyer, entende que a GR requer ou deveria exigir um resultado determinista, pois, para eles, a unidirecionalidade é um resultado natural da GR e não uma condição necessária a tal. Para eles, é um resultado natural, porque, a partir de sua perspectiva, a mudança sintática normalmente envolve restrição de movimento, leva, historicamente, a mudanças de lexical para funcional, chegando a desbotamento semântico. Traugott entende, a partir dos estudos desse verbo, que a pesquisadora fez uma coleta correta de dados e, assim sendo, uma justificativa a ser dada é a de que o ocorrido com o verbo *dare* teve uma vida curta de inovação, ou seja, o processo não prosseguiu, o que, como já enfatizamos, não é indicativo de contraexemplo da unidirecionalidade.

Traugott (2001) também apresenta três casos prováveis de contraexemplos legítimos:

6º caso: o desenvolvimento do *to* para o infinitivo – de acordo com Los (1999) e Fischer (2000), *to* estava em uma trajetória de GR durante o período médio Inglês, mas, até o final desse período, degramaticalizou-se. Esses autores apontam evidência para a GR, pois o item foi submetido a uma variedade de alterações como reforço, redução fonética e perda da integridade semântica. Porém, no final do período do médio Inglês, aconteceu uma mudança significativa – uma divisão do desenvolvimento do infinitivo: ele tornou-se mais independente (mais lexical); mas também tornou-se menos aderente (menos gramatical).

7º caso: o *wotte* no alemão da Pensilvânia – estudado por Burrige (1998). Trata-se de um modal que se desenvolveu em verbo principal e que é considerado pelo autor como um processo de hipercorreção.

8º caso: *exaptation* – termo definido por Lass (1990) como uma reutilização do que se tornou totalmente marginal em um novo contexto gramatical. Porém, outros autores consideram que, nesses casos, o material reutilizado não era verdadeiramente marginal. Greenberg (1991) chama de *regramaticalização*, porém, nessa análise, a reutilização de um material marginalizado (lixo) não é exigida. Seus exemplos incluem a dessemantização de classificadores de numerais e artigos e fossilização ou absorção em outros morfemas, seguidos de reutilização de uma forma diferente do paradigma produtivo.

Após essa apresentação mais geral do conceito de GR, passaremos a uma abordagem, mais detalhada, das diferentes propostas teórico-metodológicas relacionadas ao tema, focalizando, para tanto, os diferentes autores, considerados teóricos importantes na área.

1.5. Principais autores da GR e suas contribuições

1.5.1. Givón: a mudança através do discurso

De acordo com Longhin (2003), Givón (1979) defendeu a ideia de que é através das constantes mudanças, motivadas por necessidades do discurso, que as estruturas gramaticais das línguas são originadas. Seu estudo, denominado de

“Sintaticização”, caracteriza-se por abordar um processo diacrônico e cíclico de mudança linguística, tendo sempre como ponto de partida um elemento do discurso que segue o *cline*: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero, já apresentado anteriormente.

Lopes-Damasio (2008) afirma que os estudos desse autor objetivam comprovar a existência de uma “sintaxe dependente, formal e funcionalmente motivada na linguagem”. Dessa forma, seu foco de discussão consiste na passagem: [*discurso*] > [*sintaxe*]. Nesse sentido, o desgaste, na sintaxe da língua, advém do uso frequente de um item, pois o falante tende a usar estruturas gramaticais de forma automática. Nesse processo, “as estruturas discursivo-pragmáticas tipicamente mais frouxas se desenvolvem, através do tempo, em estruturas sintáticas gramaticalizadas, tipicamente mais ajustadas” (LONGHIN, 2003, p.14), ou seja, o modo mais pragmático da comunicação precede ao modo mais sintático.

Os estudos de Givón podem ser divididos em dois polos distintos. De um lado, encontra-se a pragmática e, de outro, a sintaxe. Na pragmática, há o “predomínio da estrutura tópico-comentário, pela conjunção frouxa, pela ordem de palavras não estável e pelo uso reduzido de morfologia gramatical”. Na sintaxe, caracterizam-se estruturas de sujeito-predicado, de subordinação, de ordem rígida de palavras e de uso elaborado da morfologia gramatical (LONGHIN, 2003, p.14).

Para exemplificar essa dicotomia, Givón (1979) utiliza as línguas *pidgins*, a linguagem informal e a linguagem da criança, tomadas como modelos característicos de estruturas mais frouxas; opondo-as às línguas *crioulas*, à linguagem formal e à linguagem adulta, marcadas por estruturas mais ajustadas. Nas línguas *pidgins*, segundo Longhin (2003), a ordenação das palavras se dá de forma inconsistente; a subordinação sintática não existe, o uso de morfologia gramatical é reduzido; a identificação sujeito-predicado é abstrusa; a divisão do enunciado em tópico-comentário é transparente; e as orações, geralmente, são separadas por consideráveis pausas. Já nas crioulas, apresenta-se uma ordem fixa de palavras, há uma profusa morfologia gramatical; entonação; encaixamento sintático e restrições diversas.

Sobre a distinção linguagem infantil e linguagem adulta, Longhin (2003) apresenta que a primeira caracteriza-se pela predominância dos tópicos marcados por uso de sujeitos, nos quais, primeiramente, é apresentada a informação “dada” e

depois a “nova”; em geral, os períodos são curtos e com alta frequência de parataxe, em oposição à linguagem sintatizada do adulto que tem, à sua disposição, variadas formas sintáticas e as utiliza de modo adequadamente apropriado.

Com relação à última distinção, no nível informal, há topicalização de construções; a ocorrência de encaixamento diminui em relação à de coordenação; a morfologia gramatical é reduzida; e as estruturas tópico-comentários são mais salientes. Em contrapartida, o nível formal é cuidadosamente planejado; marcado por correções e reformulações; pela ausência de ênfase e de monitoramento face a face; e pela gradualidade no “background” pressuposicional.

Sobre todas essas distinções, Gonçalves *et al.* (2007) consideram que se faz necessária uma discussão crítica com maior aprofundamento, pois avaliam como bastante simplista a associação de “estruturas pragmáticas a um modo reduzido de comunicação e estruturas sintáticas, a um modo mais bem desenvolvido”, sobretudo, no que tange à oposição língua escrita e falada, e língua da criança e do adulto. Estudos recentes, que perseguem a linha apontada pelos autores, mostram que há complexidade pragmática e sintática, em cada um dos polos apontados por Givón, e que essa complexidade está relacionada a fatores específicos e que devem ser considerados em investigações aprofundadas, que não tomem como base uma dicotomização simplista.

No entanto, a tese da cristalização das estruturas típicas da comunicação em estruturas mais rígidas da sintaxe já estava presente desde a época dos neogramáticos, por exemplo, nos escritos de Hermann Paul (LONGHIN, 2003).

De modo sistemático, podemos ressaltar que a principal relevância dos estudos de Givón para este trabalho está no seu entendimento de que as estruturas gramaticais são oriundas do discurso, a partir das necessidades comunicativas do falante.

1.5.2. Heine & Reh: a mudança empírico-descritiva

Segundo Neves (2004), sintaticização, termo atribuído por Givón (1979), também denomina o processo de mudança estudado por Heine & Reh (1984), a partir de dados de línguas africanas.

Por meio dos princípios e das análises sincrônica e diacrônica, três objetivos norteiam seus estudos, conforme Lopes-Damasio (2008):

- (1) de cunho descritivo – descrever o uso da teoria de GR para formular princípios universais a fim de torná-la eficiente nos estudos das línguas naturais;
- (2) de cunho empírico – identificar os possíveis trajetos da mudança; e
- (3) de cunho teórico – formular uma base universal e cognitiva para essas mudanças.

Como resultado, os autores desenvolveram sete princípios para as mudanças linguísticas, conforme apresentamos abaixo, de (a) a (g), através de um trajeto empírico-descritivo. Longhin (2003) destaca que Heine & Reh (1984) detectaram que o processo de GR afeta os três níveis da estrutura linguística: o funcional, o morfossintático e o fonético. Porém, advertiram que qualquer tentativa em segmentar essas unidades tornar-se-ia uma medida arbitrária. Nesse sentido, quanto mais o processo de GR se completa, mais ocorre:

- a) perda na complexidade semântica, na significação funcional, no valor expressivo;
- b) perda pragmática com ganho na significação sintática;
- c) diminuição de membros num mesmo paradigma sintático;
- d) diminuição na variabilidade sintática, com maior fixidez da ordem;
- e) obrigatoriedade de uso, em determinados contextos, com proibição de uso em outros;
- f) coalescência semântica, morfossintática e fonética com outra(s) unidade(s);
- g) perda de substância fonética. (NEVES, 2004, p.122).

Chamamos a atenção, conforme Lopes-Damasio (2008), para o fato de que, nessa concepção, o processo de GR consiste em perdas, pois as unidades perdem complexidade semântica, significado pragmático, liberdade sintática e substância fonética. Tratar-se-ia, portanto, de uma abordagem teórica que, ao analisar a passagem de itens de menos para mais gramaticais, focaliza o que esses itens

perdem no processo. Esse modelo dominou os estudos de GR no século XX, inicia-se nos estudos de Meillet (1958[1912] *apud* TRAUGOTT, 2008), que também aborda as perdas (de significado, de limites morfológicos e de liberdade sintagmática) e é bem aceito nos estudos de Lehmann (1988), como veremos na seção 1.5.4., nos quais o autor defende a GR como processo pelo qual há a redução da sinalização linguística ou da liberdade posicional do item.

O processo de GR, contudo, não se limita às perdas, como veremos mais à frente. Nesse sentido Himmelmann (2004 *apud* TRAUGOTT, 2008, p. 5) defende, e compartilhamos dessa ideia, que na GR também há:

- a) Expansão semântica-pragmática: uma forma gramaticalizada desenvolverá polissemias em contextos pragmáticos e semânticos;
- b) Expansão sintática: o item ou a construção gramaticalizado/a se estenderá para contextos mais amplos, podendo, por exemplo, a partir de posições no argumento central (sujeito ou objeto), chegar em posições (frases direcionais e temporais);
- c) Expansão *host-class*: trata-se do aumento da frequência *type*, ou seja, maior produtividade; essa é uma expansão sintática, uma vez que constrói configurações distintas e, também, semântico-pragmática, pois apresenta polissemia.

1.5.3. Heine: a mudança de pleno para auxiliar

Apresentamos as contribuições teórico-metodológicas de Heine (1993, p. 58-66) para o paradigma teórico da GR, no que tange, especificamente, às motivações para a formação de verbos auxiliares, objeto deste estudo. Sete estágios são propostos por esse autor para a GR de verbos, a saber:

1º estágio: o verbo tem a sua raiz no concreto, significado lexical pleno, e seus objetos também se referem a objetos concretos. Exemplos:

- (i) *Judy is at the station.* – *location*/ Judy está na estação – localização

- (ii) *The train came from Hamburg.* – *motion*/ O trem veio de Hamburgo – movimento
- (iii) *He took that train.* – *action* / Ele pegou o trem – ação.
- (iv) *My friend need a ticket.* – *Volition*/ O meu amigo precisa de um bilhete – volição.

2º estágio: dá-se o início do processo de auxiliarização, em construções em que aparecem complementos nominais ou complementos formados por verbos não-finitos. Nesse estágio, para Heine, os itens, em processo de GR, associam-se sempre a outros itens que são classificados, de forma equivocada, como verbos. As seguintes características costumam ser observadas nesses casos: (i) os itens verbais podem se associar a verbos não-finitos ou terem complementos nominais; (ii) pode não ser identificada a identidade do sujeito para os dois verbos; (iii) várias construções concorrem na complementação do verbo, como as de infinitivo, de gerúndio ou de participio; (iv) a oração com verbo finito também pode ser o complemento do verbo:

- (i) *I expect a visitor tonight* / Espero um visitante hoje à noite
- (ii) *I expect to go.* / Espero ir.
- (iii) *I expect John to go.* / Espero John ir.
- (iv) *I expect that I will go.* / Espero que eu irei.
- (v) *I expect that John will go.* / Espero que John vá.

3º estágio: o verbo, em processo de GR, nesse estágio, passa a desempenhar outras funções, podendo, dessa forma, ter referentes não-humanos, isso porque eliminam-se as restrições de seleção e os verbos passam a desempenhar funções como as de tempo, modo ou aspecto. Unido ao verbo principal, passa a constituir uma unidade semântica, tornando-se conhecido como semiauxiliar:

- (i) *Raquel has to have a new flat.* / Raquel tem de ter um novo apartamento.
- (ii) *He is to be here by noon.* / É para ele estar aqui ao meio dia.
- (iii) *Desmond keeps keeping dogs.* / Desmond continua mantendo cães.

4º estágio: nesse estágio, os verbos em GR perderam sua categoria, ou seja, foram decategorizados e apresentam as seguintes características: (i) perdem a capacidade de formar imperativos, de ser nominalizados ou de se apassivar; (ii) os núcleos de seus complementos já não são os nomes; (iii) na formação de perífrase, associam-se apenas a forma nominal não-finita:

- (i) *He is going to be Strong. (in German: Er wird stark)./ Ela vai ser forte.*
- (ii) *He will come. (in German: Er wird kommen)./ Ele virá.*

5º estágio: nessa etapa, o item já não é mais classificado gramaticalmente como verbo, sofre erosão, perde o estatuto de palavra e substância fonológica e/ou morfológica. Nesse estágio, portanto, as seguintes características podem ser percebidas: (i) não são classificados como pertencentes à categoria dos verbos; (ii) separadamente, perdem a possibilidade de serem negados; (iii) ocupam uma posição fixa dentro da oração; (iv) em algumas situações, podem ser um híbrido, como marcador gramatical, resultante dos vestígios de quando eram verbos; (v) podem ser cliticizados e/ou sofrerem erosão:

- (i) *She came back from cutting rice. / Ela voltou da colheita de arroz.*
(she come.back: FACT – rice cut NOMIN)
- (ii) *It's from cutting rice that she came back. / É da colheita de arroz que ela voltou.*
(rice cut NOMIN – she come.back: FACT)

6º estágio: já se encontra fixado firmemente, mas possui, ainda, vestígios de sua origem. Passa a ser visto como clítico ou afixo, sendo acompanhado de um verbo, denominado como principal. No exemplo abaixo, da língua Swahili, o prefixo *ta*, marcador de futuro, perdeu, ao longo do tempo, a maioria de suas propriedades verbais, porém, restou ainda uma partícula que comprova sua origem: *taka/want*:

- (i) *a – taka kazi/ He wants a job/ Ele quer um emprego.*
- (ii) *a – ta – ku já/ He'll come/ Ele virá.*

7º estágio: estágio final da GR, em que o item perde toda e qualquer característica de verbo e torna-se um marcador gramatical com a forma de um afixo flexional sem tom ou acento distintivo próprio. Nesse exemplo, também tirado da língua *Swahili*, a forma do perfeito negativo, em inglês: not – yet, é o marcador *ja* derivado da forma verbal *ja/come*:

- (i) h – a – ja – ja/ He hasn't come yet/ Ele ainda não chegou.

Geralmente, os verbos podem apresentar características de mais de um estágio numa determinada fase da GR. Passar por todos os estágios não é um requisito para consolidar o processo, uma vez que, dificilmente, isso ocorre. Heine (1993) classifica os verbos, nesses estágios da GR, da seguinte forma:

- a) nos 1º e 2º estágios: lexemas, verbos plenos;
- b) no 3º estágio: quase-auxiliares, semi-auxiliares, concatenativos;
- c) nos 4º e 5º estágios: auxiliares;
- d) no 6º estágio: auxiliares ou afixos;
- e) no 7º estágio: afixos ou flexões.

A proposta de Heine subsidiará a análise e o entendimento do momento em que analisaremos o processo de GR do verbo *visar*.

1.5.4. Lehmann: a mudança a partir de parâmetros sincrônicos

O trabalho de Lehmann, segundo Longhin (2003, p. 39), tem sua relevância na busca por “parâmetros sincrônicos para descrever os processos de GR”. Seu objetivo, com esses parâmetros, é determinar o grau de autonomia de um signo. Dessa forma, a perda de autonomia é o tema de suas análises, nas quais quanto menos autônomo um signo é, mais gramaticalizado ele se encontra.

Esses parâmetros estão divididos em dois eixos: o paradigmático refere-se à escolha ou à ausência de um item; e o sintagmático, à coexistência de itens num período temporal.

No eixo paradigmático, o fator *Peso*, entendido como o tamanho substancial do item analisado, gera o parâmetro da *Integridade*, que mede, por sua vez, através da atrição fonológica ou erosão fonológica, o desgaste de um item durante o processo. Se estiver num grau de GR incipiente, esse item terá muitos traços semânticos, mas se seu estágio de GR for avançado, poucos traços aparecerão. Já o eixo sintagmático gera o parâmetro *Escopo*, compreendido como extensão do item/construção, que, por condensação, pode deixar de ter uma relação arbitrária com constituintes para, na GR avançada, ser modificador de palavra ou de raiz.

O fator *Coesão*, que se refere ao grau de ligação de um item com os outros, no eixo paradigmático, gera o parâmetro da *Paradigmacidade*, através do qual um item com uma participação “frouxa”, num campo semântico, passa a ser altamente integrado quando está num processo avançado de GR. No eixo sintagmático, gera a *Conexidade* que, por meio da *Coalescência* (união), faz com que um item, em uma GR incipiente, em justaposição independente, passe a ser afixo ou um traço fonológico, na GR avançada.

Por último, temos o fator *Variabilidade*, que, no eixo paradigmático, gera o parâmetro *Variabilidade Paradigmática*, a partir do qual, através da obrigatoriedade, um item sai do nível da escolha livre para o uso obrigatório. No eixo sintagmático, produz a *Variabilidade Sintagmática*, a partir da qual, por meio da fixação, o item deixa de ter liberdade de movimento para ocupar uma posição fixa ao alcançar estágios avançados de GR.

Vale destacar, como fez Lopes-Damasio (2008), a partir de Hopper (1991), que os resultados dessa proposta de Lehmann servem para a abordagem de itens que estejam num processo avançado de GR, ou seja, para aqueles que já alcançaram o estágio de morfologização. Nesse sentido, então, Hopper propõe cinco princípios para analisar casos em que o processo ainda encontra-se num estágio inicial, “nos quais o fenômeno ocorre de modo variável, dificultando a caracterização da mudança como sendo, de fato, GR” (LOPES-DAMASIO, 2008, p. 43). Esses princípios serão apresentados subsequentemente.

Lehmann (1995[1982] *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007) apresenta, ainda, três fases da GR: sintaticização, morfologização e desmorfologização.

A sintaticização acontece quando um item ou construção, pela frequência, começa a adquirir propriedades não pertencentes à sua classe categorial de origem,

sofrendo, assim, uma recategorização. Gonçalves e seus colaboradores enfatizam que essa fase, que acolhe o princípio da descategorização, proposto por Hopper (1991), é “a transição dos níveis [discurso] > [sintaxe] e da técnica [isolante] > [analítico]” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 32).

Após esse primeiro estágio, vem a morfologização, etapa em que surgem as formas presas na língua, podendo ser afixos flexionais ou derivacionais. Atua, nessa fase, o princípio da erosão fonética, acontecendo a “passagem dos níveis [sintaxe] > [morfologia] e da técnica [analítico] > [sintético-aglutinante]” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 32).

Por último, acontece a desmorfemização que pode levar ao desaparecimento por completo de um morfema. Quando isso acontece, outro item assume sua primeira função.

1.5.4.1. GR de cláusulas: a mudança a partir da articulação¹³

Lehmann (1988), considerando que as dicotomias coordenação/subordinação e parataxe/hipotaxe não são suficientes para descrever os processos de junção das orações, postula seis parâmetros semântico-sintáticos relativos a esse tema:

- (i) Rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada – obedece um *continuum* que inicia numa oração mais independente, paratática, em direção à uma oração mais condensada, encaixada; sendo assim, a sentença subordinada é regida pela principal.
- (ii) Nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula – envolve, entre as orações, compartilhamento semântico, sintático, temporal e aspectual, quando, por exemplo, o verbo da oração principal determina o tempo e o aspecto da subordinada. Perceberemos isso ocorrer com o processo de GR de *visar*, por meio do qual esse item integrará uma construção, na qual marcará uma ideia de volição.
- (iii) Dessentencilização da subordinada – o *continuum* parte das conjunções que praticamente não alteram a sentença subordinada, exercem a

¹³ Para a composição deste Capítulo utilizamos além do trabalho de Lehmann (1988) “Towards a typology of clause linkage”, os estudos de Carvalho (2004) “Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista”.

função de um adverbial na oração subordinada, para os subordinadores que são operadores aplicados a essa oração.

- (iv) Gramaticalização do verbo principal – a partir desse parâmetro pode se perceber o processo de mudança de um verbo pleno para um modal e auxiliares, no qual o verbo principal torna-se um afixo, modificando o sentido do verbo semanticamente subordinado e tornando-se um constituinte da sentença principal.
- (v) Entrelaçamento das duas orações – há uma sobreposição das orações, como, por exemplo, quando há o alçamento de constituinte; ou seja, a sentença subordinada é regida pela principal;
- (vi) Explicitude da articulação – nesse parâmetro, o *continuum* parte de uma oração formada por síndese, ou presença de elemento de ligação, para uma assíndese, ausência de ligação entre as orações.

Lehmann (1988 *apud* CARVALHO, 2004) estabelece correlações entre esses seis parâmetros que precisam ser entendidas como tendências e não leis, de acordo com os exemplos abaixo:

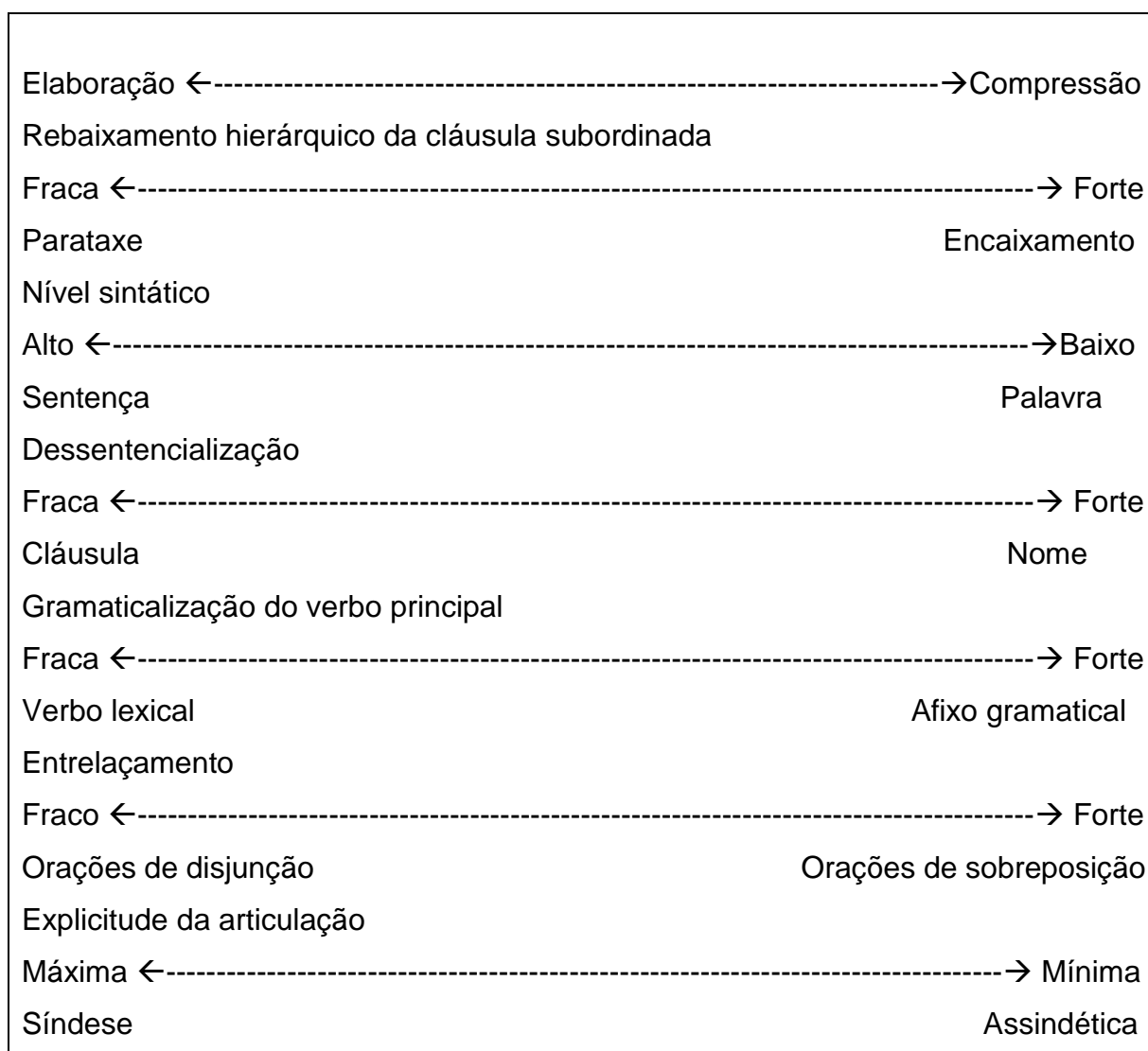
- a) a GR do verbo da oração principal pode transformar o verbo da oração principal num operador gramatical da cláusula subordinada, sendo assim, o escopo sintático desse verbo é reduzido, criando um entrelaçamento entre as orações, ou a sentença subordinada passa a ser empregada na forma não-finita, havendo a dessentencilização da subordinada.
- b) quando a sentença subordinada é controlada pela principal, tem-se o entrelaçamento de cláusulas através do alçamento de constituinte a partir do rebaixamento hierárquico e, por consequência, integração da subordinada.
- c) uma forte dessentencilização da subordinada ocorre por meio do entrelaçamento de orações por meio do controle do sujeito da subordinada.

Além da possibilidade de correlação, esses parâmetros foram também agrupados, pelo autor, em três grupos: (i) e (ii), (iii) e (iv), (v) e (vi), tendo em vista os aspectos da vinculação de sentenças que representam, a saber, respectivamente: (i)

autonomia ou integração da cláusula; (ii) expansão ou redução de cada uma das orações do período complexo; e (iii) isolamento ou articulação das orações.

Cada um desses parâmetros é analisado a partir de um *continuum* que abrange dois extremos: um polo de máxima *elaboração* e o outro de máxima *compressão* (ou condensação) de informação lexical e gramatical:

Esquema 6: *Continua* da articulação de cláusulas.



Esse *continuum* também fornece uma estrutura para a tipologia de articulação de cláusula. Dessa forma, dois tipos de articulação de cláusula podem existir em qualquer um dos dois polos, sendo que cada extremo do *continuum* representa um tipo: (i) uma combinação em que as sentenças são bem elaboradas, independentes e sintaticamente iguais, cada uma delas é uma cláusula completa e são interligadas por

um conectivo (sentenças paratáticas); (ii) combinação de sentenças contendo um dos predicados reduzidos, podendo ser a oração subordinada, o encaixamento na cláusula principal em um constituinte de nível sintático baixo e fortemente nominalizada (sentença encaixada).

Lehmann pondera que, entre esses extremos, existe uma grande variedade de tipos oracionais intermediários e concomitantes. Os tipos intermediários, explica, são diferentes dos tipos extremos apenas na medida em que todos os parâmetros são desenvolvidos não em graus extremos, mas paralelos, e resultam do fato de que a correlação entre os parâmetros não é perfeita. Como exemplo, o autor apresenta seis casos de tipos intermediários. Para melhor exemplificar, expomos um deles: o da cláusula infinitiva, dependendo de um verbo modal:

(1) The student bought a heap of specialized books in order that the professor should consider him intelligent. / O estudante comprou um monte de livros especializados, [a fim de que o professor o tivesse por inteligente].

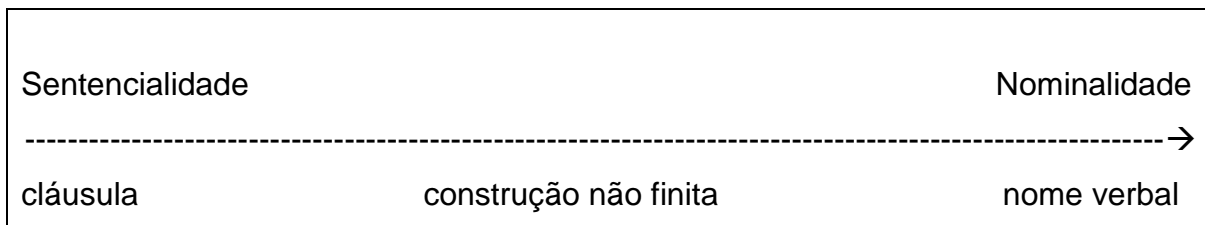
O autor explica que a construção ‘a fim de que’ está estruturada como uma preposicional introduzida por ‘a’ com o nome ‘fim’, regido, por sua vez, por um sintagma nominal dependente que é representado pela oração subordinada. Ele ainda ressalta que tais frases conjunturais comumente incorporam uma universal, um subordinador não marcado, que, nessa frase, é o ‘que’.

Esses parâmetros estão fundamentados numa teoria funcional da articulação de cláusula que concebe a formação de frase complexa variando entre os polos de elaboração e compressão e por meio de *continua* que contemplam os níveis de maior e menor articulação sintática entre as orações. Neste trabalho, três desses polos serão utilizados: a dessentencialização de subordinadas, a GR do verbo principal e o entrelaçamento das duas orações. Seguem eles:

1º Parâmetro: dessentencialização da subordinada – esse processo implica perda de algumas das propriedades sentenciais da cláusula encaixada, tais como tempo, aspecto, conjugação de pessoa, polaridade etc. A dessentencialização pode ser observada em variados graus, até aquele em que a sentença adquire

propriedades, tanto de ordem morfológica como distribucionais, de sintagmas nominais.

Esquema 7: *Contiuum* de dessentencialização da subordinada.



Sobre esse *continuum*, Pezatti (2010) explica que, no extremo esquerdo, encontramos um processo denominado parataxe, há a formação de sentenças complexas entre as cláusulas, mas elas não apresentam relações hierárquicas entre si; já no outro extremo, à direita, encontramos a subordinação, processo típico de oração encaixada. Há, nesse estágio, uma dependência semântica entre as cláusulas. Sendo assim, continua a autora, as consequências da passagem gradual de uma oração finita para não-finita são: (i) restrições/perdas de elementos ilocucionários; (ii) restrições/perdas de elementos modais; (iii) restrições/perdas de tempo e aspecto; (iv) dispensabilidade de complementos; (v) perda de conjunção de pessoa/conversão do sujeito a oblíquo; (vi) ausência de polaridade; (vii) conversão de regência verbal em regência nominal; e (viii) dispensabilidade de sujeito/restrições nos complementos.

Para Lehmann, a importância desse parâmetro reside no fato de que, à medida que a construção subordinada é dessentencializada, toda sentença deixa de ser genuinamente complexa. Lehmann (1988 *apud* PEZATTI, 2010) afirma que, conforme se avança no *continuum* da dessentencialização, ocorrem perdas de traços gramaticais.

2º Parâmetro: gramaticalização do verbo principal – nesse processo, verbos plenos se transformam em modais e auxiliares.

Lehmann evidencia o papel da GR na mudança do estatuto de uma cláusula complexa para uma simples. Para ele, existem dois modos de uma sentença complexa ser reduzida a uma sentença simples: (i) via GR do verbo principal; ou (ii) via dessentencialização da cláusula subordinada. Dessa forma, o processo de redução pode ocorrer tanto na cláusula principal como na subordinada.

A GR, para Lehmann (1988), pode fazer com que o verbo da oração principal seja transformado, podendo chegar até a um afixo que modifica o significado do verbo da sentença subordinada. Já a partir da dessentencialização, a cláusula subordinada torna-se uma simples constituinte da cláusula principal.

Ele define a GR, portanto, como um processo diacrônico e sincrônico contínuo que leva itens lexicais a se transformarem em gramaticais. Por considerar que aquilo que se gramaticaliza é essencialmente palavra, afirma que a cláusula subordinada possui uma relação gramatical com apenas uma palavra da cláusula matriz e, quando essa palavra é um verbo, a GR da palavra superordenada produz tipos de estruturas subordinadas especiais.

Ele exemplifica alguns tipos de sentenças subordinadas com construções causativas e desiderativas, recorrendo-se a sentenças complexas em diferentes línguas. Em que (2) e (3), exemplificam-se construções que apresentam os verbos lexicais plenos na matriz e, em (4) e (5), ilustra-se a GR de verbos na cláusula matriz:

(2) Latim: *Sol efficit [ut omnia floreat].*

'*The sun makes everything blossom*'.

'O sol faz com que tudo floresça'.

(3) Latim: *Opto [ut in hoc iudicio nem improbus ... reperiatur].*

'*I wish that in this trial nobody will be found bad*'.

'Desejo que nesse julgamento ninguém seja julgado mal'.

Nessas frases, na matriz, ocorrem verbos lexicais plenos, em (2), causativo e, em (3), volitivo, que subcategorizam sentenças completivas finitas e que não passaram pelo processo de GR.

(4) Italiano: *Ho fatto prendere a mio figlio un'altra professione.*

'*I had my son choose another profession*'.

'Eu mandei meu filho escolher outra profissão'.

Nesse exemplo, o verbo da matriz se encontra em percurso de GR, pois ele se liga diretamente com o verbo da encaixada, formando, assim, uma estrutura analítica causativa.

(5) Francês: *Je veux [aller au cinema]*.

'*I want to go to the movie*'.

'Eu desejo ir ao cinema'.

Nesse caso, o verbo volitivo é um modal e, em estágio avançado de GR, surge o verbo da encaixada, na forma infinitiva e sem o emprego da preposição *de*, subcategorizado por aquele.

(6) Sânscrito:

A. *dēva-h sōma-m piba-ti*.

'*The god drinks soma*'.

'O deus bebe soma'.

B. *dēva-h sōma-m pi-pā-sa-ti*.

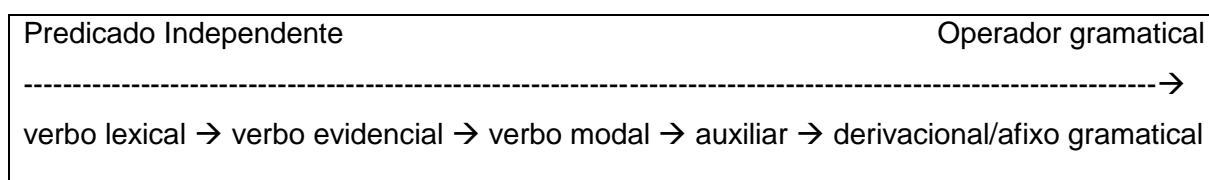
'*The god wants to drink soma*'.

'O deus deseja beber soma'

No exemplo (6), o verbo "*wants*" está totalmente gramaticalizado como um sufixo verbal anexado ao verbo, como resultado, obtém-se um verbo derivado.

O parâmetro da GR do verbo principal deve ser analisado, portanto, de acordo com o seguinte *continuum*:

Esquema 8: *Continuum* da GR de verbo

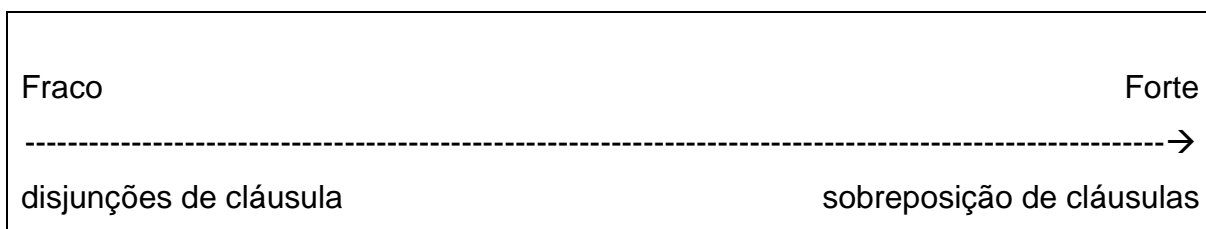


Em cada extremo do *continuum* encontram-se termos do processo de GR que se opõem completamente: no polo esquerdo, temos um verbo definido como um item lexical pleno, ou seja, que evidencia um estágio de não GR; e na extrema direita, há

um verbo que aparece incorporado ao verbo subordinado, caracterizando-se como afixo, ou seja, é um verbo em estágio de GR completa. Carvalho (2004) declara que a esse *continuum* deveria ser acrescentado, após a etapa de afixo derivacional/gramatical, um outro estágio, que faria correspondência à mudança na classe gramatical de um determinado item verbal em estruturas complexas, retomando, assim, segundo a autora, a noção de GR em seu sentido estrito.

3º Parâmetro: entrelaçamento das duas orações – utilizado para identificar o grau de integração entre as duas proposições, envolve o aspecto semântico e sintático. No aspecto semântico de entrelaçamento, as duas proposições compartilham alguns elementos em relação aos seus significados. No aspecto sintático, o entrelaçamento é percebido através da não-especificação desses elementos em uma das proposições e/ou o entrelaçamento sintagmático das duas proposições. Esse parâmetro envolve, também, o compartilhamento de aspectos temporais e aspectuais, em que o tempo e o aspecto da oração subordinada podem ser parcial ou totalmente determinados pela oração principal. O parâmetro envolve também o compartilhamento dos atuantes, em que um determinado predicado é compartilhado entre as duas cláusulas.

Esquema 9: *Continuum* entrelaçamento das orações (LEHMANN, 1988).



Nota-se que, à esquerda do *continuum*, não há compartilhamento entre as orações e, à direita, encontra-se a máxima relação entre elas. Para Lehmann (1988), o ponto central encontra-se no entrelaçamento dos atuantes das cláusulas principais e subordinadas. Seguem exemplos dados pelo autor, sobre esse ponto principal, abordando a finitude das orações completivas de verbos de cognição:

- (7) LAT. *Nescit [quo flectere puppem].*
 “He does not know where to steer the ship”
 Ele não sabe onde conduzir o navio.

(8) LAT. *Non habent unde reddere tibi*

Neg have: (PRS) 3.PL [from where refund: INF thou:DAT]

"They have nothing to give you back"

Eles têm nada para dar a você de volta.

Sobre isso, o autor explica que as orações subcategorizadas por verbos de cognição eram geralmente, no Latim, finitas, mas, se as orações subordinadas tivessem sujeitos idênticos ao da matriz, então poderiam ser não finitas.

1.5.5. Hopper: a mudança da gramática emerge do discurso

Hopper fundamenta seus estudos na concepção de *gramática emergente*. Essa ideia, segundo Castilho (2010), foi inicialmente formulada por Sankoff & Brown (1976) e retomada por Hopper (1988) para designar que a gramática emerge do discurso e que "novas funções/valores/usos para formas existentes" estão sempre surgindo (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 79). Esse entendimento está ligado à concepção de língua como atividade no tempo real e à aceitação de que não há uma gramática acabada, mas uma constante GR. Nesse sentido, Martelotta *et al.* (1996, p. 49) apregoa que a GR é um reflexo das adaptações que os usuários promovem nos mais diferentes contextos de comunicação, "é uma manifestação do aspecto não-estático da gramática, uma vez que ela demonstra que as línguas estão em constante mudança".

Seguindo essa ideia, o autor formula cinco princípios associados às fases iniciais da GR, ou seja, seu modelo contempla os graus mais incipientes do processo da mudança, tratando, portanto, de uma parte que não foi considerada na proposta de Lehmann (1995[1982]). Seguem, então, os princípios:

1. Estratificação (*layering*): refere-se ao surgimento de novas camadas dentro do sistema linguístico, o que não significa a extinção das camadas antigas, ou seja, camadas novas e antigas podem coexistir e interagir, no mesmo domínio do sistema linguístico.

Um dos exemplos de estratificação que Hopper (1991) cita trata-se do tempo passado do inglês (*past tense*), no qual formações antigas desse tempo verbal, caracterizadas pelas alterações de vogais como em *drive/drove*, *take/took*, coexistem com camadas mais recentes, como é o caso do acréscimo do sufixo [t] ou [d] encontrados em *notice/noticed*, *walk/walked*. Segundo Lühr (1984 *apud* HOPPER, 1991), esse sufixo certamente derivou-se de um verbo auxiliar cognato com o *do*, tanto que pode ser encontrado em frases negativas e interrogativas do inglês atual. Nesse sentido, a escolha de uma forma em detrimento de outra pode se dar como variante de estilo.

2. Divergência: trata-se de um caso particular de estratificação, pois implica a coexistência de uma forma-fonte que sofre GR, mas ainda permanece no sistema como um item autônomo e propenso a passar por novo(s) processo(s) de GR. Esse princípio, segundo Lopes-Damasio (2008, p. 43), explica os casos de formas ou itens linguísticos etimologicamente iguais, porém funcionalmente divergentes em determinadas sincronias.

Exemplificando essa etapa, na qual a forma gramaticalizada pode ser fonologicamente análoga com a lexical autônoma, tem-se a palavra francesa *pas* (*not/não* – partícula negativa) e seu cognato *pas/pace* (*step/passo* – substantivo). Porém, podem-se encontrar, ainda, formas muito distintas (devido à experimentação de mudanças fonéticas, por exemplo), em que a relação torna-se, por isso, completamente opaca, como no caso do artigo indefinido do inglês *a(n)* que deriva do numeral *one*. Nas línguas românicas algo parecido também ocorreu, segundo Coutinho (1971), embora no latim clássico não existisse artigo, o numeral *unus* começou a desenvolver, no latim popular, a função de artigo indefinido, sendo assim, o percurso percorrido foi: *unus* > *uu* > *um*.

3. Especialização: quando há uma diminuição da possibilidade de escolha e a forma GR assume, no que se refere ao seu significado e à sua função, uma dimensão maior e mais abrangente, tornando-se, portanto, especializada em determinados contextos.

Para elucidar, Hopper (1991) apresenta a negação, na língua francesa. Segundo Gamillscheg (1957), no Francês antigo, a negação era feita através da partícula *ne*, colocada antes do verbo. Com o tempo, os falantes, junto ao *ne*, com o objetivo de enfatizar a negação, passaram a utilizar itens nominais como:

Tabela 1: A negação no Francês.

	Francês	Inglês	Português
(i)	<i>Pas</i>	<i>step, pace</i>	passo
(ii)	<i>Point</i>	<i>dot, point</i>	ponto
(iii)	<i>Mie</i>	<i>crumb</i>	migalha
(iv)	<i>Gote</i>	<i>Dop</i>	gota
(v)	<i>amende</i>	<i>almond</i>	amêndoa
(vi)	<i>areste</i>	<i>Fish</i>	peixe
(vii)	<i>becole</i>	<i>Sloe</i>	abrunho
(viii)	<i>eschalope</i>	<i>pea-pod</i>	escalope

Por volta do século XVI, as únicas formas ainda utilizadas eram as quatro primeiras apresentadas, porém, a predominância era por *pas* e *point*, que, portanto, foram as únicas que chegaram ao período moderno, sendo a palavra *pas* a única considerada realmente como negador, uma vez que a sua utilização no discurso é muito maior. Inicialmente, o *pas* era empregado apenas com verbos de movimento, no qual o seu significado inicial (passo) era apropriado, como na frase:

- (i) *Je ne vais un pas*/ Eu não vou um passo.

Esse item, porém, mais tarde, teve seu significado estendido de forma analógica para todos os verbos, o que fez dele um componente fixo e necessário nas construções negativas, cristalizando-se na perífrase descontínua *ne...pas*:

- (ii) *Je ne vais pas*/ Eu não vou.

Atualmente, segundo o autor, o *ne*, progressivamente, vem sendo abandonado, sendo assim, cada vez mais frequentes construções em que o *pas* é o único marcador de negação:

- (iii) *Il sait pas*/ Ele não sabe.

Percebe-se nesse percurso da negação do francês que o item nominal *pas*, num contexto específico de negação, ao mesmo tempo em que migrou de categoria nominal para a de partícula negativa, teve seu significado inicial transformado.

4. Persistência: é a manutenção dos traços semânticos da forma antiga nas formas já gramaticalizadas. Essa relação, nos estágios de morfologização, é frequente e completamente opaca, porém, uma forma pode ser polissêmica ou um dos seus significados refletir um significado dominante anterior, durante os estágios intermediários. Neves (2004, p. 125) afirma que esses traços podem estar refletidos, por exemplo, em restrições do comportamento gramatical do item. Para ilustrar esse princípio, Hopper utiliza os estudos feitos por Lord (1982) das línguas da África Ocidental, nos quais mostra o desenvolvimento de marcadores de objeto (casos acusativos) fora de verbos seriados como *take*. Dessa forma, em Gã (Benue-Kwa), a forma *ke* funciona como marcador de caso acusativo. Por meio de estudos, descobriu-se que esse marcador, originalmente, era um verbo com o significado de *take* e que, ao passar pelo processo de GR, transformou-se num marcador de caso. Assim, no Gã, somente são marcados morfologicamente como objetos do verbo *ke*, objetos que podem ser *taken*, configurando a persistência de um traço funcional da forma fonte na forma alvo.

5. Descategorização: a forma gramaticalizada perde ou neutraliza as características das categorias plenas e fontes e assume propriedades/características de categorias secundárias, mais gramaticais e alvos. Como exemplo, o autor cita o caso:

- (iv) *Drove in the bus/* Dirigiu o ônibus X *Went there by (0) bus/* Fui lá de ônibus.

Segundo Hopper (1991), esta construção relativiza a noção de categoria para as práticas discursivas e, portanto, a adesão em uma categoria é vista como sendo não determinada com antecedência para uma forma, mas para a implantação da construção no discurso. Em outras palavras, para substituir a ideia de 'uma categoria' por um 'grau de categorialidade'.

Esses cinco critérios propostos por Hopper, para captar casos de formas/construções em estágios em que a GR é mais incipiente, tornam-se um guia empírico para conseguirmos identificar tendências de mudanças na língua em uso,

principalmente, se o objeto de estudo ainda é um caso tenro de GR como percebemos com o nosso objeto, *visar*.

1.5.6. Traugott: a mudança abordada pela semântica e pragmática

Essa autora pode ser considerada especialmente importante, nos trabalhos sobre GR, pois faz considerações não encontradas em outros estudos. Em seu trabalho de 1982 (*apud* LONGHIN, 2003; LOPES-DAMASIO, 2008), aborda as questões semânticas e pragmáticas que envolvem o processo da GR. Sendo assim, para explicar como ocorrem essas mudanças, parte de um modelo semântico-funcional que apresenta algumas semelhanças com aquele proposto por Halliday e Hasan (1976), porém, ao invés das macro-funções: ideacional, textual e interpessoal, sua versão exhibe os componentes proposicional, textual e expressivo, como explicaremos a seguir:

(i) Proposicional: corresponde à “ideacional” de Halliday. Compreende todos os recursos da linguagem que tornam realizável o falar sobre o mundo extralinguístico, dentre eles, os que facilitam a verificação referencial, como os dêiticos de lugar, tempo e pessoa;

(ii) Textual: corresponde à “textual” de Halliday. Compreende todos os recursos gramaticais disponíveis para a elaboração de um discurso coeso, tais como topicalizadores, conectivos, complementizadores, anafóricos etc; e

(iii) Expressivo: corresponde ao “interpessoal” de Halliday. Compreende todos os recursos que o falante utiliza para expressar avaliações e atitudes em relação àquilo que está sendo dito, tais como os modalizadores, os operadores argumentativos, os marcadores de pressuposição e os índices de polifonia.

Para Traugott (1982 *apud* LONGHIN, 2003), a mudança acontece de forma unidirecional: *proposicional* > *textual* > *expressivo*, de tal modo que o inverso a esse trajeto não acontece. Nesse sentido, a mudança tem seu ponto de partida no sentido mais concreto ou “menos pessoal” (componente proposicional) até atingir o sentido mais abstrato ou “mais pessoal” (componente expressivo). Essa autora, porém, em 2010, publica um trabalho chamado “*Revisting subjectification and intersubjectification*” no qual esse *cline* de mudança é reinterpretado: *não/menos*

subjetivo > *subjetivo* > *intersubjetivo*. Traugott sinaliza que o fato de ser (inter)subjetivo não significa ter significados pragmáticos (inter)subjetivos em contextos específicos, mas ter significado (inter)subjetivo recém codificado.

Dessa forma, Traugott (2010) afirma que a subjetivação e a (inter)subjetivação são mecanismos pelo quais:

- (i) significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças (subjetivação), e,
- (ii) uma vez subjetivados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no destinatário (intersubjetivação).

Para Traugott (1995), esse *cline*, em alguns idiomas, como no Inglês, envolve maior liberdade sintática e alcance e, por isso, segundo a autora, infringe alguns dos princípios associados à GR, como o da fixação sintática e da redução do escopo. Porém, ilustra um grupo de outras características estruturais tradicionais e reconhecidas da GR, como: (i) a decategorização, (ii) a redução fonológica e (iii) a generalização, assim como também ilustra características mais recentemente reconhecidas do processo, como (i) o aumento da pragmática e (ii) a (inter)subjetivação. Assim, a autora sugere que essas características devam ser consideradas mais salientes para a GR do que a diminuição da liberdade e o escopo sintático. Nessa perspectiva, enfatizamos que, para Traugott, a GR é entendida como um processo em que, acima de tudo, há ganhos.

Em 1991, num trabalho em parceria com König, essa proposta é revista e os autores sugerem uma nova formulação, em novos termos, nos quais a mudança de significado, principalmente a GR de conjunções, ocorrerá a partir do seguinte percurso unidirecional:

Significados identificáveis nas situações extralinguísticas > significados fundados na marcação textual > significados na atitude do falante a respeito do que é dito

A mudança, nessa reformulação, inicia-se nas situações mais concretas, mais objetivas e, por isso, menos pessoais, e atinge o estágio daquelas menos concretas,

menos objetivas ou mais subjetivas e mais pessoais. Exemplificando esse processo, os autores apresentam a mudança ocorrida com *while*, do inglês, que se origina da expressão nominal/adverbial *pa hwile pe* – com o valor de ‘no tempo em que’; mais tarde, já com a palavra *while* – no sentido de ‘durante, enquanto’ – passa a ser usada como um conectivo temporal, correspondente a expressão *at the time*; e por último o *while* – significando ‘embora’ – passa a ser usado como um conectivo concessivo, no sentido de *although*.

Dessa forma, Traugott & König (1991), segundo a leitura de Longhin (2003), asseveram a ocorrência de perda de significado, proposta por Meillet, nesse processo de mudança. Por outro lado, porém, enfatizam que há sempre algum ganho, relativo ao que se torna subjetivo ao falante.

Essa divergência, para Longhin (2003), surge da noção que os autores têm acerca do termo expressividade. Para Meillet, um item começa a se gramaticalizar quando perde, além de outras coisas, o caráter expressivo; então, para esse autor, o “expressivo” é onde a GR se inicia. Já para Traugott, um item gramaticalizado é mais expressivo, portanto, para ela, o “expressivo” é o ponto de chegada do processo de GR.

Essa trajetória, proposta por Traugott & König (1991), é motivada pelo princípio da informatividade ou relevância, que, para os autores, reconhece:

- (i) a existência, entre os falantes, da tendência de não dizer mais do que se deve, ou do que seja necessário (princípio da economia),
- (ii) a existência, nos ouvintes, da vontade e capacidade de cooperar, e
- (iii) a tendência dos ouvintes a selecionar a interpretação mais informativa possível entre as outras concorrentes (Cf. GRICE, 1961).

Traugott aproxima esse entendimento à afirmação de Lehmann (1988) de que “cada falante quer dar a mais completa expressão para o que ele significa”. Porém, coloca limites a essa teoria, uma vez que não há uma forma para cada significado, como ela pode perceber em suas investigações sobre as conjunções *while*, *since* e *rather (than)*, já que essas três formas podem ter vários significados.

A autora, a partir de seu estudo dos marcadores discursivos (MDs) do Inglês, *indeed*, *in fact* e *besides*, afirma que seus desenvolvimentos são típicos de mudanças

unidirecionais, estruturais e pragmáticas, associadas à GR, por isso, propõe um olhar para além da morfossintaxe, no qual haja interação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática. Sendo assim, a GR poderia explicar, conforme a proposta de Traugott, a emergência de mecanismos que atuam na esfera mais pragmática, como é o caso dos MDs. Antes disso, no entanto, acreditava-se que, para esses casos, seria necessário recorrer a outros processos de mudanças, como a discursivação.

Contemplar os estudos de Traugott em nosso trabalho é essencial, uma vez que iremos abordar a mudança do verbo *visar* a partir de uma perspectiva sintática, semântica e pragmática.

1.6. Visa ao entendimento

Neste capítulo teórico, apresentamos um dos processos de renovação do sistema linguístico mais estudados atualmente: a Gramaticalização (GR). Subjaz ao entendimento desse processo, a concepção de língua como uma atividade real, sujeita a mudanças decorridas do discurso, ou seja, a língua é entendida como algo concreto e histórico e se encontra em constante “fazimento”, assim como apregoa Coseriu. Nessa esteira, a gramática é o resultado da GR.

Necessária se fez a apresentação de alguns termos importantes para o entendimento da GR, principalmente, a definição de unidade lexical e gramatical e suas derivações. Assim, por lexical, entendem-se as categorias prototípicas que fazem referência ao mundo bio-psíquico-social e por gramatical, compreendem-se as propriedades que organizam o discurso. Nesse sentido, a GR é um processo unidirecional em que itens lexicais/construções, em contextos específicos, assumem funções gramaticais, e se gramaticais, passam a mais gramaticais.

Traçamos um percurso histórico dos estudos desse processo e constatamos que seu início datado no século X. Trata-se, portanto, de algo que não é recente na linguística. Porém, teve maior difusão na década de 1990, após passar a efervescência dos estudos dicotômicos de Saussure. A partir desse trajeto histórico, apresentamos os autores que tiveram relevância nos estudos de GR e como eles definem esse processo. Identificamos, dessa forma, que, apesar das diferenças de conceituação, os autores partilham a ideia de que a mudança via GR compreende-se num *continuum*, que parte de um polo, no qual encontram-se os itens lexicais, para um outro, onde estão os gramaticais.

Destacamos que a GR, em nosso trabalho, é compreendida num recorte pancrônico, no qual há a interdependência entre sistema linguístico e uso, a natureza fluida da gramática e a importância da história para a sua compreensão.

Elencamos os diversos autores e suas contribuições teórico-metodológicas para este trabalho e, neste momento, destacamos suas principais contribuições para esta fundamentação teórica:

- (i) Givón (1979) – para esse autor, as mudanças são motivadas por necessidades comunicativas, ou seja, elas partem do discurso para a sintaxe;
- (ii) Heine & Reh (1984) – mapeiam a GR num trajeto empírico-descritivo em que as mudanças sugerem perdas nos três níveis da estrutura linguística: o funcional, o morfossintático e o fonético;
- (iii) Heine (1993) – postula sete estágios e motivações da formação de verbos auxiliares a partir de verbos plenos;
- (iv) Lehmann (1988) – descreve os parâmetros sincrônicos da GR, compreendendo-a como um processo em que o item perde autonomia;
- (v) Hopper (1991) – compreende a GR como uma mudança que decorre do discurso. Postula cinco princípios para a identificação do processo em fases incipientes de mudança, ou seja, quando o processo ainda não se concretizou;
- (vi) Traugott (1995) – aborda questões semânticas e pragmáticas que existem na GR. A autora reforça a ideia de que a GR pode envolver perdas nos aspectos estruturais, mas, por outro lado, também reforça a de que há ganhos na expressividade, pois o item gramaticalizado torna-se mais relevante para o sujeito.

Tentaremos, neste trabalho, utilizar as contribuições desses autores para as análises do fenômeno linguístico em questão. Apresentamos, no Capítulo seguinte, alguns estudos sobre os mecanismos do processo de GR.

CAPÍTULO 2: MECANISMOS DO PROCESSO DE GR

Neste capítulo, apresentaremos alguns mecanismos atuantes na GR, enquanto processo que, segundo Gonçalves *et al.* (2007), conduz velhas formas a novas funções gramaticais ou mais gramaticais ainda. Por esse motivo é que Heine (1993) enfatiza o estudo da manipulação cognitiva e pragmática para que se dê conta da gênese e do desenvolvimento de categorias gramaticais.

Nesta apresentação, partimos do conceito geral de mudança semântica, especificado, na sequência, a partir dos processos metafórico e metonímico. Em seguida, estabelecemos, com base na literatura sobre o assunto, a correlação entre tais processos. Por fim, empreendemos uma exposição sobre a mudança morfossintática, considerada, da mesma forma, como mecanismo imprescindível para o processo de GR.

2. 1. Mudança semântica

2.1.1. Processos metafóricos

A metáfora, nos estudos sobre mudança semântica, vem ganhando importância, uma vez que, assim como apregoam Lakoff & Johnson (2003 [1980]), é compreendida como um fenômeno que se correlaciona diretamente à formação do sistema conceitual humano.

Esses autores salientam que a metáfora, para a maioria das pessoas, é um dispositivo da imaginação poética e da retórica, usado em questões do extraordinário em vez da linguagem comum. Tipicamente, segundo esses autores, ela também é vista como característica da linguagem por si só, ou seja, em relação à linguagem e não ao pensamento ou à ação. É partindo dessas considerações que as pessoas imaginam a metáfora como algo irrisório, podendo, por isso, conviver sem utilizá-la. Esse é, no entanto, apenas um dos tipos de metáfora, denominado de *metáfora expressiva*.

Lakoff & Johnson (2003 [1980]) mostram, em seu trabalho intitulado “*Metaphor we live by*”, que a metáfora está generalizada na vida cotidiana, pois, para eles, tanto o pensar quanto o agir são naturalmente metafóricos. Segundo esses autores, os conceitos que governam nosso pensamento não são somente problemas do intelecto,

mas governam o funcionamento da rotina, estruturam a nossa percepção das coisas, do mundo e nossas relações com as outras pessoas. Nesse sentido, o nosso sistema conceitual exerce um papel central na definição da realidade e esse sistema conceitual, em suas visões, é altamente metafórico. Então, a forma como pensamos, a nossa experiência e a rotina são problemas de metáfora, em seu tipo denominado de *metáfora conceitual*.

O trabalho desses escritores é de grande valia por considerar a metáfora como manipulação conceitual e por esclarecer que essas manipulações, produzidas pela metáfora, serão, em cada língua, codificadas distintamente, uma vez que os falantes materializam linguisticamente os conceitos conforme suas vivências. Como exemplo, apresentam a metáfora ARGUMENTO É GUERRA que é, diariamente, refletida em nossa linguagem através das seguintes expressões:¹⁴

Seus **argumentos** são **indefensáveis**.

Ele **atacou** todos **os pontos fracos** do meu **argumento**. Suas críticas foram **direto ao alvo**.

Eu **demoli** seus **argumentos**.

Eu nunca **ganhei** uma discussão com ele.

Você discorda? Ok, **elimine-o!**

Se você usar essa estratégia, ele vai acabar com você. Ele **derrubou** todos os meus **argumentos**.

Esses são exemplos do que significa, para os autores, a ideia de conceito metafórico, pois, ao afirmar que ARGUMENTO É GUERRA, experimenta-se um termo por outro, ou seja, não é que o argumento seja uma (sub)espécie de GUERRA, mas ele é parcialmente estruturado, entendido, executado e falado em termos de

¹⁴Your claims are *indefensible*.

He *attacked every weak point in* my argument. His criticisms were *right on target*.

I *demolished* his argument.

I've never *won* an argument with him.

You disagree? Okay, *shoot!*

If you use that *strategy*, he'll *wipe you out*. He *shot down* all of my arguments. (LAKOFF & JOHNSON, 2003[1980], p. 4)

GUERRA. Dessa forma, o conceito, a atividade e, conseqüentemente, a linguagem, são metaforicamente estruturados.

Seguindo esse mesmo raciocínio de que as expressões metafóricas do cotidiano podem esclarecer a natureza metafórica dos conceitos que estruturam nossas atividades cotidianas, Lakoff & Johnson (2003[1980]) apresentam, também, o conceito metafórico TEMPO É DINHEIRO:¹⁵

Você está **perdendo** o seu **tempo**.

Este gadget vai **economizar horas**.

Não tenho **tempo** para **dar-lhe**.

Como você **gasta** seu **tempo** nos dias de hoje?

Esse pneu furado me **custou** uma **hora**.

Tenho **investido** muito **tempo** nela.

Eu não **tenho tempo** suficiente para isso.

Você está correndo contra o tempo.

Você precisa **organizar** o seu **tempo**.

Ponha de lado algum **tempo** para o ping pong. É que **vale** o seu **tempo**?

Você **tem tempo** de sobra?

Ele está vivendo em **tempo emprestado**.

Você não **usa** o seu **tempo** de forma **lucrativa**.

Perdi muito **tempo** quando cheguei doente. **Obrigado** pelo seu **tempo**.

Lopes-Damasio (2008) faz um resumo do que compreende a caracterização da metáfora conceitual, segundo esses autores, enfatizando o seu envolvimento com

¹⁵You're *wasting* my time.

This gadget will *save you* hours.

I don't *have* the time to *give you*.

How do you *spend* your time these days? That flat tire *cost me* an hour. I've *invested* a lot of time in her.

I don't *have enough* time to *spare* for that. You're *running out of* time.

You need to *budget* your time.

Put aside some time for ping pong. Is that *worth your while*?

Do you *have* much time *left*?

He's living on *borrowed* time.

You don't *use* your time *profitably*. I *lost* a lot of time when I got sick. *Thank you for your time*. (LAKOFF & JOHNSON, 2003[1980], p. 4).

a *direcionalidade* da transferência de significados e domínios mais concretos aos mais abstratos.

Segundo a autora, essa transferência se dá a partir de *inferências conceituais*, motivadas por usos pragmáticos que buscam atender a razões interativas e expressivas, por meio de ocorrências prototipicamente baseadas em *processos analógicos*, fundamentados na integração de uma proposição que deverá ser conhecida como falsa, uma vez que membros de um determinado domínio semântico serão representados em termos de outro, graças à similaridade na percepção sensorial, em operações que se dão no eixo paradigmático, com o intuito de especificar o significado abstrato, não presente no contexto, em termos de outro, mais concreto (LOPES-DAMASIO, 2008, p. 65).

Nesse sentido, Traugott & König (1991) apresentam três tendências semântico-pragmáticas para a mudança semântica:

(i) Tendência semântico-pragmática I:

Significados baseados na situação externa descrita > significados baseados na situação interna (avaliativo/perceptual/cognitivo).

Entende-se por situação “interna” a situação percebida ou entendida por um ser sensível, não necessariamente o falante. Por exemplo, as relações temporais são “internas” no sentido de que têm menos correlatos físicos. A extensão da preposição *æfter* (por trás), do Inglês Antigo, originalmente espacial à temporal, mostra sua relação a um ambiente objetivo, físico; enquanto que, mais tarde, é adquirido o significado de marcador temporal *æfter* (até). Trata-se de uma instância da Tendência I, uma mudança de referência da situação concreta e física para uma situação cognitiva e perceptual. Quando o termo espacial é derivado de uma parte do corpo, conforme essa palavra do inglês antigo *æfter* (por trás) (cf. 2.1.1.1 seção subsequente deste Capítulo que tratará da metáfora, entre outras formas, a partir do desenvolvimento de termos que fazem referência a partes do corpo para locativo e de espaciais para temporais, como apontado nessa tendência), a Tendência I pode operar duas vezes: *objeto > espaço* e *espaço > tempo*.

Esse exemplo, portanto, ilustra também um caso bem conhecido de mudança metafórica, na GR de termos espaciais, que inclui o desenvolvimento de advérbios ou

preposições em conectivos. No Inglês Médio, a preposição *æfter* (seguindo atrás, mais tarde), torna-se *after* (depois). Esse exemplo pertence à segunda tendência na mudança semântica que fora identificada, inicialmente, no trabalho feito por Traugott (1989 *apud* TRAUGOTT & KÖNIG, 1991):

(ii) Tendência semântico-pragmática II:

Significados com base na situação > significados externos ou internos descritos com base na situação textual

A palavra *after* (depois) tornou-se um conectivo temporal, um marcador textual, ou seja, passou pela Tendência II, uma vez que desenvolveu funções relativas à coesão textual. A metáfora presumível é, pois, a de que os eventos expressos em cláusulas são tratados como objetos com correlações espaço-temporais.

A terceira tendência, em mudança semântica, também foi identificada por Traugott (1989 *apud* TRAUGOTT & KÖNIG, 1991):

(iii) Tendência semântico-pragmática III:

Significados tendem a se tornar cada vez mais situados na crença subjetiva de estado/atitude do falante em direção à situação.

Os autores afirmam, retomando o trabalho inicial de Traugott (1989), que as causais, concessivas e partículas de negação são essencialmente expressões da atitude do falante na relação de elementos dentro da proposição ou das proposições com outros elementos, bem como da compatibilidade dessas relações. Eles apresentam o exemplo do caso de *hrapor*, um advérbio de tempo do inglês antigo que, por meio da Tendência I, passou a ter um uso preferencialmente de significado 'avaliativo'; o *panne hrapor*, conjuntivo textual, desenvolvido pela Tendência II, poderia expressar tanto um significado temporal (o mais velho) como uma preferência (o mais recente). A mudança da preferência ao conjuntivo de negação ocorreu através da operação da Tendência III.

O processo metafórico é, portanto, um mecanismo motivador da GR que está associado à abstratização de significados, na qual “os domínios lexicais ou menos gramaticais são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 42).

A exemplo do que fazem vários estudos sobre GR, avaliamos, a partir da breve exposição realizada até aqui, como necessária a distinção entre o conceito de metáfora, empregado neste trabalho, em relação ao conceito habitualmente conhecido e que se refere às figuras de linguagem. Sobre isso e a título de sistematização dos conceitos já apresentados, Heine *et al.* (1991) explicam que, quando está ligado às figuras de linguagem, esse termo envolve a formação de novas expressões, motivada psicologicamente, segundo o que conhecemos como *metáfora-criativa*. Por sua vez, o uso do mesmo termo, relacionado à extensão de significados, está ligado a uma motivação pragmática, uma vez que itens/construções já existentes passam a ser utilizados, em novos contextos, segundo o que vamos denominar *metáfora-emergente* ou *metáfora conceitual*, localizada, portanto, fora do âmbito da liberdade criativo-artística, mas dentro do âmbito da liberdade criativa-expressiva, constatada no uso da língua no dia a dia.

A *metáfora-emergente*, nosso interesse de pesquisa, a serviço da GR, “consiste num processo de inferências através de fronteiras conceituais, desenhando uma espécie de mapeamento conceitual, por meio de saltos associativos não aleatórios, mas motivados pela analogia e também pelas relações icônicas” (LOPES-DAMASIO, 2009, p. 64). Nesse sentido, depreende-se que a abstratização faz parte da forma como o homem compreende e conceitua o mundo; como aquilo que está mais próximo de si é melhor estruturado e delimitado, porque é mais concreto, do que aquilo que está mais distante. Trata-se de tomar o concreto para conceitualizar experiências e sentidos abstratos e cada vez mais abstratos.

Gonçalves *et al.* (2007) identificam, na atuação desse mecanismo e na esteira dos pressupostos de Meillet, já apresentados aqui, o *bleaching* semântico da forma-fonte de um processo de GR em relação à forma-alvo ou meta. A forma-fonte, segundo esses autores, são os itens ou construções que refletem as experiências humanas mais elementares, mais concretas e que dão origem ou estão na origem do processo de mudança via GR.

Nas subseções seguintes, 2.1.1.1 e 2.1.1.2, serão apresentadas, com um pouco mais de detalhes, as compreensões de Heine *et al.* (1991) e Sweetser (1988, 1991) de metáfora como mecanismo motivador da GR. Em 2.1.1.3, será apresentado o “princípio da iconicidade” e sua relação com o processo de mudança focalizado neste trabalho.

2.1.1.1 Modelo de Heine *et al.* (1991)

Conforme já mencionado, para Heine e seus colaboradores, a transferência de estruturas fontes para estruturas gramaticais segue um trajeto unidirecional, partindo da esquerda para a direita, ou seja, do mais concreto para o mais abstrato:

(1) PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

No arranjo unidirecional das categorias, uma determinada categoria é “mais abstrata” do que qualquer outra à sua esquerda, e “menos abstrata” do que qualquer uma à sua direita. Cada uma dessas categorias representa um domínio de conceitualização e esse arranjo pode ser interpretado como consistindo de um número de metáforas categoriais, como ESPAÇO É OBJETO ou TEMPO É ESPAÇO, em que a primeira categoria forma o tema e a segunda, o veículo dentro de uma equação metafórica:

Tabela 2: Veículos e tópicos na abstração metafórica (HEINE *et al.*, 1991, p. 158).

	Veículo	Tópico
Ideacional	claramente delineado, compacto	distorcido, difusa
	físico (visível, tangível, etc.)	não-físico, mental
	objetos coisa-come	qualidades
	interações sócio-físicas	processos mentais (SWEETSER, 1982, p. 503)
	processo	estados
	espaço	tempo, causa, forma
	individual	massa, classe, não-contável
	magnitude absoluta ou quantificada	magnitude relativa (cf. TALMY 1986, p. 4)
	autônomo	relacional
	“mundo real”	“mundo do discurso”

Textual	menos baseado no discurso	mais baseado no discurso ou "baseado no falante" (TRAUGOTT 1986, p. 540)
	referencial	não-referencial
	participante central	participante circunstancial
	novo	velho
Interpessoal	expressivo	não-expressivo

Os autores esclarecem que, em várias línguas, por exemplo, o lexema que faz referência à parte do corpo *costas* é usado como um veículo metafórico para expressar um conceito espacial, *atrás* (= ESPAÇO É OBJETO), e este último novamente vem a servir como um veículo para um conceito temporal *depois* (TEMPO É ESPAÇO). Essas categorias cognitivas do *continuum* podem estar refletidas em vários aspectos da estrutura da linguagem. Como exemplo disso, Heine e seus colaboradores apresentam que, em todas as línguas africanas, por eles estudadas, há pronomes distintos para a identificação de cada categoria: PESSOA (quem?), OBJETO (o quê?), PROCESSO (o quê?), ESPAÇO (onde?), TEMPO (quando?), QUALIDADE (como?). As categorias OBJETO e PROCESSO tendem a ter a expressão pronominal idêntica, fato que sugere que há, entre elas, uma relação metafórica especial. O mesmo também pode ser percebido, em GR de construções de complemento, na qual há codificação de um verbo como o complemento nominal de verbo transitivo.

Os autores ainda apontam uma correlação entre as categorias metafóricas, a divisão das classes de palavras e os tipos de constituintes, estabelecendo, assim, as seguintes relações prototípicas:

Tabela 3: Relações prototípicas (HEINE *et al.*, 1991, p. 160).

Categoria	Classes de palavras	Tipos de constituintes
Pessoa	Nome humano	Sintagma nominal
Objeto	Nome concreto	Sintagma nominal
Atividade	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
Espaço	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
Tempo	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
Qualidade	Adjetivo, verbo de estado, advérbio	Modificador

É possível, também, segundo esses escritores, estabelecer uma equivalência entre essas categorias e os tipos de constituintes linguísticos:

Tabela 4: Tipos de constituintes linguísticos (HEINE *et al.*, 1991, p. 160).

Categoria sintática	Função discursiva	Classe semântica
Nome	Referenciação	Objeto (físico)
Verbo	Predicação	Ação (física)
Adjetivo	Modificação	Propriedade (física)

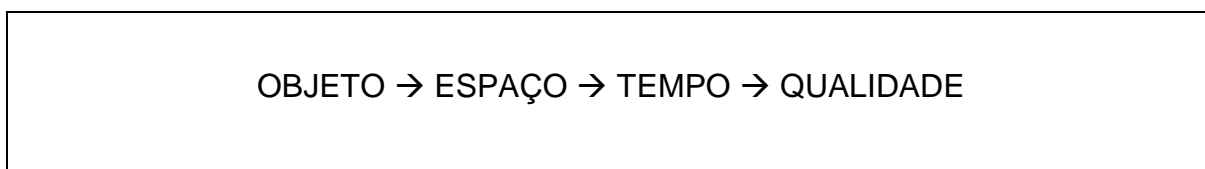
Outra correlação possível pode ser depreendida entre o caso e a categoria prototípica:

Tabela 5: Correlação entre o caso e a categoria prototípica (HEINE *et al.*, 1991, p. 160).

Função de caso	Categoria prototípica
Agente	Pessoa
Benefactivo	Pessoa
Dativo	Pessoa
Acusativo	Objeto
Locativo	Espaço
Instrumental e outros	Qualidade

Para Heine *et al.* (1991), esse processo, em que conceitos “abstratos” são descritos ou entendidos em termos de conceitos menos “abstratos”, é metafórico por natureza e envolve uma transferência gradual e contínua de um domínio cognitivo para outro. Usando ainda o exemplo do lexema *megbé* da língua africana *Ewe*, eles explicam que, originalmente, esse termo significava uma parte do corpo, *costas*, e que se desenvolve em preposição e/ou advérbio, passando a ser usado como *atrás de*, *atrás*. Sobre essa mudança, os autores constroem o seguinte *continuum*:

Esquema 10: *Continuum* de abstratização (HEINE *et al.*, 1991).



Dessa forma, na sentença (1), a palavra *megbé* é utilizada, significando uma parte do corpo, sendo, portanto, um conceito da classe de objeto; em (2) expressa um conteúdo locativo, quer como advérbio, como em (2a), ou como posposição, como em (2b); em (3), apresenta uma ideia temporal; e, em (4), exibe uma qualidade:

(1) *é-pé megbé fá*
3sg-poss back be cold
'Suas costas estão frias'.

(2) a. *é le xɔ á megbé*
3sg is house def. behind
'Ele está atrás da casa'.

b. *é nɔ megbé*
3sg stay behind
'Ele fica para trás'.

(3) *é kú le é-megbé*
3sg die be 3sg-behind
'Ele morreu depois dele'.

(4) *é tsí megbé*
3sg remain behind
'Ele é mentalmente retardado'.

Para os autores, essa interpretação, em termos de transferência metafórica, consegue explicar grande parte da "polissemia" do *megbé*; porém, não soluciona exemplos em que há ambiguidade semântica, nos quais o lexema pode ser interpretado como pertencente, ao mesmo tempo, a mais de uma categoria. Como podemos perceber na sentença (5), em que *megbé* pode determinar uma parte do corpo de um ser humano *costas*, como também a parte de trás de algo inanimado *trás*; em (6), pode significar tanto a *parte de trás* de um objeto ou o *espaço atrás* desse

objeto; na frase (7), *megbé* pode referir-se ou a um termo espacial ou temporal; e, em (8), pode tanto ter uma significação de tempo como de qualidade.

(5) *megbé keke-ádé le é-si*
back broad-indef be poss-hand

(a) 'Ele tem uma costa larga'

(b) 'Ele tem uma traseira larga'

(6) *dzra xɔ-á pé megbé dó*
prepare house-def poss back ready

'Prepare a parede de trás/o local atrás da casa'.

(7) *é le megbé ná-m*
3sg be behind prep-1sg

(a) 'Ele esta atrás de mim (especialmente)'.

(b) 'Ele é atrasado (= ele não consegue acompanhar meu ritmo)'.

(8) *é tsi megbé*
3sg remain behind

(a) 'Ele ficou para trás/é atrasado'.

(b) 'Ele é mentalmente retardado'.

Os autores, sobre esses casos de significados sobrepostos, ponderam que não se trata de coincidências, mas do desenvolvimento de um lexema a um morfema gramatical. Nesse sentido, as categorias de *OBJETO*, *ESPAÇO*, *TEMPO* e *QUALIDADE* não são completamente separadas, ou seja, o relacionamento entre elas pode ser grafado, segundo os autores, da seguinte forma:



Essa sobreposição é indicativa de que não ocorre uma substituição súbita de uma forma pela outra, mas fases em que elas coexistem. Então, o fato de elas serem

representadas por um *continuum* significa que constituem um conjunto de categorias não discretas, que devem, por isso, ser entendidas como uma cadeia, em que não há fronteiras claras entre elas.

Esse processo, segundo Heine *et al.* (1991), envolve as seguintes propriedades:

- um significado reconhecido como “literal” e outro que é “transferido” ou “metafórico”;
- a transferência ou projeção de um domínio conceitual (espaço) em termos de outro (tempo dêitico);
- a mudança se justifica pelo fato de que um conceito concreto é mais facilmente palpável que um conceito pertencente a um domínio mais abstrato;
- aparente violação de regras e anomalias, como o caso de um verbo de movimento, que, tipicamente, requer um sujeito humano e que passa a co-ocorrer com sujeitos inanimados;
- conceitos pertencentes ao mundo humano que são utilizados para referirem-se a conceitos inanimados; e
- em dados contextos, expressões metafóricas que podem também ser entendidas no sentido literal, resultando em ambiguidade.

Dessa forma, o modelo de mudança metafórica proposto por Heine *et al.* (1991) refere-se ao entendimento do processo de abstratização de conceitos, no qual o usuário da língua se utiliza de conceitos mais concretos ou menos abstratos para referir-se àqueles mais abstratos. Sendo assim, o falante/escrevente parte da sua representação física, ou do que está mais próximo dessa, até alcançar conceitos mais abstratos, num processo unidirecional, gradual e contínuo de transferência entre as categorias.

2.1.1.2 O modelo de Sweetser (1988, 1991)

A metáfora, para essa autora, é o mecanismo principal que desencadeia as mudanças “em direção aos significados de modalidade, agindo como uma espécie de

‘mapeamento reduzido’ de um significado mais básico (raiz) ou como a extensão de um sentido modal superordenado” (CASSEB-GALVÃO, 1999, p. 31).

Assim como Heine *et al.* (1991), Sweetser (1988 *apud* LONGHIN, 2003, p. 43) também considera, portanto, que a mudança de significado acontece pela transferência metafórica, na qual um domínio mais concreto passa a um domínio mais abstrato, e não vice-versa, ou seja, considera o processo unidirecionalmente. Em suas perspectivas, esses autores concordam, assim, que o processo abrange as dimensões sincrônica e diacrônica: sincronicamente, o item à direita será mais gramaticalizado (mais abstrato em conteúdo semântico) do que qualquer outro que estiver à sua esquerda; diacronicamente, um determinado estágio é considerado anterior, historicamente, a qualquer outro à sua direita.

Para Sweetser (1988 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008), o que permite ao homem fazer correspondências ou identificações, nos mais diferentes instantes de sua experiência, é a sua estruturação cognitiva. Dessa forma, são as nossas experiências físicas e os nossos estados psicológicos que nos proporcionam as relações de natureza cognitiva. Nessa direção, a proposta dessa autora está alicerçada em três domínios: (i) do *conteúdo*, representa as experiências sócio-físicas; (ii) *epistêmico*, relacionado ao raciocínio lógico; e o (iii) *conversacional*, alcança as relações que estabelecemos nos atos de fala.

Segundo Sweetser, existe um *sistema metafórico* bem estruturado que liga os domínios do mundo sócio-físico ao mundo psicológico e esse sistema é explicado, a partir dos pontos de vista: (i) diacrônico, no qual o sistema metafórico aponta o sentido das mudanças semânticas; e (ii) sincrônico, no qual o sistema apresenta-se com as diversas polissemias e usos abstratos advindos do mundo externo. Nesse sentido, para Longhin (2003), os estudos dessa autora são de extrema importância nas análises sincrônica e diacrônica, pois, através da perspectiva diacrônica, o investigador consegue esclarecer como ocorrem as conexões semânticas sincrônicas entre os domínios conceituais; assim como, através das conexões sincrônicas, consegue elucidar as razões para a ocorrência da mudança de significado.

2.1.1.3. O princípio da iconicidade

A iconicidade é um princípio geral e por isso aparece como explicação para vários fenômenos linguísticos. A assertiva de Givón (1983 *apud* LIMA-HERNANDES,

2007) “de que as categorias que são estruturalmente mais marcadas são também substancialmente mais marcadas,”¹⁶ mostra o uso do entendimento do princípio da iconicidade para explicações linguísticas. Nesse sentido, como pudemos perceber no item anterior, a motivação da metáfora é a iconicidade, pois, como afirma Votre (1997), toda metáfora, até um certo ponto, é icônica, uma vez que ela baseia-se na semelhança ou no compartilhamento semântico entre o significado inicial e o significado derivado.

Lima-Hernandes (2007) afirma existir, entre a maioria dos estudiosos funcionalistas, um consenso no que diz respeito ao princípio da iconicidade corresponder à relação motivadora, unívoca, entre forma e função, na qual a primeira determina a segunda e nunca o contrário.

Newmeyer (1992) assevera que esse princípio foi primeiramente discutido nos estudos relacionados à forma e ao conteúdo, realizados por Peirce (1932). Esse autor postulou uma tricotomia, envolvendo o ícone-índice-símbolo,¹⁷ em que se respalda para fazer a distinção entre signo e objeto: (i) o ícone, que, originalmente, representa a relação de semelhança entre o signo e a realidade externa; (ii) o índice, que representa relações de contiguidade; e (iii) o símbolo, que se refere à relação convencional.

Segundo Lima-Hernandes (2007), esses estudos, que estão diretamente ligados à semiótica, vêm assumindo também um papel de destaque na Gramática Funcional e na Sociolinguística.

Haiman (1980), ao tratar da taxonomia dos signos, proposta por Peirce (1932), afirma que esse autor fez uma distinção crucial entre dois tipos de iconicidade: a *imagética* e a *diagramática*. Por *imagem icônica*, entende-se um sinal único que se assemelha a seu referente no que diz respeito a algumas características (não necessariamente visuais), como, por exemplo, as fotografias, as estátuas, a música e, na linguagem, as palavras onomatopaicas. Já um *diagrama icônico* caracteriza-se por um arranjo de sinais, nenhum dos quais necessariamente se assemelha a seu referente, mas cuja relação de um com o outro é o espelho da relação com seus referentes. Como exemplo não linguístico, pode-se citar qualquer esquema técnico,

¹⁶ *The more disruptive, surprising, discontinuous or hard to process a topic is, the more coding material must be assigned to it.* (GIVÓN, 1983, p. 18)

¹⁷ Para Peirce (1932 *apud* NEWMAYER, 1992), um sinal é algo que se assemelha a alguma coisa, como é o caso da fotografia; no índice, há ligação direta entre o sinal e o objeto; e o símbolo é o sinal que foi convencionalizado, ou seja, no qual não há ligação direta entre sinal e objeto.

como a formação do futebol ou o circuito de um rádio; e, como exemplo linguístico, destaca-se a tendência para a ordem narrativa seguir a ordem dos eventos narrados; essa é denominada como *iconicidade diagramática*, estudada nas pesquisas que envolvem o processo de GR.

As relações icônicas, segundo Casseb-Galvão (1999), contrariam o princípio da arbitrariedade proposto por Saussure, pois há, no signo icônico, uma relação motivada. Dessa forma, Hopper & Traugott (1993) definem a iconicidade como a propriedade de similaridade entre um item e outro. Neves (1997) completa esse entendimento, afirmando que ela é um princípio que considera a relação *forma e função*, ou *código e mensagem* na linguagem humana, que aconteceria de forma não-arbitrária.

A seu turno, Croft (1990 *apud* NEWMAYER, 1992) afirma que, na iconicidade, a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência, ou seja, a estrutura do mundo, incluindo a perspectiva imposta sobre o mundo do falante. Sobre isso, Givón (1983 *apud* LIMA-HERNANDES, 2007), em sua obra intitulada “Syntax”, ressalta que o caráter natural e icônico da relação entre uma estrutura e uma função deriva-se da história particular dessa relação. Ele, ainda nessa obra, distingue entre os domínios funcionais codificados pela linguagem humana,¹⁸ o da semântica lexical como aquele que possui maior grau de arbitrariedade, embora com certo grau de iconicidade, entre o significado lexical e a forma sonora.

Na Linguística Funcional, sua classificação encontra-se na condição de preservação de Bolinger (1983), na qual o autor assegura que a condição natural de uma língua é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma.

Duas interpretações bastante diferentes foram sugeridas por Haiman (1983), segundo o qual a estrutura linguística pode iconicamente refletir a estrutura conceitual, de acordo com o isomorfismo e a motivação. No primeiro, é postulada uma relação biunívoca entre forma (quer no nível do morfema, da palavra ou da construção) e significado; e, no segundo, é postulado que as relações entre os elementos estruturais

¹⁸ Na concepção de Givón (1984 *apud* LIMA-HERNANDES, 2007), a linguagem humana codifica domínios funcionais hierarquicamente organizados e integrados, são eles: o semântico lexical (refere-se ao conhecimento compartilhado que também se apresenta incorporado ao léxico), o semântico proposicional (apresenta-se na informação expressa nas proposições que são sintaticamente codificadas como sentenças) e o pragmático discursivo (trata-se de um amplo espaço contextual que valida uma proposição).

em uma descrição linguística, esquematicamente, refletem as relações análogas na estrutura do significado.

Sobre o isomorfismo, Linger (1977 *apud* NEWMEYER, 1992) afirma que a condição natural da língua é preservar uma forma de um significado. Desse modo, a iconicidade implica a rejeição tanto da sinonímia quanto da homonímia. Se há, por exemplo, duas palavras ou construções absolutamente sinônimas, alguns pares compartilham mais traços semânticos do que outros.

Sobre a motivação icônica, Haimann (1983) evidencia três constatações:

- (i) a distância linguística entre as expressões corresponde à distância conceitual entre elas;
- (ii) a separação linguística de uma expressão corresponde à independência conceitual do objeto ou evento que representa;
- (iii) a distância social entre os interlocutores corresponde à extensão da mensagem, com igual conteúdo referencial.

A partir dessas afirmações, o autor sugere três motivações da iconicidade:

(i) a expressão icônica da distância conceitual – atua em categorias de causas, pois: (a) dois conceitos serão conceptualmente estreitos na medida em que eles partem de propriedades semânticas mais próximas (por exemplo, dois verbos estarão mais próximos na medida em que eles compartilhem o sujeito, o objeto ou o tópico); (b) dois conceitos estarão mais próximos a partir do ponto em que um afeta o outro (por exemplo, a proximidade conceitual entre verbo e seu objeto varia de acordo com a transitividade verbal); e (c) dois conceitos estarão mais próximos na medida em que eles são percebidos como inseparáveis (por exemplo, há uma ligação conceitual mais estreita entre possuidor e seu inalienável objeto possuído do que entre um possuidor e um alienável objeto possuído). Além disso, a motivação da iconicidade atua na categoria de ordenação, transitividade e posse, que mantêm um paralelismo formal entre distância conceptual e formal.

(ii) a expressão icônica da individuação – refere-se ao paralelismo entre a independência conceitual e a independência formal, no qual a unidade linguística formalmente independente denota uma entidade conceptualmente independente (por

exemplo, uma oração separada denota uma proposição que é independente, uma oração reduzida não).

(iii) a expressão icônica da distância social – a distância física é uma metáfora da distância social e pode ser instrumental bem como referencial (por exemplo, quando dois atores mantêm uma relação respeitosa um com o outro, devido à falta de contato entre eles, as escolhas lexicais irão sinalizar esse distanciamento, ou seja, utilizarão recursos linguísticos, como o eufemismo, que tratarão do mesmo assunto, porém com maior grau de cordialidade). Uma das sinalizações, feita pelo autor, sobre esse aspecto, é que quanto mais prolixidade, maior o grau de respeito entre os interlocutores.

Além dessas, Newmeyer (1992) acrescenta mais três motivações para a iconicidade, são elas:

(i) iconicidade de ordenação – o grau de importância atribuído pelo falante ao conteúdo determina a ordenação das formas, sejam essas no nível oracional ou no organizacional. Nesse sentido, por exemplo, explica-se o porquê de uma oração condicional preceder, geralmente, a asserção conclusiva.

(ii) iconicidade de complexidade – a complexidade linguística reflete a complexidade conceitual, ou seja, formas e estruturas marcadas são tanto tipicamente quanto estruturalmente mais complexas (ou, pelo menos, mais longas) e semanticamente mais complexas do que os não-marcadas.¹⁹ Como exemplo, temos a forma plural que é maior que a singular, a superlativa que é maior que a normal etc.; e

(iii) iconicidade de categorização – conceitos que se enquadram na mesma categoria gramatical tendem a ser cognitivamente similares. Assim, assuntos gramaticais tendem a se correlacionar com os agentes e os objetos gramaticais com os pacientes.

2.1.2 Processo Metonímico

Heine e colaboradores (1991) definem a metonímia como um processo cognitivo pelo qual o nome de uma entidade é usado para outra entidade, que, de

¹⁹ Conforme discussão no âmbito da gramática gerativa (LAPOINTE, 1986 *apud* HEINE *et al.* 1991).

alguma forma, é contígua à primeira. Esses autores defendem que esse mecanismo contribui para o processo de GR, podendo desencadear uma reanálise estrutural.

Traugott & König (1991) apresentam três tipos de contiguidades que são inerentes ao processo metonímico:

(i) *a contiguidade na experiência sociofísica ou cultural:*

- a) partes do corpo são expandidas para o espaço do mundo físico;
- b) associação de condutas com certas pessoas ou classes de pessoas;
- c) associação de uma atividade com o fator que a habilita;
- d) associação de um estado mental com um objeto ou causa.

(ii) *a contiguidade na expressão*, ou seja, na realização sintagmática da fala que pode resultar em elipse, como, por exemplo:

- a) uma elipse: “um quadro pintado por picasso” > “um Picasso” ;
- b) e o processo de mudança da negativa do francês: “ne...pas” > “pas”.

(iii) *a sinédoque ou contiguidade na relação parte pelo todo*, como:

- a) a parte pelo todo: “Completo mais uma primavera”;
- b) o continente pelo conteúdo: “Comi dois pratos”;
- c) o autor pela obra: “Li Machado de Assis”.

Através da contiguidade, um conceito mais concreto desloca-se em direção a um mais abstrato, podendo existir um estágio intermediário, no qual os dois podem coexistir.

Nos exemplos (1) e (2) da seção 2.1.1, vimos que a palavra *megbé* da língua africana Ewe passou por um processo de mudança através da metáfora: primeiro, a forma *costas*, em seu sentido literal, indicando parte do corpo humano, por uma transferência de significado, passa a denotar uma ideia temporal, quer sendo um advérbio ou uma posposição *atrás*, *atrás de*. Os autores ponderam que, entre os significados envolvidos nesse processo, não há descontinuidade, mas um número de acepções intermediárias que sugerem uma cadeia de matizes conceituais com diferenças mínimas. Para exemplificar essa ideia, Heine *et al.* (1991, p. 164) apresentam os seguintes exemplos:

- (9) *From Cologne to Vienna it is 600 miles.* / Da Colônia à Viena são 600 milhas.
- (10) *From Cologne to Vienna it is 10 hours by train.* / Da Colônia à Viena são 10 horas de trem.
- (11) *He was asleep all the way/all the time from Cologne to Vienna.* / Ele estava adormecido todo o caminho/o tempo todo de Colônia a Viena.
- (12) *To get to Vienna, you travel from morning to evening.* / Para chegar em Viena, você viaja de manhã até a noite.

Nessas sentenças, as preposições *from* 'de' e *to* 'até' têm, em (09), um significado locativo, mas, em (10), um significado temporal. Segundo os autores, está presente, nesses exemplos, uma outra instância da metáfora ESPAÇO-TEMPO. Em (11) e (12), no entanto, a situação não é tão clara, pois as preposições podem ser entendidas espacial ou temporalmente. Nessas duas sentenças, portanto, o significado proposicional aparece para marcar um estágio intermediário ou um dos vários estágios intermediários possíveis na transição de ESPAÇO para TEMPO. Sendo assim, os autores afirmam que se caracteriza, nesses exemplos, um tipo de contiguidade conceitual que não acontece por um *salto* metafórico, mas por uma relação metonímica.

2.1.3. Correlação entre Metáfora e Metonímia

Para Heine *et al.* (1991), a metáfora pressupõe algum tipo de metonímia. Sendo assim, esses mecanismos não devem ser separados, mas, sim, compreendidos de forma complementar: a metonímia resulta da contiguidade de significações, favorecidas pela proximidade de formas linguísticas, ocasionando uma associação entre o processo metonímico e a reanálise. A metáfora, por sua vez, permite a transferência de um domínio para outro, por meio de um elo estabelecido entre os dois domínios conceituais envolvidos, ou seja, uma associação da metáfora com a analogia. Enquanto a metáfora resolve um problema de representação, a metonímia é associada à resolução de problemas de informatividade e relevância na comunicação.

Nesse sentido, a passagem de um item/construção de menos para mais gramatical só é possível por meio de estágios intermediários em que um processo conceptual atuante é favorecido pela proximidade sintática. Sendo assim, ao processo de GR subjazem processos metafóricos que envolvem inferências, partindo de limites conceptuais, e as transferências conceptuais, decorrentes desse processo, poderão seguir um percurso de alteração unidirecional com base na hierarquia funcional.

Heine e seus colaboradores, amparando-se nos estudos de Traugott & König (1991), entendem que as polissemias encontradas devem ser entendidas como produto da convencionalização de inferências conversacionais, pois surgem da ação do princípio de informatividade e relevância, que pressiona os falantes a fazerem a escolha pela interpretação mais significativa. Assim, são mudanças semânticas de origem metonímica, uma vez que a mudança metafórica está relacionada à solução do problema da representação.

Para Heine *et al.*, metáfora e metonímia são diferentes componentes de um mesmo processo, i. é., da GR, e conduzem conceitos concretos, lexicais a abstratos, gramaticais. Esse processo, por um lado, é constituído por uma escala de entidades que são contíguas, numa relação metonímica, e, por outro lado, contém um número menor de categorias mais salientes e descontínuas, tais como espaço, tempo ou qualidade. A relação entre essas categorias conceituais também pode ser descrita como sendo o resultado de uma série de extensões metonímicas. Dessa forma, ambos os componentes, metonímicos e metafóricos, coexistem no processo de GR e têm a seguinte estrutura em comum:

$$A \rightarrow A/B \rightarrow B$$

Essa estrutura sugere que, nas transições de uma entidade conceitual A para B, há uma fase intermediária (A/B), na qual a entidade anterior e a subsequente coexistem lado a lado. Essa fase intermediária tem sido descrita, na literatura sobre GR, sob o rótulo de *split* (HEINE & REH, 1984) e é responsável, na estrutura linguística, por alguns casos de ambiguidade e de variação livre. Heine *et al.* (1991) entendem esse processo como uma reinterpretação induzida pelo contexto, que envolve os seguintes estágios:

Estágio I: num contexto específico C, o sentido central A sofre um acréscimo, então, uma forma linguística F adquire um sentido adicional B. Como resultado disso, podemos obter a ambiguidade semântica, já que tanto A como B podem ser sugeridos a partir de C. Encontramos aqui o momento viável para acontecer a mudança. A situação comunicativa, se for o caso, seguramente poderá ajudar pela decisão de um ou outro sentido possível. Nessa fase, em que há as duas possibilidades, poderão ocorrer situações em que o falante almeja comunicar A, mas seu ouvinte entende B.

Estágio II: mesmo que dirigido pelo primeiro sentido A, o surgimento de B permite que a forma relevante seja usada em contextos novos, compatíveis com B.

Estágio III: a formação de um novo foco, que não seja nas propriedades de A, surge a partir da convencionalização de B.

A partir dessa elucidação, Heine *et al.* (1991) explicam que a mudança de um significado *espacial* para um significado *aspectual* seria resultado de uma força metonímica, e o resultado final seria descrito em termos de uma transferência metafórica de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato. É como se, com uma lente de aumento, a metonímia captasse a gradualidade da mudança. Sem a lente de aumento, a metáfora capta os domínios cognitivos distintos envolvidos nesse processo.

2.2. Mudança Morfossintática

2.2.1. Reanálise

O termo reanálise tem sido empregado em diferentes fenômenos. Heine *et al.* (1991, p. 167) apontam que alguns autores utilizam a reanálise como sinônimo de GR, como, por exemplo, Lord (1976), que a entende como o processo que desenvolve um item/construção lexical a gramatical. Porém, Heine & Reh (1984) propõem que a reanálise seja vista separadamente da GR, principalmente devido ao princípio da unidirecionalidade, propriedade inerente a este último processo, mas não necessariamente ao primeiro. Dessa forma, a definição que utilizaremos nesse trabalho será a de Langacker (1977 *apud* HEINE *et al.* 1991) que a entende como uma mudança, na estrutura de uma expressão ou classe de expressões, que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca em sua manifestação superficial.

Langacker (1977 *apud* TRAUGOTT & TROUSDALE, 2010, p. 10) caracteriza dois tipos de reanálise: (i) a ressegmentação, que é a perda, criação ou mudança de fronteira; e (ii) a reformulação sintática/semântica que varia de mudança semântica para a mudança nos padrões de concordância.

Esse termo, segundo Heine *et al.* (1991), também tem sido empregado para definir o que Heine & Reh (1984) chamaram de reanálise do constituinte-interno, que equivale a uma forma específica do processo mais geral de reanálise, cujo efeito é (re)definir os limites de constituintes. Este processo envolve a passagem de uma estrutura como (i) para uma nova estrutura como em (ii):

- (i) (A,B) C
- (ii) A (B,C)

Heine *et al.* (1991) vão considerar a reanálise a partir dos casos em que a manipulação conceitual, do modelo considerado acima, faz com que uma estrutura linguística deva ser tratada como uma estrutura alternativa, a partir da qual, outra surgirá. Dessa forma, as construções pragmáticas podem ser novamente analisadas como estruturas sintáticas e, depois do processo de reanálise, essa estrutura pode, novamente, ser utilizada em outro processo de reanálise.

Os autores chamam a atenção para a iconicidade existente entre a padronização cognitiva e linguística, apontando a observação feita por Claudi & Heine (1986, HEINE *et al.*, 1991), em relação ao fato de que as categorias metafóricas não são só refletidas na estrutura lexical, mas que há também uma correspondência entre essas categorias e as classes de palavras.

Nesse sentido, a transferência de uma categoria para outra pode afetar o tipo de palavra usado para expressar o conceito em questão. Como exemplo disso, os autores apresentam o caso de uma entidade da categoria OBJETO que passa a conceituar uma entidade da categoria ESPAÇO ou TEMPO e que fica, então, suscetível a desencadear um desenvolvimento linguístico de uma palavra nominal para uma adverbial. Assim, a mudança de um substantivo *costas* para uma posposição *atrás* pode ser vista como o resultado de uma atividade que objetiva a reestruturação da relação um-para-um entre a estrutura cognitiva e a linguística. Esse processo, para os autores, é acompanhado por reanálise, em que um dado sintagma

nominal, por exemplo, *parte de trás da montanha*, é reanalisado como uma frase preposicional, *por trás da montanha*.

Longhin (2003, p. 70), sobre isso, menciona três exemplos de reanálise sintática que também são ocorrências legítimas de GR. Por este trabalho ter como foco a análise de um verbo, apresentamos o exemplo citado pela autora que trata da reanálise sintática do verbo pleno *ir* para verbo auxiliar, em que o verbo pleno perde o seu significado original de movimento no espaço (*João vai*) e passa a funcionar como um auxiliar (*João vai sair*), servindo como marcador de tempo futuro.

Percebe-se, nesse exemplo, que a reanálise acompanha a GR, pois, quando um determinado morfema é gramaticalizado, não só a sua própria posição pragmática ou sintática é afetada, mas também a do constituinte a que ele pertence ou, inversamente, quando a reanálise acontece, é provável que envolva a GR de pelo menos um morfema dentro do processo. Nesses casos, GR e reanálise são o resultado de uma mesma e única estratégia, em que conceitos mais *concretos* passam a mais *abstratos*.

Para Heine *et al.* (1991), porém, isso não indica que esses processos sejam vistos como sinônimos, ou seja, que sempre eles ocorrerão juntos. Para fortalecer essa posição, apresentam as seguintes considerações:

(i) a GR é essencialmente um processo unidirecional, mas a reanálise não o é necessariamente, assim como apregoam Reine & Reh (1984);

(ii) existem casos de GR sem reanálise e reanálise sem GR. O primeiro, por exemplo, ocorre quando a unidade gramaticalizada não é uma unidade dependente do constituinte afetado por GR. Assim, quando um demonstrativo se transforma em um artigo definido (*este homem* > *o homem*), ou quando o numeral *um* se modifica em um artigo indefinido (*um homem* > *um homem*) (GIVÓN, 1981), estamos ligando com a GR, mas a reanálise não está envolvida, isso porque o *status* sintático do determinante permanece inalterado. O último caso, por exemplo, acontece quando duas cláusulas coordenadas são reanalisadas numa nova estrutura: cláusula principal – cláusula subordinada, como, por exemplo, nas sequências:

(13) - “Ela foi para a cama, ela estava cansada”.

(13') - "Ela foi para a cama porque ela estava cansada".

Em (13), houve a reanálise, mas não há um subordinador morfologicamente envolvido, ou seja, não há a conjunção subordinativa *porque* ou *pois* como em sua paráfrase em (13'). Dessa forma, percebe-se que a segunda cláusula foi reanalisada como uma oração subordinada, um complemento de causa da primeira. Como nenhum material morfológico foi gramaticalizado, na primeira oração, estamos lidando apenas com reanálise, uma vez que não há material morfológico para ser gramaticalizado.

2.2.2. Analogia

O papel da analogia, na GR, segundo Traugott (2010), passou a ser reavaliado a partir do momento em que a atenção dos estudos voltou-se para trajetórias de expressões individuais e *clines* esquemáticos da extensão do alinhamento dentro de uma categoria ou da construção. Fischer (2008) percebe a analogia como uma motivação e como um mecanismo basilar. Nesse sentido, Traugott (2010) separa os dois significados de *analogia* e refere-se ao mecanismo de *analogização*.

A analogia refere-se, portanto, à utilização de formas já existentes na língua para substituir outras que também já existem. Meillet (1912 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008) a compreende como um processo em que as irregularidades gramaticais são regularizadas, em outras palavras, em que a criação de uma forma, no nível morfológico, se dá por meio de outra.

Conforme esse autor (1958 *apud* TRAUGOTT, 2010), as formas gramaticais, além do processo da GR, podem ser constituídas pela analogia, enquanto processo de criação de uma forma a partir de um modelo já existente, como é o caso do aprendizado da fala das crianças em que elas conjugam verbos irregulares como regulares: quando, a partir do parâmetro dos verbos *pegar*, *andar*, *comer*, entre outros, que, na primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo, conjugam-se *peguei*, *andei*, *comi*, a criança é conduzida a falar eu *fiço*, eu *di*, ao invés de *fiz* e *dei*. Outro exemplo é o da alternância singular/plural, no inglês: a partir de *cat/cats*, poderia se entender analogicamente *child/children* como *child/childs*.

Dessa forma, segundo Meillet (1958 *apud* TRAUGOTT, 2010), enquanto a *reanálise* pode provocar mudanças, a *analogia* provoca alterações que expandem

uma regra, no sistema intralinguístico, sem, para isso, mudá-la. Sendo assim, a reanálise lida com mudanças subjacentes e, em contrapartida, a analogia lida com as superficiais.

Casseb-Galvão (1999) elucida que a primeira utilização do termo analogia esteve ligada ao processo pelo qual as irregularidades gramaticais eram solucionadas. Nessa acepção, era vista como “proporções” ou “equações”, que atuavam, por exemplo, na regularização de mudanças fonéticas.

Sobre isso, Kurylowicz (1945 *apud* HOPPER & TRAUGOTT, 1993) apontou algumas tendências relativas à seleção do modelo: por exemplo, a tendência para substituir uma forma mais específica por uma mais geral, não vice-versa. Já Kiparsky (1968 *apud* HOPPER & TRAUGOTT, 1993) buscou redefinir analogia em fonologia como regras de extensão, explicando porque a analogia não é fortuita na mudança da linguagem. Ele entende a analogia como generalização ou otimização de uma regra de um domínio relativamente limitado para um mais amplo.

Meillet (1912 *apud* LOPES-DAMASIO, 2008) compreendeu a *analogia* como um processo, cujo foco é o nível morfológico, por meio do qual as irregularidades são regularizadas. Para o autor, esse mecanismo se define como a *criação* de uma forma advinda de um modelo preestabelecido. Sobre isso, Gonçalves *et al.* (2007) definem a *analogia* na seguinte equação: A : B :: C : D, onde D é a forma que surge a partir da analogia. Como exemplo, podemos apresentar a formação do plural no português: *mesa : mesas :: caderno : cadernos*. Nem todo plural, na nossa língua, porém, segue esse modelo. Assim, entende-se a analogia como uma explicação de equívocos cometidos pelos falantes nas flexões de número de alguns substantivos, como pode ser percebido nas palavras terminadas em [-ão], nas quais, por forma análoga ao que acontece ao plural da palavra *pão - pães*, o falante tende a dizer: “cidadões”, quando, deve-se falar: *cidadãos*.

Podemos observar, nesse exemplo, que um membro foi escolhido como protótipo,²⁰ ou seja, como parâmetro para criação de outra(s) forma(s). Entendemos, então, que é por meio da analogia que os modelos são generalizados, em formas regularizadas.

²⁰ Lopes-Damasio (2008) assevera que as variadas teorias do protótipo propostas por Coleman & Kay (1981), Kleiber (1991) e Dubois (1991) acontecem em torno dos melhores exemplos.

Sendo entendida como generalizações, a analogia reporta-se a generalizações de informações ou *types*, através do uso, *tokens*: esses são dois métodos²¹ de contagem de frequência que, segundo Bybee (2003), são de grande relevância para os estudos linguísticos e que, neste trabalho, serão utilizados na análise do verbo *visar*.

Lehmann (2004 *apud* FISCHER, 2008) pondera que a mudança gramatical por analogia pode coocorrer e interagir com a GR, principalmente em variações históricas. Como exemplo disso, temos o caso da forma pretérita de *estar*, que surgiu de uma tentativa de um novo morfema de pretérito no português arcaico: [-ive], como em: “*tenui > tenvi > tevi > tive, sedui > sedvi > sevi > sevi > sive, credui > credvi > creve > crive*”, que, porém, permaneceu somente em *tive* e *estive*, sendo que *estive* é uma analogia de *sive*, pretérito arcaico do verbo ser (CASTILHO, 2010, p. 153).

2.3. Visa ao entendimento

Neste capítulo, apresentamos a Metáfora e a Metonímia como mecanismo que ocorrem na mudança semântica, abordando a concepção semântico-cognivista segundo Sweetser (1988) e Heine *et al.* (1991).

Para esses autores, a metáfora opera nos domínios conceituais e paradigmáticos, é um mecanismo motivador da GR que se associa à abstratização de significados, ou seja, atua diretamente no processo de deslizamento do domínio lexical para gramatical, ou de gramatical para mais gramatical, pois atua como veículo na transferência de significados de um domínio mais concreto para um mais abstrato.

Aproxima-se da metáfora o princípio da iconicidade, já que a metáfora é icônica, uma vez que sua atuação baseia-se na semelhança ou no compartilhamento semântico entre o significado inicial e o derivado. Já a metonímia ocorre em situações mais específicas, no eixo sintagmático, e promove uma extensão gradual do significado numa direção única e contínua.

Ambas, metáfora e metonímia, devem ser compreendidas atuando de forma complementar. Num trajeto unidirecional, sinalizam o aumento da abstratização do item/construção na passagem do menos para o mais gramatical. A metáfora resolve

²¹ Esses conceitos (*token* e *Type*) serão apresentados com maior profundidade no Capítulo de metodologia, Parte II.

um problema de representação, e a metonímia, problemas de informatividade e relevância na comunicação.

No processo de GR, encontramos, também, outros mecanismos envolvidos; a reanálise, que permite a criação de formas gramaticais, atuando, assim como a metonímia, no eixo sintagmático, pois uma forma reanalisada passa a pertencer a uma categoria diferente de sua origem; e a analogia, que, como a metáfora, atua no eixo paradigmático, uma vez que a inovação que acontece naquela já está prescrita no sistema.

Partindo dessas observações, podemos entender que a GR envolve mecanismos que atuam nos diferentes níveis da linguagem, resultando na abstratização do item/construção.

PARTE II

UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da análise que se propõe a explicitar as especificidades sintático-semântico-pragmáticas do verbo *visar*, em processo de mudança, adotamos um *corpus* a partir dos jornais publicados no estado de Mato Grosso. Para tanto, nossos dados são baseados em dois recortes temporais: (i) diacrônico, séculos XIX e XX; e sincrônico, século XXI. Para cada recorte, uma forma de coleta do material linguístico ocorreu, conforme explicitaremos a seguir.

Para a composição do recorte do *corpus* diacrônico o seguinte trajeto foi percorrido:

- (i) seleção dos jornais do século XIX e XX a partir do livro do acervo de jornais microfilmados;
- (ii) coleta do *corpus* a partir de fotografia;
- (iii) identificação da ocorrência: nome do jornal, data e seção; e
- (iv) transcrição semi-diplomática²² dos trechos coletados a partir das normas pré-estabelecidas pela equipe de constituição de *corpora* do PHPB/MT.

Nessa etapa, a coleta ocorreu na Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso (SAP/MT), localizada em Cuiabá. Essa Instituição foi criada no ano de 1896, durante o governo de Antônio Correa da Costa, com o objetivo de armazenar os documentos setecentistas e oitocentistas pertencentes ao estado. A SAP/MT está vinculada à Secretaria de Estado de Administração, seu acervo compreende toda a documentação oficial de Mato Grosso, desde a Capitania de Mato Grosso, biblioteca, hemeroteca e um acervo iconográfico dividido em: documental, microfilme e fotográfico.

Nosso trabalho foi amparado no acervo microfilmado que, além de jornais, é composto por relatórios de Presidentes e Governadores de Mato Grosso, mensagens de governo, avisos imperiais, livros do BEMAT, cartórios do 1º, 2º e 5º ofícios, coletoria de Cuiabá, correspondências, gazeta oficial e diário oficial, inventários e herança. O acervo dos jornais, em microfilme, é formado por edições de jornais pertencentes a Mato Grosso desde 1840 a 1929, ou seja, antes da divisão do Estado, ocorrida em 11 de outubro de 1977 pelo presidente Ernesto Geisel. Essa informação torna-se

²² Sendo assim, a escrita não foi modificada, ou seja, permanecem a ortografia e a gramática da época.

relevante, pois, na escolha do material para a coleta do *corpus*, tivemos que prestar atenção à cidade a qual o jornal pertencia.

Segundo a Revista Arquivo Público de Mato Grosso (1987), esse trabalho de microfilmagem foi feito pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR) ao incluir-se no Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros da Biblioteca Nacional. Dessa forma, o material em microfilme que, hoje, tem-se na SAP/MT foi elaborado no Rio de Janeiro. Atualmente, esse material está passando por processo de digitalização para expandir o seu acesso e facilitar as pesquisas através do Sistema de Gestão de Documentos Permanentes (SIGAP). Porém, todo o nosso trabalho foi feito na versão microfilmada.

Foram pesquisados, ao todo, dezesseis jornais²³, dos quais oito constituíram o nosso *corpus*, a saber: “Themis Matogrossense” (1840), “A Gazeta Cuyabana” (1847 e 1848), “Echo Cuiabano” (1850), “O Mattogrosso” (1873), “O Liberal” (1871-1878), “A Imprensa” (1911), “O Republicano” (1920 e 1950), “A Cruz” (1930 – 1969). A escolha por esses jornais se deu pelo fator datação, com alternância de uma década entre as suas respectivas publicações, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Datação jornais do *corpus* diacrônico.

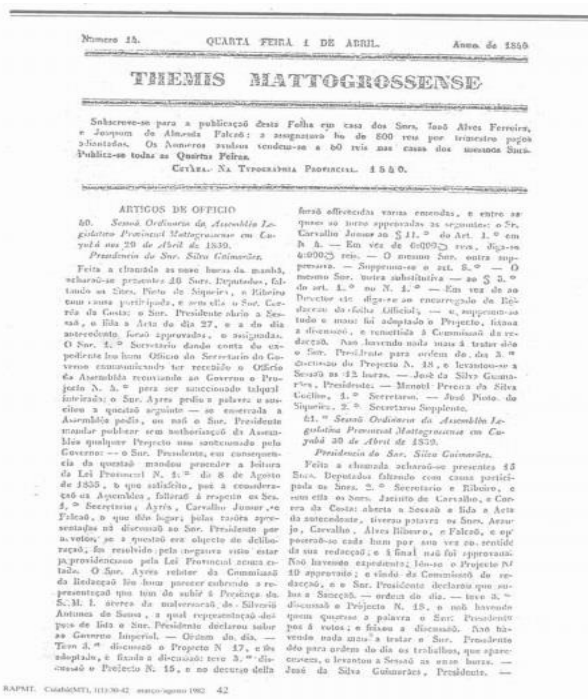
Século XIX	Século XX
Themis Matogrossense	A Imprensa
A Gazeta Cuyabana	O Republicano
Echo Cuiabano	A Cruz
O Matogrosso	
O Liberal	

Os três primeiros jornais, “Themis Matogrossense”, “A Gazeta Cuyabana” e “Echo Cuiabano”, pertencem à tipografia provincial de Mato Grosso, criada, segundo Jucá (2009), pela Lei nº 10 de 02 de maio de 1839, para imprimir o jornal oficial “Themis Mattogrossense”, que teve sua primeira edição no estado em 14 de agosto de 1839. O último jornal editado por essa tipografia foi a “A Gazeta Cuyabana”, em

²³ Os outros oito jornais não foram utilizados porque não encontramos ocorrências do verbo em análise, uma vez que alguns deles tinham poucas edições, e alguns apenas tinham uma única edição.

1848. Os outros jornais, “O Matogrosso”, “O Liberal”, “A imprensa”, “O republicano” e “A Cruz”, pertencem a tipografias particulares, foram criados para um determinado fim e, por isso, para Jucá (2009), com exceção do último jornal, tiveram curta duração. Dentre esses, merece atenção o jornal “A Cruz” que se difere dos outros, aqui mencionados, por ter sido produzido pelo órgão da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso e ter circulado no estado de 1925 a 1945.

Figura 1: Themis Matogrossense (1840).



Fonte: Themis Matogrossense – 1840 – Revista APMT

Figura 2: Echo Cuiabano (1850).



Fonte: Echo Cuiabano – 1850 – Revista APMT

A coleta desse *corpus* foi iniciada com os jornais mais antigos disponíveis, a saber, “Themis Cuiabana”, “A Gazeta Cuyabana”, “Echo Cuiabano”, “A Gazeta Cuiabana” e “O Liberal”. Esgotada a busca nessas edições, partimos para a pesquisa num intervalo de uma década. Cada jornal pesquisado foi lido integralmente, uma vez que não dispúnhamos de ferramenta de busca. Para garantirmos uma frequência suficiente para as sistematizações referente à GR, não limitamos o levantamento a um gênero. Ao encontrarmos o item/construção objeto de nossa análise, tirávamos uma foto e anotávamos as referências do suporte, como: nome do jornal, data, página, seção e/ou título (quando era mencionado). Concomitante a essas buscas, trabalhamos na transcrição semidiplomática das imagens e suas referências. Posteriormente, criamos uma tabela na qual fizemos as análises de cada trecho transcrito. Dessa forma, durante, aproximadamente, quatro meses de trabalho na Superintendência de Arquivo Público, foram levantadas 164 ocorrências de *visar* e seus padrões associados.

Para o recorte do *corpus* sincrônico, procedemos da seguinte forma:

- (i) escolha dos jornais a serem utilizados;

- (ii) pesquisa a partir de “visar” na própria ferramenta de busca dos jornais *on-line*;
- (iii) seleção dos textos que continham o verbo e não daqueles em que apareciam propagandas referentes ao cartão de crédito *Visa* ou a outras palavras que tinham essas sílabas em sua estrutura;
- (iv) cópia e identificação do trecho em que o
- (v) item/construção fora encontrado (nome do jornal, data, seção e *link*).

Ao todo, 06 jornais foram utilizados, a saber: “24 Horas News”, “Agora MT”, “Diário de Cuiabá”, “Gazeta Digital”, “G1/TVCA”, “Primeira Hora”. Esses jornais serão representados, nos Capítulos de análise, por meio de suas siglas, conforme representado a seguir:

Quadro 3: Nome dos Jornais/Siglas

Nome do Jornal	Sigla
24 Horas News	24HN
Agora MT	AMT
Diário de Cuiabá	DC
Gazeta Digital	GD
G1/TVCA	G1
Primeira Hora	PH

A escolha desses periódicos deve-se à sua relevância no estado de MT. Os jornais “24 Horas News”, “Agora MT” e “Primeira Hora” apresentam-se apenas no formato *on-line*, ou seja, em *sites* específicos de notícias na *internet*, o que não ocorre com os outros, uma vez que “Diário de Cuiabá” e “Gazeta Digital” têm suas versões impressas, são jornais mais antigos e foram criados para o formato em papel. Para alcançar outro público ou para não ficarem obsoletos, adequaram-se também ao formato *on-line*. Já o G1/TVCA tem a sua raiz na notícia televisiva e também aderiu à modalidade da internet, sem abandonar a sua forma original, ou seja, o jornal *on-line* trabalha em função do televisivo. Abaixo, segue uma figura de uma notícia do jornal *on-line* Agora MT que integra o *corpus* sincrônico.

Figura 3: Jornal Agora MT (2014).



Fonte: Agora MT – 23-05-2014

Desses 06 jornais, obtivemos 405 ocorrências extraídas do gênero notícia, encontradas nas mais diversas seções, que também aparecerão identificadas por siglas nas referências das ocorrências, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 4: Siglas das seções

Cidade	Cid
Conteúdo	Cont
Destaque	Des
Economia	Econ
Esporte	Esp
Evidências	Evi
Notícia	Not
Política	Pol
Terra e Criação	TerCria
Últimas Notícias	UN

A descrição e a análise das ocorrências do verbo *visar*, em seus contextos de uso, amparam-se numa conjugação das abordagens qualitativa e quantitativa, em perspectiva funcional, a partir de critérios semânticos e pragmáticos:

- (i) traços semânticos do sujeito: se [+animado][+humano], [-animado][-humano] ou [+animado][-humano];
- (ii) traços semânticos dos complementos internos: [afetado] ou [alvo];
- (iii) uso do *visar*: [+abstrato], [-concreto] ou [+concreto].

Além desses critérios, adotamos o de frequência proposto por Bybee (2007). Essa autora sugere dois métodos de contagem da frequência, denominados como frequência *token* e *type*. A primeira, diz respeito à frequência de ocorrência do item investigado, já a segunda refere-se aos padrões de uso de *visar*, especificados mediante os critérios de análise.

Para Bybee (2007, p. 338), o aumento da *frequência type* constitui um indício de GR de um item/construção, uma vez que os itens gramaticais apresentam frequência alta, ao contrário dos lexicais. A autora afirma que a repetição frequente de uma forma tem papel importante na mudança, pois: (i) a frequência de uso leva ao enfraquecimento da força semântica pela habitualidade; (ii) há mudança fonológica através das reduções e fusões; (iii) ao enfraquecimento ou à perda de associação do item em GR com outros; (iv) à perda da transparência semântica, ocasionando a mudança de sentido do item; e (v) à perda de autonomia do item/construção, tornando-o mais enraizado na língua.

As abordagens qualitativa e quantitativa percorrerão, basicamente, as seguintes etapas principais:

- (i) levantamento das ocorrências de *visar* em textos jornalísticos pertencentes ao gênero notícia, em contexto mato-grossense e em perspectiva sincrônica e diacrônica;

- (ii) descrição e análise do funcionamento sintático, semântico e pragmático dos usos do verbo *visar*, em dados do português contemporâneo e dos séculos XIX e XX, com o controle de suas frequências *token* e *type*;

- (iii) a partir de (ii), proposição de um quadro ilustrativo dos diferentes usos desse item, ordenados do mais concreto até os mais abstratos, de acordo com um *cline* de aumento de gramaticalidade e GR, que enfatiza o aspecto da categoricidade de formas e funções em GR;

- (iv) a partir de (iii), confirmação do princípio da unidirecionalidade e também dos contextos que teriam propiciado as mudanças de categoria e sentido; e

(v) proposta de relações entre os resultados das descrições sincrônica e diacrônica e o processo de GR de *visar*.

PARTE III
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

CAPÍTULO 1: VISAR – FORMAS E FUNÇÕES EM PANCRONIA

1. Uma análise de *visar*

Visar apresenta-se de forma polissêmica e essa multiplicidade semântica e funcional, e funções será tomada, em nossa pesquisa, como etapas distintas da possível trajetória de mudança do verbo. Sendo assim, por meio da análise diacrônica, apresentaremos uma tentativa de trajetória da mudança, e, na sincrônica, perceberemos o reflexo desta no uso contemporâneo. Em outras palavras, a análise em perspectiva sincrônica lança luz aos usos que poderão ser depreendidos na diacronia e, conseqüentemente, à trajetória de mudança do item focalizado, de acordo com o princípio de reconstrução interna, proposto por Traugott (1982 *apud* LOPES-DAMASIO, 2011).

Dessa forma, este Capítulo será subdividido em 3 seções. Na primeira, intitulada “Levantamento etimológico”, apresentaremos os resultados da pesquisa etimológica de *visar*, com o intuito de oferecer um quadro geral de usos, categorias e acepções relacionados a esse item na história da Língua Portuguesa. Na segunda, intitulada “Padrões associados”, exibiremos todos os usos observados no *corpus* diacrônico que revelam uma aproximação semântica com o *visar*, mais especificamente, um quadro geral de usos de *visto* que, no período observado, manteve-se em alternância e co-ocorrência com os de *visar*. Em “Análise pancrônica”, terceira seção, apresentaremos e descreveremos os correlatos formais e funcionais dos usos de *visar*, constatados nas *corpora* diacrônico e sincrônico, respectivamente, através de análises qualitativas e quantitativas. Esses usos foram distribuídos e classificados em oito *types* que serão elencados do mais concreto e menos gramatical até o menos concreto e mais gramatical e apresentados num quadro ilustrativo dos diferentes usos desse item de acordo com um *cline* de aumento de gramaticalidade que enfatiza os aspectos da categoricidade de forma e sentido do item na construção em GR. E, por fim, na quarta seção, intitulada “Sistematizando as propriedades de *visar*”, expomos a descrição das propriedades estruturais, semânticas e pragmáticas de *visar*.

2. Levantamento etimológico

Para esse levantamento, reportamo-nos ao dicionário etimológico de Bueno (1968) que nos apresenta duas origens para o verbo *visar*:

(i) provindo da palavra francesa *viser* que, por sua vez, deriva do Latim *visa* (neutro plural de *visum*). Em Rónai (2012), *viser* aparece com duas acepções: verbo transitivo direto e intransitivo, significando “olhar” ou “apontar a arma contra”;

(ii) derivado do Latim *visare*, frequentativo de *videre* que, segundo Faria (1967), é um verbo transitivo e intransitivo com os seguintes significados: sentido próprio: (1) “ver”; (2) “olhar”, “ir ver”; sentido figurado; (3) “compreender”, “examinar”, “observar”; (4) “verificar”, “encontrar”; (6) “ocupar-se de”; (7) “ver”, “presenciar”, “ser testemunha”; (8) “evitar”. A essa origem, Bueno (1968) acrescenta o *visar* verbo relativo com complemento indireto e, a partir disso, conclui que “tanto com objeto direto como indireto a sintaxe é sempre correta” (BUENO, 1968, p. 1605).

Nos dicionários da Língua Portuguesa pesquisados, a saber, “Grande Dicionário da Língua Portuguesa”, organizado por Moreno, Júnior e Machado (1945); “Grande e novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Freire (1954); “Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguêsa”, organizado por Bueno (1968); “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, organizado por Ferreira (1975); e “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, de Houaiss & Villar (2001), encontramos, na maioria dos casos, duas entradas para o verbo *visar*, reportando à sua história, conforme apresentado na Tabela 6:

Tabela 6: Acepções de *visar*.

MORENO; JÚNIOR; MACHADO, 1945.	V.T.D (lat. <i>visare</i>)	1. Dirigir a vista ou olhar fixamente para. 2. Dirigir o tiro para; apontar arma de fogo contra. 3. Pôr o sinal de visto em. 4. Procurar atingir, pretender, procurar.
	V. I.	1. Ter em mira um fim, mirar, propender, tender, propor-se, referir-se.
FREIRE, 1954.	V.T.D (lat. <i>visere</i>)	1. Dirigir a vista ou olhar fixamente para mirar. 2. Dirigir o tiro para; apontar a. 3. Pôr o visto ou sinal de autenticação de vista em (algum documento), dirigir o tiro para, apontar.
	V.I.	1. Apontar (será intransitivo com a preposição <i>com</i>).
	V.T.I	1. Mirar, propender, tender, depor-se, propor-se.

BUENO, 1968.	V.T.	1. Pôr, colocar o visto em documentos para torná-los oficiais, válidos para a função a que são dirigidos. Fr. <i>viser</i> , deriv. do latim <i>visa</i> , neutro pl. de <i>visum</i> , <i>visto</i> .
		2. Ter em mira, dirigir a, observar. Lat. <i>visare</i> frequentativo de <i>videe</i> , ver.
FERREIRA, 1975.	V.R V.T.I	1. <i>Visar</i> a um negócio, <i>visar</i> a alguém, refletir-se a, aludir a. ²⁴
	V.T.	1. <i>Visar</i> [do fr. <i>viser</i>]: Dirigir a vista ou o olhar fixamente para; mirar.
		2. Apontar arma de fogo contra
		3. Por o sinal de visto em.
HOUAISS & VILLAR, 2001.	V.T.I	1. Ter por objetivo; ter em vista; mirar.
		2. Dispor-se, propor-se.
HOUAISS & VILLAR, 2001.	V.T.D.	1. Validar ou autenticar (um papel ou documento) com um sinal de visto, seguido da assinatura ou rubrica; pôr sinal de visto em.
		2. Dirigir a vista para (um ponto determinado); mirar. Dirigir (palavras, comentário, insinuação, elogio insulto etc.) a.
		3. Dirigir-se (projétil, tiro) para; sent. fig. Dirigir-se (palavra, comentário, insinuação, elogio, insulto etc.) em certa direção.
HOUAISS & VILLAR, 2001.	V.T.D. e V.T.I.	1. fig. Ter (algo) como desígnio, ter por fim ou objetivo; mirar (a), propor-se
	V.T.I.	1. Demonstrar intenção de; propor-se a – etim. fr. <i>viser</i> (1160) dirigir o olhar em direção a um alvo para lançar algo nesta direção; (sXII) observar, ver; (1360) tender a; (1837) designar um objetivo a uma ação.

A partir dessa apresentação etimológica, percebemos que o verbo *visar* tem a sua origem numa acepção mais concreta, *dirigir o olhar para lançar algo numa direção*²⁵, e, a partir dela, adquire outros sentidos, menos concretos, como *ter por objetivo*, revelando usos cada vez mais abstratizados, como podemos observar nos

²⁴ “É o mesmo *visar* precedente, mas com outra regência. Daqui se conclui que tanto com objeto direto como indireto a sintaxe é sempre correta” (BUENO, 1968, p. 291).

²⁵ O sentido “pôr sinal de visto”, encontrado nesta frase: “O funcionário do banco **visou** o cheque” (FARACO, MOURA & MARUXO, 2006), embora também seja apontado como uso mais concreto de *visar*, juntamente com o sentido de “dirigir o olhar”, ambos de natureza verbal e atestados etimologicamente, não será considerado como fonte do processo de GR investigado neste trabalho; uma vez que a a ligação semântica entre fonte e meta/alvo será sustentada a partir do significado “dirigir o olhar para lançar algo numa direção”.

exemplos, por nós elaborados, de (01) a (05)²⁶, abaixo, em que (01) representa um uso de *visar* mais concreto e (05) um mais abstrato:

(01) As crianças visavam a tela do cinema atentas.

(02) O arqueiro concentrado visava o alvo.

(03) O caçador visava com a arma.

(04) O time visava ao título de campeão.

(05) O projeto visa beneficiar a sociedade.

Em (01), *visar* aparece no sentido de *olhar fixamente*, em (02) e (03) adquire o sentido de *mirar*. Nos exemplos em (01) e (02), *visar* é um verbo que recruta, como complemento interno, um objeto direto, ou seja, trata-se de um verbo transitivo direto. Em (03), temos um exemplo de *visar* como um verbo intransitivo, acompanhado de um adjunto de natureza instrumental. Em (04), é um verbo transitivo indireto, recrutando um objeto indireto como argumento interno, com acepção de *ter por objetivo, almejar*. Por fim, em (05), *visar* se apresenta na construção, *visar + infinitivo*, como um verbo auxiliar, agregando sentido de meta, objetivo, intenção a ser alcançada. Sendo assim, a partir desse sentido volitivo, perpassa uma ideia de futuro. Essa construção deriva de seu uso com argumento interno oracional, no qual apresenta o sentido de *ter por objetivo, meta*.

3. Padrões associados

A pesquisa à amostra dos jornais mato-grossenses do período entre 1840 a 1911 revelou baixa frequência de usos do verbo *visar*, apenas 3. Diante desse resultado, voltamos o nosso olhar para construções que traziam termos relacionados à sua etimologia.

²⁶ Os exemplos de (1) a (5) foram elaborados a partir do contexto de uso padrão da Língua Portuguesa. Ressaltamos, porém, que, se considerarmos o uso não-padrão, haverá outras transitividades e regências do verbo em questão.

Nessa perspectiva, chamamos a atenção para os usos, destacados do Quadro 5, do verbo *ver*, relacionados aos de *visar* pela proximidade de sentido, tais como: (i) dirigir a vista ou olhar fixamente para; e (ii) mirar.

Esses usos mostraram-se recorrentes, em diferentes codificações sintáticas, no *corpus* investigado, no período entre 1840 a 1911, em que as ocorrências de *visar* foram encontradas com baixa frequência; ou seja, por não encontrarmos a ocorrência com o verbo investigado, fizemos um levantamento apenas ilustrativo de um verbo com uso recorrente no mesmo período. Sendo assim, apresentamo-los, na sequência, já de acordo com uma sistematização analítica que explicita uma sequencialidade de usos que vão do menos para o mais gramatical:

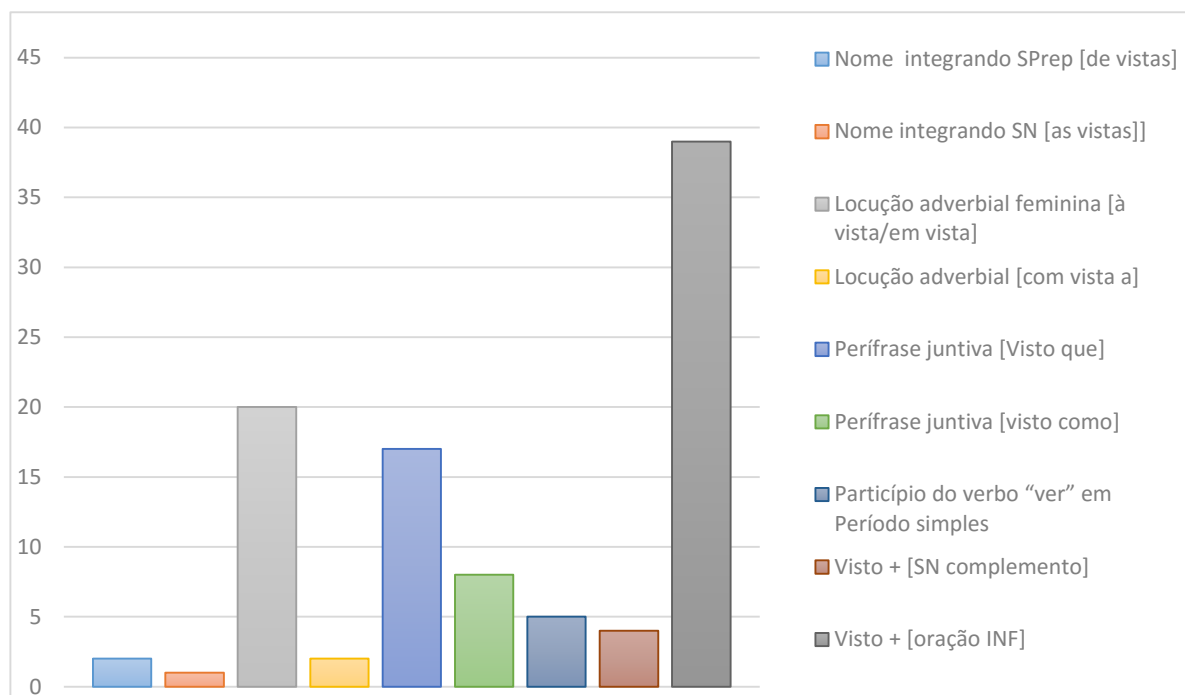
Quadro 5: Usos diacrônicos de *visto*.

Categorias Funcionais	Descrição	Ocorrências
(1) nome	(a) Nome integrando SN [as vistas]	Era ali esperado por aquelles dias o vapor triumpho da companhia de navegaçãoni união de Villa Maria, que o mandara construir em Buenos – Ayres, sob as vistas do seu comandante o sr. Boaventura da Mota. [OL-24-10-1878]
	(b) Nome integrando SPrep [de vistas]	Ela pede uniformidade de vistas , um tal ou qual acordo de resolução, para que não se esterilize, todo nosso trabalho. [OL- 08-11-1878]
(2) locuções adverbiais	(a) Locução adverbial feminina [à vista/em vista]	Propões de nomear uma comissão de dous músicos de um empregado d'aquella repartição, para, à vista da factura e do estado do instrumental, arbitrar o valor de cada uma de suas peças, afim de servir de base aproximada ao annuncio que se terá de fazer (...) [OL- 18-04-1878]
	(b) Locução adverbial feminina [com vista a]	A ser verdade, com vistas aos acusados; É que a Italis mandou construir 100 navios de maça de marcarrão, afim de combater a esquadra turca, feita de caroço de pepino. [Al-08-11-1911]
(3) períodos	(a) Particípio do verbo “ver” em Período simples	Não temos huma só aldeã propriamente dita, e he esta a razão por que a presidencia não tem feito as nomeações dos diretores, tesoureiros e almoxarifes das aldeas, os quaes todos devem habitae nelas, ou mui proximo dellas, e são muitas e mui importantes suas

		obrigações para que a presidencia, só pelo gosto de dar huma graduação, aliás mui alta, vá nomeado para diretores de aldeas a pessoas, que habitão a 30 e 40 leguas distantes dellas, e que póde memso nunca ter visto hum dos seus dirigidos. [EC – 25-05-1850]
	(b) Visto + [SN complemento]	cujos nomes certamente satisfarão os requisitos precisos para esses postos, visto o passado politico de todos elles, ser bastante conhecido e apreciado. [AI-25-10-1911]
	(c) Visto + [oração INF]	Pelas rasões apresentadas na discussão ao Snr. Presidente por á votos, se a questão era objeto de deliberação, foi resolvido pela negativa visto estar já providenciado pela Lei Provincial accima citada. [TMT-01-04-1840]
(4) perífrases juntivas	(a) Perífrase juntiva [Visto que]	o Sr. Presidente declara, que, desde que o 2. Secretario nem uma objecção tinha posto em fazer essa declaração, julgava que não se devia consulatr á casa a respeito, visto que já se achava satisfeito o reclamo do Sr. Deputado Silva Pereira não havendo que pedisse a palavra. [OMT -04-07-1863]
	(b) Perífrase juntiva [visto como]	A 21 do referido mez de Setembro chegara áquella cidade o juiz de direito da respectiva comarca, dr. Manoel José Murtinho com a sua exm ^a . Família, tendo ido desta capital com tres mezes de licença, visto como tinha sido chamado pelo presidente da relação do districto, para preencher interinamente uma das vagas que havia nesse tribunal, que só consta hoje um desembargador. [OL– 24-10-1878]

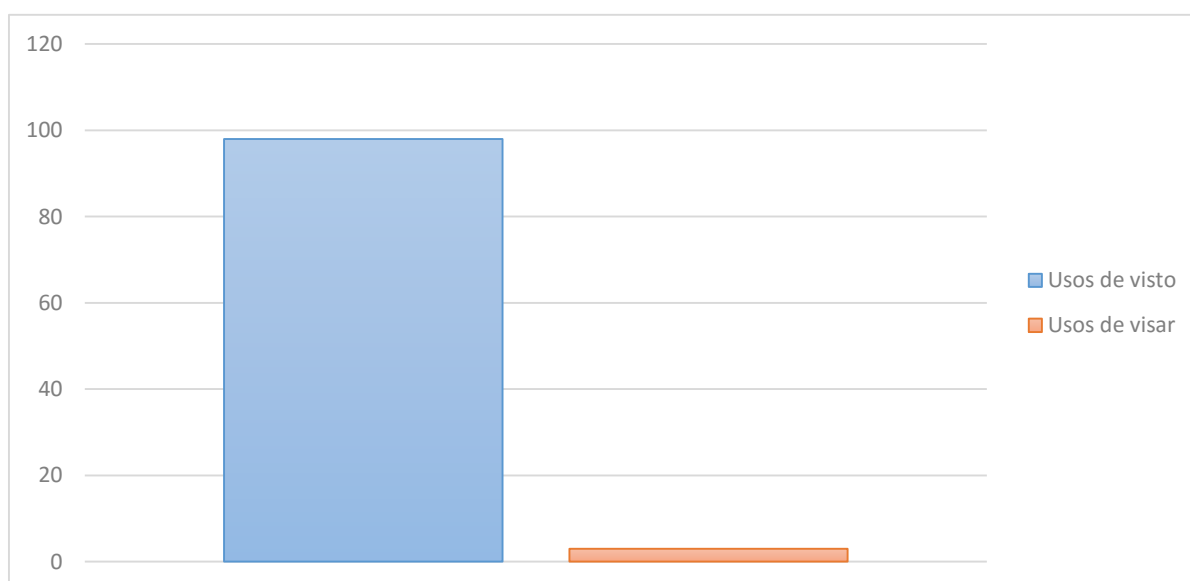
Abaixo, o Gráfico 1 explicita a frequência de ocorrências de cada uso apontado no Quadro 5:

Gráfico 1: Usos de *visto*.



Comparando as ocorrências de *visto* com as de *visar*, encontradas no mesmo recorte temporal, em meados do século XIX e início do século XX, percebe-se a grande diferença na frequência de uso, como podemos observar no Gráfico 2:

Gráfico 2: Comparativo *visto* e *visar*.



A comparação entre as frequências *tokens* desses dois itens que constitui, construções, no mesmo recorte temporal, corrobora a afirmação de Bybee (1999) sobre o valor da frequência no processo da GR. Em outras palavras, podemos sugerir que, nesse período, o processo de mudança de *visar* ainda não estava implementado, o que encontra justificativa, ainda, na natureza das três ocorrências de *visar*, encontradas nesse período, associadas ao sentido mais concreto e à categoria de verbo pleno, assim como pode ser verificado em (06):

(06) Um superior como o que fica debuxado, no quadro precedente e por entre cujas sombras não deixarão os leitores de **visar** o vulto angelico, majestoso e imponente, desse anciaão venerável, no qual vê o clero cuiabano sei chefe, os súbditos obdece, adorão, idolatrão em cumprem sem exame e sem reflexão, as ordens e determinações, por que sabem que ellas não podem deixar de trazer o cunho da justiça [OL-19-021874].

Em (06), *visar*, na categoria de verbo pleno com função de predicador, foi usado no infinitivo, com acepção de *olhar*, recrutando dois argumentos, ambos correspondentes a SNs, o argumento externo “os leitores”, na função de sujeito, e o interno, o “vulto angelico”, na função de complemento verbal.

A correlação²⁷ do Gráfico 1 com os usos apresentados no Quadro 5 sugere a hipótese de que, no período em questão, os usos mais gramaticalizados de *visto*, especificamente apresentados em (4(c)), apresentam coerência categórica com aqueles que serão constatados em relação a *visar*, em período subsequente, ou seja, tanto *visto* quanto *visar* ocorrem em contexto de orações infinitivas, formando uma construção em que sua função é de auxiliar. Dada essa coerência, explica-se a frequência elevada da construção com *visto* em detrimento da frequência da com *visar*, no recorte temporal.

4. Análise pancrônica

Com o objetivo de ilustrar os estágios de GR, empreendemos uma apresentação dos usos do verbo *visar* em padrões funcionais, de acordo com os resultados analíticos em recorte diacrônico e sincrônico. Segundo Bybee (2003), essa

²⁷ Há correlação apenas categórica, uma vez que funcionalmente existe diferença entre *visto* e *visar*, pois *visto* sugere uma intenção causal, já *visar* indica uma leitura de intencionalidade/volição.

metodologia garante o controle mais adequado da produtividade/frequência dos usos, bem como, a partir desse controle, possibilita enxergar possíveis indícios de GR. Dessa forma, apresentamos, a seguir, os *types* de *visar* nos recortes sincrônico e diacrônico de textos jornalísticos:

***Visar* 1: [SN (+animado/+humano) *visar* (VTD) (olhar) SN (afetado)]**

O *Visar* 1 é um verbo pleno, pois é núcleo de predicação. Esse verbo é transitivo direto, ou seja, não há preposição entre ele e o seu complemento. Seleciona dois argumentos²⁸ obrigatórios: um argumento externo, sujeito agente, com os traços [+animado] e [+humano] que exerce uma atividade: “olhar”, tendo, assim, um sentido [+concreto]; e um argumento interno, o complemento afetado (aquilo que é visado/olhado) que é um sintagma nominal, assim como podemos perceber no exemplo (07):

(07) Um superior como o que fica debuxado, no quadro precedente e por entre cujas sombras não deixarão os leitores de **visar** o vulto angelico, majestoso e imponente, desse ancião venerável, no qual vê o clero cuiabano seu chefe, os súbditos obdece, adorão, idolatrão em cumprem sem exame e sem reflexão, as ordens e determinações, por que sabem que ellas não podem deixar de trazer o cunho da justiça [OL-19-02-1874].

Em (07), *visar* é um verbo pleno, empregado na forma não finita, significando *olhar*, *ver*, portanto, com um significado [+concreto]. O sujeito desse predicado é o SN “Os leitores” e o objeto direto é, também, um SN o “vulto angelico”. Essa é a única ocorrência do *Visar* 1 encontrada em nosso *corpus* diacrônico, representando 1,42% do total das ocorrências de *visar* nesse recorte. Destacamos, portanto, que não constatamos ocorrências desse *type* nos dados investigados em perspectiva sincrônica, o que já nos permite sugerir que, com o desenvolvimento de outras novas funcionalidades, com base em novos traços semântico-sintáticos, esse primeiro uso, fonte, já não se reflete no português contemporâneo, obviamente, no recorte (tipo de texto) que investigamos.

²⁸ Essa classificação parte do entendimento de que a transitividade gramatical é uma propriedade não do verbo que a constrói, mas da sentença à qual o verbo pertence. Sendo assim, a realização dos sistemas de transitividade nas frases, como afirma Neves (2002, p. 112), procede das necessidades e intenções comunicativas.

Visar 2: [SN (+animado/+/-humano) visar (VTI) (ter como objetivo) SP (alvo)]

Este *type*, assim como o anterior, tem o seu uso prescrito pelos dicionários e gramáticas da Língua Portuguesa, caracteriza-se por ter um SN com os traços [+animado] e [+humano] como complemento externo de *visar*, cujo sentido já é de *ter por objetivo, propor-se*. *Visar*, aqui, é transitivo indireto, uma vez que recruta como argumento interno um SP. Vejamos abaixo as ocorrências desse *type* encontradas em nosso *corpus* diacrônico:

(08) O pai de família sendo exemplo, há de admoestar com amor, mostrando que **visa** ao bem dos seus. [AC-02-11-1958]

(09) [...] De fato, a formação da personalidade humana cabe primordialmente à família e, com numa grande proporção a escola **visa** à mesma finalidade, ela simplesmente prolonga a ação da família e dela recebe a autoridade necessária para êste fim. [AC-03-08-1958]

Em (08), *visar* não aparece como verbo da oração principal, mas encontra-se no complemento oracional de “mostrando”, após a conjunção integrante. Os predicados formados pelos verbos, nesse enunciado, compartilham o mesmo sujeito “O pai de família” e *visar* traz um complemento preposicionado, o SP “ao bem dos seus”. *Visar*, localizado na oração subordinada, funciona, portanto, como um verbo pleno, como se pode observar.

Já em (09), temos como sujeito o SN “a escola” e como complemento o SP “à mesma finalidade”. Embora apresente o sentido [+abstrato], significando *ter por objetivo*, as propriedades do verbo ainda apontam para um complemento [+animado]. No entanto, o traço [+humano], aqui, não é tão transparente, uma vez que o sujeito trata-se do SN “a escola”. Originalmente, esse item seria classificado como [-animado] e [-humano], porém, nesse contexto de uso, pode ser interpretado como [+animado] e [-humano], ou seja, o sujeito “a escola” refere-se às pessoas que trabalham e fazem a escola funcionar. Essa configuração semântica do SN sujeito aponta para uma possível ampliação dos contextos de uso do verbo, o que é um traço da GR de *visar*, uma vez que mesmo o sujeito não sendo caracterizado como [+humano] a ação, por ele desempenhada, pertence a um ser humano, pois somente este tem a capacidade cognitiva de almejar algo.

Das 70 ocorrências de construções diacrônicas com *visar*, 3 pertencem a este *type*, num total de 4,28%. Não foi encontrada, na sincronia, nenhuma ocorrência referente a esse *type*.

Visar 3: [SN (+animado/+/-humano) visar (VTD) (dirigir a vista para) SN (afetado)] e [SN (+animado/+/-humano) visar (VTD) (ter como objetivo) SN (alvo)]

Neste *type*, encontra-se a co-ocorrência de sentidos de *visar*: [+concreto] e [-concreto]. Os usos de *visar* significando *dirigir a vista para* representam uma acepção que está diretamente ligada ao mundo bio-psíquico-social, então, mais concreta²⁹. Classificamos neste *type*, também, a característica [-concreto] ao sentido do *visar*, significando, assim, *ter com objetivo*. Na diacronia, foram encontradas 4 (5,71%) ocorrências em configurações com sujeito [+animado] e [+/-humano] e SN complemento alvo – portanto, sem preposição entre o verbo e seu complemento –, tal como podemos observar abaixo:

(10) Reuniram-se, na última noite de maio, trabalhadores com Dom Jorge Marcos, Bispo de Santo André, para lançar, no Sindicato dos Metalúrgicos, as bases da Frente Nacional Trabalhista Cristã, que **visa** uma nova liderança sindical, a fim de combater os grupos extremistas e pelegos sindicais. [AC-30-06-1960]

Em (10), o SN sujeito “*as bases da Frente Nacional Trabalhista Cristã*”, que permite interpretação com os traços de [+animado] e [-humano], é retomado pelo pronome, na construção relativa, em que *visar*, com o sentido de que essas bases, compostas por pessoas, *têm por objetivo* “*uma nova liderança sindical*”, apresenta esse SN como argumento interno.

Já no *corpus* sincrônico, 07 ocorrências enquadram-se neste *type*, ou seja, apenas 1,73%. Essas aparecem em apenas dois dos seis jornais que constituem a amostra sincrônica investigada, por isso, o uso pode ser interpretado como uma escolha estilística do escrevente:

²⁹ Em nosso *corpus* (sincrônico e diacrônico), não encontramos, em *Visar 3*, exclusivamente o sentido mais concreto, porém, esse uso é atestado em gramáticas e dicionários, como observa-se no exemplo retirado de Abreu (2006): “O contratorpedeiro Seafish manobrou o canhão de ré, **visando** a linha d’água do navio inimigo”. Percebe-se que *visar* aparece no sentido de *dirigir o olhar para fazer pontaria*, empregado no gerúndio, recrutando, como argumento externo, o SN “O contratorpedeiro Seafish” e, como argumento interno, o SN “a linha d’água do navio inimigo”.

- (11) O objetivo do atleta mato-grossense vai além de seu aperfeiçoamento e preparação física, o atleta **visa** a expansão do judô, que para ele é muito mais que um esporte. [GD/Ev03-02-2014]
- (12) O Governo de Mato Grosso assinou aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Estadual (MPE) que revê prazos e formas de cumprimentos de obrigações, **visando** a recuperação do Terminal Turístico da Salgadeira, localizado na rodovia MT 251, que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães. [DC/UN13-03-2013]

Em (11), o argumento externo é o SN “o atleta” e o argumento interno é, também, um SN “a expansão”. Em (12), o argumento externo é uma anáfora zero que pode ser recuperada, na oração anterior, o SN “O Governo de Mato Grosso”. O complemento interno, nesta oração, é o SN “a recuperação do terminal Turístico da Salgadeira”.

Analisando os sujeitos, percebemos que, em (11), “atleta”, notadamente, é [+humano] e [+animado]; já o sujeito, em (12), “O Governo de Mato Grosso” apresenta o traço [+animado], porém, está perdendo o traço [+humano], que depende, no contexto de uso, de que nos reportemos a uma interpretação que considere “O Governo de Mato Grosso” como equivalente “a todas aquelas pessoas que estão na ação de governar o estado de Mato Grosso”.

Observa-se, ainda, que, na ocorrência (12), o uso convive com uma forma mais gramaticalizada pertencente ao título da matéria: “Termo entre Governo e MP **visa** acelerar recuperação da Salgadeira”, o que permite associação ao primeiro princípio atribuído por Hopper (1991), que diz respeito à *Estratificação* da mudança linguística via GR. Segundo o autor, esse princípio revela, no mesmo domínio do sistema linguístico, camadas novas e antigas coexistindo e interagindo. O verbo, nesta ocorrência, encontra-se na forma nominal gerúndio, indicativa de que, apesar de encontrar-se num *type* de GR mais avançado que os demais, anteriormente apresentados, ainda apresenta variação de uso em relação às formas nominais do verbo e à terceira pessoa do singular (*visa*), predominante nos dados do *corpus* analisado nesta pesquisa.

Neste *type*, encontramos, também, *visar* desempenhando uma função ambígua, na qual o item estudado apresenta o sentido mais concreto de *olhar para*, e, concomitantemente, pode, igualmente, sugerir o significado *ter como objetivo*,

menos concreto. Em *Visar* 3 e, especialmente, nessa ambiguidade, estão a comprovação histórica da hipótese de mudança de sentido no uso de *visar*. Vejamos:

(13) [...] e dissuadindo-os de quaisquer infundados preconceitos quanto aos objetivos do Governo, que não **visa**, com a indagação projectada, o levantamento de novos impostos, nem a collecta de elementos que facilitem o sorteio militar. [OR-02-12-1920]

(14) Da fortaleza de S. João, onde fomos destacados, como artilheiro do canhão Vóvó (calibre 550), que era então o de maior calibre no Brasil, **visamos** especialmente a descoberta de Vilegaigno, onde um celebre canhão Moncrieff não dava tréguas à nossa guarnição. [AC-29-12-1940]

Em (13) e (14), o verbo *visar* apresenta usos ambíguos, significando *olhar para* e/ou *ter por objetivo*. Heine & Reh (1984) denominam esse processo de *Split*. Na ocorrência (13) tanto podemos interpretar:

- (i) [...] aos objetivos do governo, que não **olha**, com a indagação projectada, o levantamento de novos impostos [...]
- (ii) [...] aos objetivos do governo, que não **tem por objetivo**, com a indagação projectada, o levantamento de novos impostos [...]

O mesmo ocorre com (14), em que as duas interpretações são possíveis:

- (i) [...] **olhamos** especialmente a descoberta de Vilegaigno [...]
- (ii) [...] **temos por objetivo** especialmente a descoberta de Vilegaigno

Como argumento externo, *visar*, em (13), recruta o SN “o governo”, constitutivo do SP “aos objetivos do governo”, que pode ser classificado como [+animado] e [+/-humano], uma vez que se entenda por “governo” todas aquelas pessoas que governam – ou seja, há aí, ainda, características de extensão contextual, relativa ao traço semântico da animacidade. Já em (14), o argumento externo, “nós”, encontra-se elíptico. Como argumento interno, temos o SN “o levantamento de novos impostos”, em (13), que apresenta um material intercalado precedendo-o – *com a indignação projectada* – na qual o SP assume, especificamente, a função de modo; e, em (14), o

argumento interno é o SN “a descoberta de Vilegaigno”, que também apresenta um material intercalado – “especialmente”.

Na próxima ocorrência, também se pode observar a ambiguidade na utilização de *visar*:

(15) Os publicistas internacionais que têm procurado apresentar ao mundo o novo ditador da Rússia concordam em síntese, que Georgi Maximilianovich Malenkov é profundamente desconhecido, tanto no interior da U. R. S. S., como nos países estrangeiros. Deixou, então as atividades do exército e passou a militar nas fileiras do partido. É, pois, o agente ativo, que todos os obstáculos, sem escolhas ao alvo a que **visa**. [AC-23-05-1954]

Em (15), temos como complemento externo o SN, recuperado no texto, “Georgi Maximilianovich Malenkov” que é o sujeito cujas atividades são descritas no texto, caracterizado como “um agente ativo”. O verbo *visar*, aqui, embora seu uso esteja encaixado em uma relativa, pode ter dois significados, sendo um [+concreto] no sentido de *olhar para mirar* e o outro [-concreto], *ter como objetivo*.

Esse sentido ambíguo ocorreu em 5 construções todas encontradas no *corpus* diacrônico, perfazendo, assim, 7,14% das ocorrências diacrônicas.

Sweetser (1991) afirma que, na diacronia, o sistema metafórico é responsável pela emergência de formas polissêmicas, ou seja, a metáfora é responsável pela transferência de significados, por meio da qual, parte-se do significado mais concreto – *olhar para* – em direção a um significado mais abstrato – *ter como objetivo* – e a um ainda mais abstrato, relacionado à volição. Esse salto de significado se dá pela contiguidade, ou seja, a partir de contextos que permitem a constatação de ambiguidades por proximidade conceitual, via metonímia, capaz de captar a gradualidade desse processo de mudança semântica, imprescindível para o processo de GR de *visar*.

Como já apontamos na seção 2.1.3 do Capítulo teórico, um item/construção, na transição de um sentido A para B, passa por uma fase intermediária (A/B), na qual A e B coexistem:

$$A \rightarrow (A/B) \rightarrow B$$

No caso do nosso objeto de estudo, *visar*, significando *olhar*, *mirar*, mais próximos à experiência física do falante, sendo assim mais concreto, passa por um estágio de polissemia, no qual acontece a mudança semântica que resulta em outra acepção do verbo, a de *pretender*, *almejar*, *ter por objetivo*, associada ao contexto do ato de fala, portanto, mais abstrata.

O gatilho dessa mudança acontece quando *visar* tem a acepção de *mirar*, como no exemplo abaixo:

- (i) O arqueiro **visou** o alvo e atirou.

Percebe-se, a partir desta frase, com referentes pertencentes ao contexto concreto, que para *mirar* faz-se necessário *olhar*, de maneira fixa, o alvo com o intuito de atingi-lo com alguma coisa, no caso do exemplo, com a flecha. Através da manipulação conceitual, metafórica e metonímica, a aproximação de significados transfere para o verbo a ideia de projeção futura, uma vez que a ideia de *olhar* contida em *visar* depreende-se de um olhar sempre com um foco, uma meta. Nesse sentido, a mudança percorre o seguinte *cline*:

PROCESSO > QUALIDADE

No qual, na categoria PROCESSO, temos *visar* significando *olhar*, mais concreto; e em QUALIDADE, seus usos mais abstratos, relacionados à ideia de volição, significando *ter por objetivo*. Podemos, assim, inferir a ideia de futuro a partir dessa *intencionalidade*.

Sendo assim, *visar*, significando *mirar* (exemplo i), a partir de usos metafóricos, desenvolve nova acepção, significando polissemicamente *olhar/ter por objetivo* (13), (14) e (15), em decorrência dos contextos de uso. Com o tempo, porém, a partir da frequência de uso de *visar*, o uso mais concreto pode dar lugar ao novo, aquele mais abstrato (10), (11) e (12) ou as duas formas poderão conviver sem necessariamente uma ser extinta.

Visar 4: [SN (+animado/+humano) visar (VTD) (ter por objetivo) Oração (alvo)]

É a partir desse contexto sintático que permite uma reanálise para o contexto

A mesma coisa falar no visar 7 (quando existe material quebrando a construção é pq ainda não há cristalizado)

A estrutura deste *type* é quase igual à do anterior: a diferença consistirá no complemento oracional que, neste caso, não aparece preposicionado. Apenas dois dos dicionários pesquisados trazem essa possibilidade de uso, em que, com a acepção *ter como objetivo*, pode ser usada com essa regência. Porém, trazem esse uso, ainda, como nota da regência da acepção transitiva indireta, ou seja, como uma variação daquela.

Vejam as ocorrências (16) e (17) extraídas do *corpus* diacrônico que são exemplos prototípicos desse *type*:

(16) Não ha lei alguma o creando, ato siquer do Intendente autorizando a sua fundação; é um fructo espurjo da cachola do tenente Mello que só **visa** arrancar do povo mais alguns mil réis de cada rês abatida. [OR-07-03-1920]

(17) Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Nereu Ramos – Rio.- A União Noelista Brasileira, ao celebrar, na data de hoje, o festivo jubileu do cincoentenário desta associação deminina do apostolado católico universal pede vênia para, em nome de seus numerosos nucleos radicados em todo Brasil, levantar, perante Vossencia, o seu mais caloroso protesto contra o infeliz projeto do deputado Nelson Carneiro a proposito da anulação de casamento, verdadeira e redícula mistificação, indigna das tradições de nossa cultura jurídica, com a qual **visa** introduzir, disfarçadamente, em nossa Pátria, o divorcio, horrível chaga cancerosa que, em crescentes devastações de todo o gênero, reconhecidas dos mais eminentes sociólogos de boa fé vem ameaçando o Velho e o Novo [Mundo], destino da raça de importantes países, cuja população sadia clama per todos os meios em altos brados; [...]. [AC-02-09-1951]

Em (16), o argumento externo de *visar* é o SN “tenente Mello” e, em (17), “deputado Nelson Carneiro”, ambos são exemplos de sujeitos [+animados] e [+humanos]. Por sua vez, *visar* foi empregado no sentido [-concreto] – *ter por objetivo* – e, sendo um verbo transitivo, recruta como argumentos internos orações que não são antecedidas por preposições: “arrancar do povo” e “introduzir”, em (16) e (17) respectivamente.

Os exemplos (18) e (19), abaixo, diferenciam-se dos demais, pois apresentam materiais intercalados entre o predicado e o argumento interno.

(18) “O operoso deputado Paes de Oliveira **visa**, por via do presente projecto de lei, limitar o numero de pedido de reconsideração no fôro administrativo” [AC-12-10-1930]

Em (18), o SN “O poderoso deputado Paes de Oliveira” é argumento externo do predicador *visar*, caracterizado pelos traços [+animado] e [+humano], e a oração reduzida de infinitivo, “limitar o numero de pedido de reconsideração no fôro administrativo”, é seu argumento interno. Nota-se que não há preposição encabeçando essa oração. Vale destacar, porém, a explicativa intercalada entre *visar* e seu objeto oracional, mostrando-nos que ainda há um afastamento, tanto semântico quanto sintático entre esses dois elementos, o que indica se tratar de uma construção “visar + infinitivo” “em” processo de GR.

(19) Praza aos céus que o Brasil saiba aproveita esses açoites e provações, com a quais o Altissimo não **visa** por certo destruir, mas unicamente sarar e corrigir as nações; SANABILES FECIT NATIONES, somos todos nós. [AC-09-10-1958]

Em (19), o SN “o Altissimo” funciona como argumento externo do predicador *visar*, fazendo referência à figura de *Deus*, por isso a classificação [+animada] e [+humana]. O verbo apresenta a acepção [-concreta] e recruta como argumento interno a oração “destruir”, coordenada contrastivamente às orações “sarrar” e “corrigir as nações”. Também nessa ocorrência há a presença de material intercalado, *por certo*, entre o predicador *visar* e seu complemento oracional.

As ocorrências que preenchem as características de *Visar* 4, na diacronia, correspondem a 5,71%, dentre as quais, as duas, apresentadas acima, 33,33% são exemplos não prototípicos deste *type* uma vez que apresentam material intercalado entre o predicado e o objeto.

Na sincronia, foram constatadas 07 ocorrências desse *type*, equivalentes a 1,73% de todas as ocorrências de *visar* no *corpus* nessa perspectiva:

(20) Diamantino **visa** explorar seu charme histórico e cultural. [DC/Tur-15-09-2014]

(21) “Esse tipo de pessoa mediante um conhecimento técnico que elas detêm **visa** conseguir iludir as pessoas com fim de conseguir lucro”, enfatizou o delegado da Draco. [G1/MT>Not-14-02-2012]

(22) Por outro lado, o Alviverde, que encontrou o caminho das vitórias, **visa** encostar novamente no G-4. [GD/Esp-12-09-2013]

Temos, em (20), um SN “Diamantino”, exemplo de oração com grau fraco de entrelaçamento do sujeito, pois apresenta os traços [+explicitude do sujeito] e [-correferencialidade]. Segundo Lehmann (1988), esse parâmetro indica que, quanto maior for o entrelaçamento dos sujeitos, no complexo oracional, maior o compartilhamento de elementos e mais as sentenças encontram-se num grau forte de integração sintática. A oração “explorar seu charme histórico e cultural” é o complemento interno de *visar*. A forma não finita dessa oração, como complemento do predicado, tal como já apresentamos em outras ocorrências, pode indicar, segundo Lehmann (1988), a GR do verbo da matriz.

Ainda em relação a (20), o argumento externo “Diamantino” recebe, também de acordo com o contexto, os traços de [+animado] e [-humano]. Já em (21), cujo argumento externo é o SN “Esse tipo de pessoa”, que exerce a função de anáfora pronominal, tem-se os traços [+animado] e [+humano]. Quanto aos graus de entrelaçamento de sujeitos propostos por Lehmann (1988), nessa ocorrência, temos uma oração cujo sujeito está num percurso para um entrelaçamento mais forte, uma vez que este *continuum* parte de SN pleno para uma anáfora zero, ou seja, a categoria vazia do sujeito caracteriza-se como o ponto em que há o maior grau de entrelaçamento dos sujeitos das cláusulas, sendo assim, maior a integração sintática. Como complemento alvo, aparecem dois verbos “conseguir” e “iludir”, ou melhor, uma oração infinitiva que, ao mesmo tempo, completa o verbo *visar*, na construção, e é completada por outra infinitiva.

Neste *type*, assim como vimos em *Visar 3*, apareceram usos que co-ocorrem (4 ocorrências), ou seja, no mesmo trecho de texto, o autor utiliza mais de uma forma de empregar o verbo em estudo. Em outras palavras, além deste *type* (*Visar 4*), ele também emprega o *Visar 8* (como veremos mais adiante): “A iniciativa **visa** propagar aos moradores o ensejo de transformar suas antigas residências em lojas, ateliers, pousadas e restaurantes, despertando ao município de 295 anos o charme histórico cultural”.

Em (22), temos o SN sujeito “o Alviverde” e como argumento interno a oração “encostar novamente no G-4”. Entre um e outro aparece a relativa explicativa “que encontrou o caminho das vitórias”. Tanto neste exemplo quanto em (20), percebe-se que o sujeito apresenta traços [+animado] e [-humano], pois entendemos, em (20), como “Diamantino” as pessoas que lá moram, mais especificamente, nesse contexto, os seus governantes, e, em (22), “o Alviverde” como uma referência à equipe que integra o time do Coritiba. Há também aqui, como já apontamos anteriormente, usos em que o traço [+humano] depende desse cálculo de sentido, o que indicia que está menos evidente ou mais esvaziado, nesses contextos e que, por isso, recebeu, na codificação do *type*, as duas possibilidades de interpretação analítica [+/- humano].

Este *type* enquadra-se no segundo estágio proposto por Heine (1993), em que *visar* associa-se a verbos não finitos e o sujeito de ambos os verbos é o mesmo.

Visar 5: [SN (-animado/-humano) visar (VTI) (ter por objetivo) SP (alvo)]

De acordo com a descrição acima, a partir deste *type*, o sujeito será classificado como [-animado] e [-humano]. Cezario (2001, p. 88), especificamente sobre o traço [-animado], assevera que “um ser inanimado como sujeito da cláusula subordinada aumenta a integração entre os eventos codificados na cláusula principal e na subordinada”, uma vez que os referentes inanimados não são capazes, normalmente, de quebrar a cadeia tópica, ou seja, a atenção não é desviada. Sendo assim, o tópico pode ser representado por uma anáfora zero, fato que dificilmente ocorrerá quando se tratar de referentes animados. Heine *et al.* (1991 *apud* CARVALHO, 2004, p. 119), em relação ao que esse traço revela sobre o processo GR, afirmam que, se existirem duas categorias e a diferença entre elas for a animacidade do sujeito, aquela que for [-humano] poderá ser considerada mais GR que aquela categoria com o sujeito [+humano]. Utilizaremos essa compreensão para diferenciarmos os Padrões subsequentes, que apresentam esse traço, dos anteriores.

Sendo assim, este *type* apresenta os traços semânticos do argumento externo: [-animado] [-humano], o que faz com que esse *type* se encontre no terceiro estágio do processo de GR proposto por Heine (1993). Para o autor, isso ocorre devido às restrições de seleção adquirida pelo verbo. O predicado, num sentido mais abstrato, com a acepção “ter por objetivo”, aqui, une-se ao seu argumento externo, passando a

constituir uma unidade semântica. Os complementos do verbo, neste *type*, são SPs alvos da ação, tal como exemplificam as ocorrências diacrônicas, em (23) e (24):

(23) A construção de Brasília **visa** a esse objetivo: levar para o centro do país atividades que desenvolvam a sua economia e integram na comunhão brasileira de dois terços do território nacional, ainda que inexploradas>>, declarou o presidente da República em recente discurso. [AC-02-02-1958]

(24) [...] por-quanto na pratica essa criação se desviara inteiramente de seus nobres fins, para **visar** unicamente ao interesse pecuniário do inspector geral das aulas, autor de dito regulamento, e um dos professores do referido lycêo (...) [OL-09-05-1878]

Em (23), temos uma ocorrência prototípica desse *type*, em que encontraremos o SN “A construção de Brasília” como argumento externo do predicado e, como complemento interno, o SP “a esse objetivo”. Dois aspectos merecem destaque nesse contexto:

(i) percebe-se, após esse SP, a oração “levar para o centro do país atividade que desenvolvam [...]”. Essa contiguidade co-textual revela alguns traços de GR em curso: além de as duas orações compartilharem o mesmo sujeito e o mesmo tempo verbal, caracterizando, respectivamente, menor explicitude do sujeito e maior correferencialidade, a ocorrência contígua das duas construções – SP e oração reduzida de infinitivo – revela uma proximidade que favorecerá a constituição de padrões mais gramaticalizados, conforme apresentaremos na sequência, favorece a mudança via metonímia e reanálise categorial;

(ii) o SN, argumento externo, “A construção de Brasília”, que funciona como sujeito do predicado constituído por *visar*, não permite uma interpretação em que é possível derivar os traços de animacidade e humanidade, tal como propusemos em padrões anteriores, o que também indicia traços do processo de mudança semântico-categorial de *visar*.

A ocorrência (24) não é prototípica de *Visar* 5, porque apresenta o advérbio “unicamente” entre o predador e o seu objeto, distanciando-os e mostrando, assim, estágio anterior de GR em comparação com o exemplo contido em (23). Das 7 ocorrências pertencentes ao *corpus diacrônico* encontradas neste *type*, 57,17%, equivalente a 4 ocorrências, apresentam o advérbio como material interveniente; ou

seja, diferente do que veremos no *Visar* 6, neste, a construção prototípica é menos utilizada.

Dentre as ocorrências coletadas na sincronia, 12 revelaram as características deste *type*, equivalendo a 2,96% do total das ocorrências de *visar* nessa perspectiva:

(25) Projeto **visa** à revogação de aumento. [...]O parlamento acrescenta que, além de vetar o aumento da taxa, o novo projeto também **visa** revogar a elevação da alíquota da energia rural, que passou de 29% para 30%. [DC/Pol19-04-2012]

(26) Além das atividades que **visam** à finalização da superestrutura, algumas máquinas trabalham na infraestrutura urbana necessária para iniciar a construção da rotatória lateral ao viaduto, para interligação entre as avenidas e acesso ao aeroporto. Nesse local, estão sendo feitas as redes de drenagem e telecomunicação. [GD/CONT.-01-09-2013]

Em (25), o argumento externo é um SN pleno “projeto”, sem nenhuma característica de animacidade. O complemento do verbo é um SP “à revogação de aumento”. Este *type* coexiste com outra construção de *visar*, a saber, *Visar* 8, conforme apresentaremos na sequência: “O parlamentar acrescenta que, além de vetar o aumento da taxa, o novo projeto também **visa** revogar a elevação da alíquota da energia rural, que passou de 29% para 30%”, comprovando que, como já dissemos, na GR, a mudança não é abrupta, as construções coexistem e podem permanecer à disposição das necessidades comunicativas do escrevente/usuário da língua. Percebe-se como as construções “visa à revogação”/ “visa revogar” são utilizadas em alternância pelo sujeito, e, além disso, como, num mesmo recorte sincrônico, temos refletidos estágios distintos da mudança experimentada pelo item, em direção à construção que caracterizará o *type* 8, em que o complemento preposicional SP, formado pela preposição “a” + o SN “a revogação”, cujo nome, de natureza deverbal, aparece também complementado, passa a funcionar como complemento de natureza verbal, propriamente dita, “visa + revogar”. Com isso, identificamos que um possível elo fundamental para a passagem desse *type* 5 para a construção mais gramaticalizada é exatamente a condição de se ter um nome deverbal que é substituído por um verbo, dentro de uma construção que se cristaliza com o tempo.

Em (26), *visar* está flexionado em número plural e a construção à qual pertence está encaixada em uma relativa que, por sua vez, modifica o núcleo nominal “atividades” e é encabeçada pelo relativo “que”, em “que visam à finalização da

superestrutura”. Das 12 ocorrências deste *type*, em 3,25%, *visar* encontra-se em construções encaixadas em relativas dessa natureza.

Visar 6: [SN (-animado/-humano) visar (VTD) (ter por objetivo) SN (alvo)]

Neste *type*, temos como sujeito um SN com os traços [-animado] e [-humano], *visar* com o sentido [+abstrato] de “ter por objetivo” e o seu complemento é um SN alvo. Trata-se, portanto, de um uso em que, além da perda dos traços de animacidade e humanidade do sujeito, constata-se também a perda do uso da preposição, em que verbo e complemento ligam-se, transitivamente, de forma direta. Foram encontradas 14 ocorrências desta construção, correspondentes a 20% de todos os usos de *visar* na diacronia. Vejamos, na ocorrência (27), um uso prototípico deste *type*, em que temos como sujeito “A estatística empreendida” e, como complemento, o SN “a demonstração da nossa força”, e, em (28), ocorrência que se distancia desse protótipo:

(27) A estatística empreendida **visa** a demonstração da nossa força, do nosso trabalho e do nosso progresso, em benefício da pátria comum. [OR-02-12-1920]

(28) [...] se isto não são recomendações para o crédito de uma folha, que so **visa** o bem da Pátria. [OL-12-03-1874]

Em (28), “o crédito de uma folha” funciona como sujeito [-animado] e [-humano] da cláusula, em que o verbo *visar* encontra-se encaixado em uma construção relativa, na qual o SN “o bem da Pátria” funciona como complemento direto de *visar*.

Foram encontradas, no *corpus* sincrônico, 70 ocorrências dessa construção, equivalentes a 17,28% de todos os usos de *visar* na amostra coletada:

(29) Maior volume dos processos apresentados **visa** a exploração aquícola em áreas fora do reservatório de Manso, num total de 55 requerimentos. [GD/Econ-10-11-2013]

(30) Justiça barra projeto hoteleiro que **visa** abertura da Copa no DF. [PH/Not>Copa2014-10-09-2011]

- (31) A criação deste pólo tecnológico **visa**, principalmente, a geração de oportunidades e empregos, com o desenvolvimento mais acelerado das atividades produtivas e com a geração de postos de trabalho pelo surgimento de novas empresas”, externa o autor do projeto. [AMT/Pol-02-09-2014]
- (32) Foram apresentados ao Ministério o total de 104 projetos até agora, **visando** a exploração da aquicultura no Estado, em áreas exteriores às dos 9 parques aquícolas de Manso. [GD/Econ-10-11-2013]

Em (29), encontramos um sujeito explícito “Maior volume dos processos apresentados” e um complemento do verbo *visar*, significando “ter como objetivo”, formado pelo SN “a exploração aquícola em áreas do reservatório de Manso, num total de 55 requerimentos”. Consideraremos essa ocorrência como o uso prototípico de *Visar* 6. Dentre as 70 ocorrências encontradas deste *type*, 50 (71,42%), revelam esse formato. Percebe-se com isso que a forma prototípica, aqui, é a mais utilizada.

Em (30), o SN “projeto hoteleiro”, com os traços de [-animado] e [-humano] e funcionando como modificador do complemento do verbo “barra”, no predicado verbal da oração que figura em posição de sujeito, também é modificado por uma relativa, introduzida pelo “que” e constituída de *visar* completado, por sua vez, pelo SN “abertura da Copa no DF”. A integração da construção com *visar* em uma oração integrada em relativa é suficiente para afastar esse uso daquele considerado prototípico para o *type*. Essa construção repetiu-se 14 vezes, correspondendo a 20% de todas as ocorrências de *Visar* 6.

Na ocorrência (31), temos o sujeito SN “A criação deste pólo tecnológico” e como complemento de *visar*, o SN “a geração de oportunidades e empregos”. Destaca-se, aqui, a presença do material interveniente “principalmente”, um advérbio de modo. Neste *type*, em todas as ocorrências em que foi observada a presença de material intercalado, entre predicado e complemento, assim como em (31), sua natureza é adverbial. Esse aspecto reporta-se à questão da iconicidade relativa ao princípio da proximidade: quanto mais distante, estruturalmente, está uma oração da outra ou de seu complemento, também assim se encontram no aspecto semântico. Além disso, quanto mais gramaticalizada é uma construção menor é a probabilidade de ocorrências de material linguístico que “quebre” sua unidade enquanto construção cristalizada.

Em (32), temos o SN “o total de 104 projetos” como argumento externo e, como argumento interno, o SN “a exploração da aquicultura no Estado”, conforme a apresentação deste *type*. Nessa ocorrência, no entanto, o verbo encontra-se na forma nominal gerúndio, diferentemente dos usos considerados prototípicos desse *type*.

Visar 7: [SN (-animado/-humano) visar (VTI)(ter por objetivo) Oração(alvo)]

Em *Visar 7*, encontraremos as seguintes características: o sujeito será [-animado] e [-humano], *visar* terá um uso [+abstrato], com sentido de *ter por objetivo* e, como um verbo transitivo indireto, recrutará uma oração precedida de preposição para completá-lo. Essa construção aparece 7 vezes no *corpus* diacrônico, dando-nos um total de 10% de todas as ocorrências encontradas na diacronia, tal como mostram (33) e (34):

(33) A medida da direção da referida empresa **visa** a atender centenas de pedidos de ligação. [AC-19-11-1960]

(34) O programa de expansão da Companhia, que **visa** a aumentar a produção anual de três milhões para seis milhões de toneladas de minério de ferro (...) [AC-29-01-1959]

A ocorrência prototípica deste *type*, em (33), caracteriza-se pelo SN “A medida da direção da referida empresa”, complemento externo do verbo e, portanto, seu sujeito, com a ausência dos traços de animacidade e humanidade; e pela oração “a atender centenas de pedidos de ligação”, complemento interno preposicionado.

Já em (34), encontramos *visar* numa oração encaixada em relativa, em que o sujeito e complemento oracional mantêm os mesmos traços: SN “O programa de expansão da Companhia e a aumentar a produção anual” [...]. Construções como a exemplificada em (34) representam 42,85%, das ocorrências deste *type*.

Na sincronia, foram constatadas 18 ocorrências deste *type* no *corpus*, equivalendo a uma porcentagem de 4,44%. Vejamos:

(35) A solicitação **visa** a verificar a qualidade dos serviços prestados pela contratada. [GD/Econ-30-12-2013]

(36) A Prefeitura de Cuiabá iniciou nesta segunda-feira (12) a 1ª Semana da Transparência, iniciativa que **visa** a apresentar à população as ações desempenhadas pelo poder público em todos os setores, além de estimular, nos cidadãos, a busca pela participação na gestão pública. [24HN/Not-12-05-2014]

(37) A operação foi iniciada neste final de semana e **visa** a orientar e, inclusive, prender aqueles que forem flagrados ateando fogo no perímetro urbano. Esta prática é considerada crime ambiental inafiançável. [GD/Pol-29-08-2013]

Em (35), temos o uso mais prototípico de *Visar* 7, caracterizado pelo SN “A solicitação”, como argumento externo, e a oração reduzida de infinitivo, “a verificar a qualidade dos serviços prestados pela contratada”, introduzida por preposição, como argumento interno.

Na ocorrência (36), o sujeito é o SN “iniciativa” e o complemento oracional, introduzido por preposição, é “a apresentar à população as ações desempenhadas pelo poder público em todos os setores”, seguindo o modelo do *type*. Porém, a diferença, aqui, é que a oração com *visar* encontra-se encaixada em relativa. Construções como essas repetem-se 7 vezes, totalizando 38,88% das ocorrências de *Visar* 7.

Destacam-se duas características em (37): o SN sujeito “A operação” é o mesmo da oração coordenada à construção com *visar*, que seleciona dois verbos, também coordenados, como complementos “orientar” e “prender”, o que também indica o distanciamento do funcionamento considerado prototípico para o *type* e, ainda, um uso em construção não cristalizada.

***Visar* 8: [SN (-animado/-humano) *visar* (VTD) (ter por objetivo) Oracional (alvo)]**

Neste *type*, as construções apresentam as características de um sujeito composto por um SN [-animado] e [-humano], com *visar* tendo um uso [-concreto] e recrutando uma oração como objeto direto, ou seja, sem o uso da preposição. Trata-se, portanto, de uma relação transitiva em que o uso da preposição deixa de ser observado, em contexto similar ao do *type* anterior.

Foram constatadas 24 ocorrências de *Visar* 8, no recorte diacrônico, correspondentes a 34,28% de todo o *corpus*, o que permite afirmar que este *type* representa a escolha mais utilizada pelos escreventes na amostra investigada, nessa perspectiva. Vejamos:

(38) A campanha **visa** realizar o ideal cristão da família, solucionar problemas a ela referentes e defende-la dos perigos e ameaças que a cercam [AC-03-03-1957].

A forma prototípica deste *type* está exemplificada em (38), em que *A campanha* é o complemento externo do verbo, com os traços negativos para animacidade e humanidade. Como complemento interno, não preposicionado, temos três orações infinitivas coordenadas: “realizar o ideal cristão da família, solucionar problemas e defendê-la dos perigos e ameaças que a cercam”. Foram encontradas 9 ocorrências, ou seja 37,5% correspondem a esse uso mais prototípico de *Visar* 8. Vale destacar que, apesar de termos considerado esses como os usos mais prototípicos do *type* em questão, não estamos diante da construção “*visar* + infinitivo”, conforme mostraremos em dados da sincronia atual, uma vez que há a possibilidade de coordenação de mais de uma estrutura oracional, tal como exemplificado acima. Na diacronia, temos, no entanto, a forma que abre caminho para o desenvolvimento da construção a partir da cristalização via frequência de uso.

Este *type* também apresentou usos, menos prototípicos, com material intercalado entre o verbo e o seu complemento oracional, tal como segue exemplificado por (39), (40) e (41), e com o próprio verbo *visar* encaixado em relativa, tal como também é exemplificado por (41):

(39) E o projecto em apreço **visa** justamente pôr termo a taes abusos (...) [AC-12-10-1930]

(40) Não nos admira acalentar o Fôfo essa estulta pretensão, embora as suas qualidades sejam mais do que negativas para tão elevada investidura, admirados sim ficaríamos si o Pedrinho amparar esse lance audacioso que **visa** apenas limpar as rendas estaduais [OR-02-12-1920].

(41) É-nos, antes de mais nada, sumamente grato cumular de louvores a “Ascese Ignaciana” que na mortificação e reforma do espírito, **visa**

principalmente que “Cristo seja tudo em todas as coisas” dirigindo tudo unicamente ao fim ultimo da maior Gloria de Deus [AC-29-09-1940].

Em (39), o SN “O projecto em apreço” compõe o sujeito da oração e o complemento verbal é a oração “pôr termo a taes abusos”. Porém, antes desse complemento, há o advérbio “justamente” intercalado.

Em (40), temos como sujeito “esse lance audacioso”, *visar* aparece encaixado numa relativa e com complemento oracional “limpar as rendas estaduais”, também antecedido de advérbio, “apenas”.

Já a ocorrência (41) afasta-se, ainda mais, no que se refere à prototipicidade desse *type*, em comparação com as ocorrências já expostas aqui, porque temos, em seu contexto, como complemento alvo, uma oração desenvolvida “que Cristo seja tudo em todas as coisas” (única ocorrência dentro do *corpus* analisado que apresenta essa estrutura). O sujeito dessa oração é uma anáfora zero, porém, é possível resgatá-lo, sendo assim o SN “Ascese Ignaciana” que mantém os traços previstos para o *type*.

Essas 3 ocorrências (12,5%) representam todos os casos, neste *type*, de material interveniente entre o verbo e o argumento interno, sendo esses advérbios.

Já na sincronia, das 405 ocorrências encontradas desse verbo, 291, equivalentes a 71,85%, enquadram-se neste formato, ou seja, a maioria das ocorrências, conforme ilustra (42):

(42) Folhetos com dicas de prevenção estão sendo distribuídos. A operação “Saque Seguro” começou no ano de 2011 **visa** dar maior segurança a população neste período em que ocorre pagamento dos funcionários públicos e aposentados, onde ocorre maior circulação de pessoas com valores neste período em toda Capital. [AMT/Des>Pol-30-04-2014]

Em (42), temos um uso prototípico de *Visar* 8: o SN “A operação ‘Saque Seguro’” funciona como argumento externo ao predicado verbal e a oração “dar maior segurança a população neste período” como argumento interno, não preposicionado. Percebe-se o sujeito com menor grau de explicitude, com maior correferencialidade e constituído por uma anáfora zero, porém possível de ser resgatado no contexto, constituído, por sua vez, pela coordenação por justaposição, além de marcado pelas características semânticas [-animado] e [-humano]. Ainda sobre o critério de entrelaçamento de Lehmann (1988), percebemos, também, que há correlação entre a oração principal e a subordinada quanto ao aspecto modo-temporal “visa-dar”.

Correlacionamos este *type* ao quarto estágio de GR de verbos de Heine (1993), uma vez que nessa construção não há a possibilidade de formação de imperativos ou de apassivação, os núcleos dos complementos não são mais nomes e, devido à formação de perífrase, o verbo, na maioria dos casos, aparecerá no infinitivo. É exatamente esse *type* que se encontra em processo de cristalização na construção “visar + infinitivo”, em uso considerado mais gramaticalizado.

Os usos apresentados na sequência, de (43) a (49), diferenciam-se do prototípico, anteriormente descrito:

(43) Denominado “AmbientAÇÃO”, o programa da AL/MT envolve os servidores do poder Legislativo Estadual em ações que **visam** reduzir, reutilizar e reciclar dentro do próprio órgão, que conta como uma oficina de reciclagem. [24HN/Esp-29-11-2012]

Em (43), temos o SN “ações”, que constitui o SP “em ações”, como argumento externo da construção relativa em que *visar* encontra-se encaixado. Esse verbo é, por sua vez, complementado, internamente, pela oração “reduzir”, que se coordena a “reutilizar” e “reciclar”. Sobre esse formato de oração, encaixada em relativa, em nosso *corpus*, foram constatadas 77 ocorrências, correspondentes a 26,46% de todas as ocorrências deste *Type*.

(44) Evento **visa** que educador olhe criança em sua perspectiva. [24HN/Esp-05-11-2012]

(45) Projeto **visa** que empresas de grande porte instalem câmeras integradas à Prefeitura. [AMT/Dest-09-09-2013]

Nas ocorrências, em (44) e (45), temos, respectivamente, o sujeito formado pelos SNs “Evento” e “Projetos”, [-animados] e [-humanos], e como complemento de *visar* as orações desenvolvidas “que educador olhe criança em sua perspectiva” e “que empresas de grande porte instalem câmeras integradas à Prefeitura”. Esse tipo de uso foi encontrado apenas nessas duas ocorrências, totalizando 0,68% de todas as ocorrências de *Visar* 8. Vale enfatizar que somente nesse *type* encontramos orações desenvolvidas completando o verbo *visar*, representando um grau de entrelaçamento menor que aquele, por exemplo, observado em (42).

(46) Conforme Pedro Pelizer, inspetor da Polícia Rodoviária Federal, a operação durante o carnaval, **visa** não só reduzir o número de acidentes de trânsito nas rodovias. [G1/MT>Not-20-02-2012]

(47) A iniciativa **visa** também divulgar a situação para a imprensa, pois os funcionários garantem que nenhuma medida concreta está sendo tomada para resolver os problemas mais graves que demandam de urgência. [GD/Cid-03-09-2014]

Nessas duas ocorrências, respectivamente, encontramos, como argumentos externos, os SNs “a operação durante o carnaval” e “A iniciativa” e, como argumentos internos, as orações reduzidas de infinitivo – conforme preconizam os usos deste *type* – “reduzir o número de acidentes de trânsito nas rodovias” e “divulgar a situação para a imprensa”. Porém, nota-se que essas orações são precedidas, na primeira ocorrência (46), pela construção negativa “não só”, único caso observado no *corpus* (0,34%), e, na segunda (47), pelo advérbio “também”, com 6 ocorrências (2,06%), neste *type*. Como já dito anteriormente, a ocorrência desses materiais indica menor grau de GR da cláusula, uma vez que, semântica e estruturalmente, as orações principal e subordinada encontram-se mais distantes, ou seja, a construção ainda permite a interveniência de material intercalado, o que indica seu “processo de cristalização em curso”.

(48) Faltando um dia para o início da Copa do Mundo no Brasil, manifestações são organizadas em Cuiabá. Duas delas acontecem nesta sexta-feira (13) em pontos distintos. Uma tem como objetivo protestar contra as obras inacabadas e a outra **visa** lutar por um país mais justo e menos desigual. [GD/Cid-11-09-2014]

Em (48), nota-se uma anáfora pronominal no SN sujeito “a outra”, referindo-se ao substantivo “manifestações”, e, como argumento interno, a oração “lutar por um país mais justo e menos desigual”. Na oração, “Uma tem como objetivo protestar contra as obras inacabadas”, o escrevente utiliza o substantivo “objetivo” e, na próxima oração, para evitar a repetição da palavra, opta por *visar*, evidenciando, assim, o valor semântico com que o escrevente emprega o verbo em estudo. (modalizar)

(49) O objetivo **visa** dar celeridade e qualidade no atendimento médico às pessoas que procuram uma Policlínica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou Pronto-Socorro (PSMC). [GD/Pol-15-10-2011]

Nesta construção, o sujeito “o objetivo” e o *visar*, significando “ter como objetivo”, mostram sentidos que se repetem. É exatamente esse contexto, em que o sentido mais gramaticalizado de *visar* já se encontra presente no SN sujeito, que permite a emergência de um outro sentido e de uma outra funcionalidade para a construção em que no verbo se encontra, a saber, a marcação de futuridadade na perífrase em formação “visa dar”. Trata-se de um exemplo de “desbotamento semântico” de um sentido “ter como objetivo” que se soma a outro, o de “futuridade”, num uso mais gramaticalizado. Nesse caso, o complemento de *visar*, a oração “dar celeridade e qualidade no atendimento médico às pessoas que procuram uma Policlínica (...)”, tem seu verbo, na forma infinitiva, migrando, num processo de reanálise, que permite a emergência da perífrase somada à marcação de futuridadade.

4.1. Aspectos gerais sobre os usos de *visar*.

No Gráfico 3 e 4, abaixo, apresentamos a quantidade de ocorrências encontradas em cada *type* apresentado:

Gráfico 3: Padrões diacrônicos de *visar*.

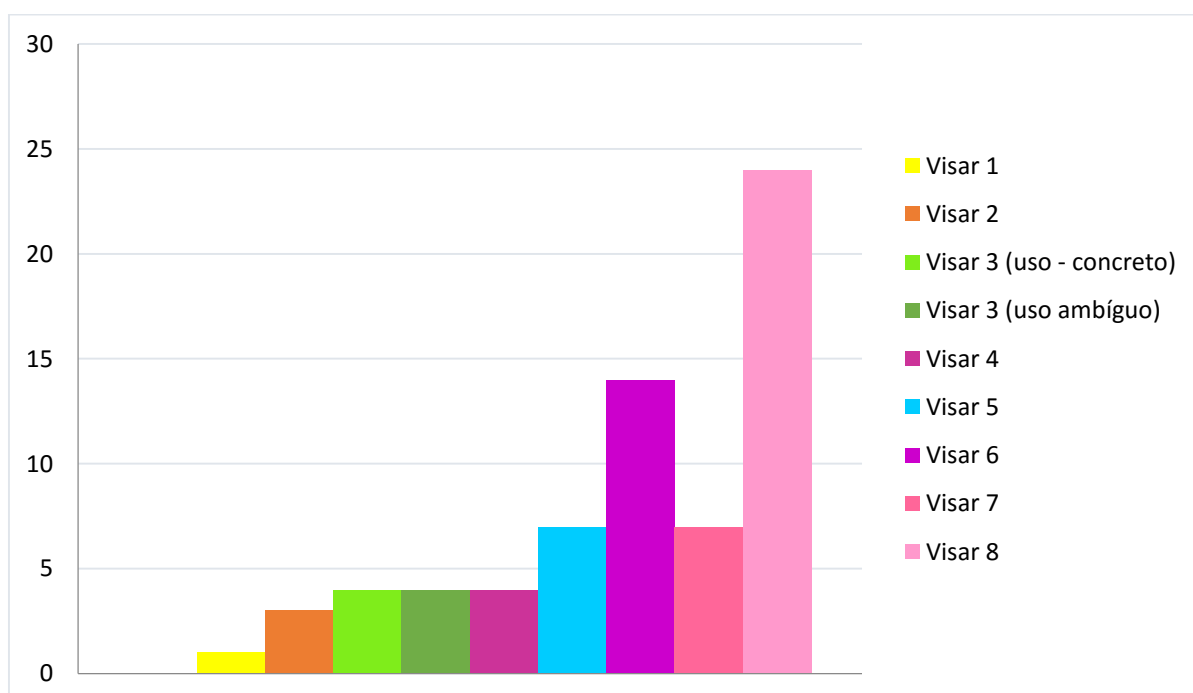
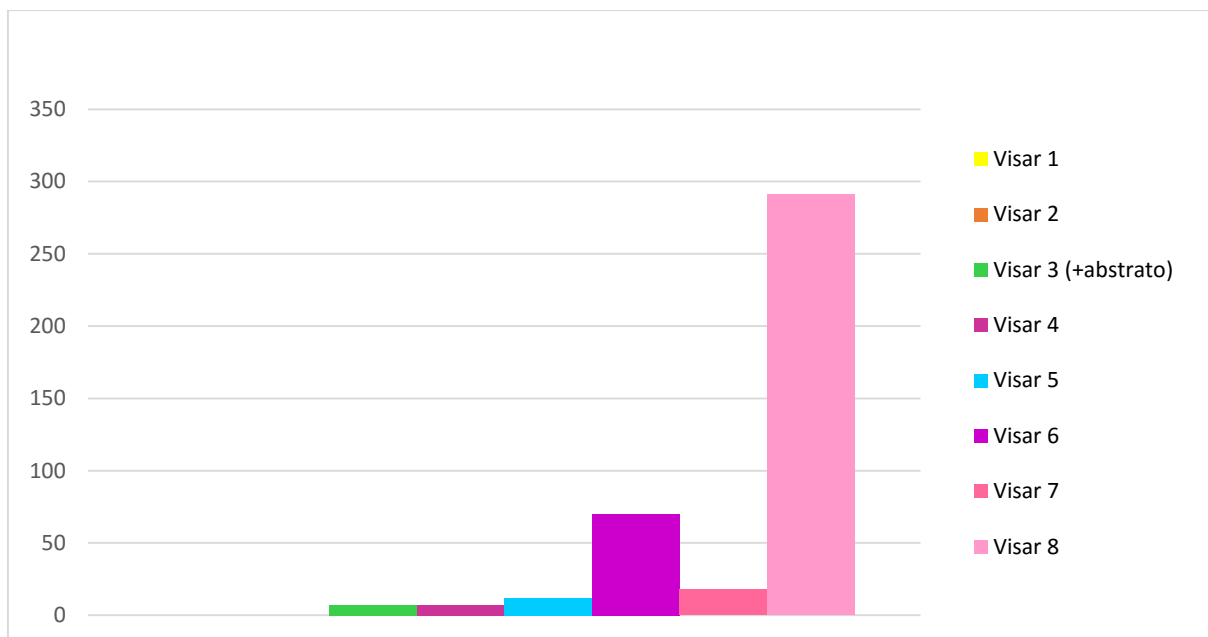


Gráfico 4: Padrões sincrônicos de *visar*.



Percebemos, a partir dos números desses Gráficos, o que Haiman (1991 *apud* HOPPER; TROUGOTT, 1993) afirma sobre o processo de GR, salientando que esse é um processo de rotinização da língua. Uma forma ou combinação de formas ocorre, no discurso, com frequência crescente e, começando como uma forma não usual de fazer ou reforçar um ponto do discurso, passa a ser um meio usual e não marcado de desempenhar esse papel. Dessa maneira, a frequência com que tais expressões ocorrem será um fator que determina se a forma passa ou não a ser considerada gramatical pela comunidade de fala. Bybee (2010), nessa mesma linha, afirma que, quanto maior for a frequência de um item/construção, mais ele terá a probabilidade de ampliar o seu espectro funcional. Comparando os dois gráficos, notadamente conseguimos perceber a assertiva dessa autora sobre a frequência de uso, pois, como vimos nos Gráficos 3 e 4, é a partir do aumento do uso da construção que as mudanças ocorrem, ou seja, os resultados da análise aqui apresentados mostram que a mudança funcional está atrelada ao aumento das ocorrências do verbo *visar*.

No Quadro 6, apresentamos um resumo das principais características sintáticas e semântico-pragmáticas dos *types* de *visar* aqui apresentados:

Quadro 6: Padrões de *visar*: características sintáticas e semântico-pragmáticas.

PADRÕES DE VISAR		
Types	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
1	Sentido [+ concreto] = “ <i>dirigir a vista para</i> ” (<i>olhar</i>) Sujeito [+ animado] [+humano] Complemento afetado [SN] Sem preposição entre V e Compl. [VTD]	“Um superior como o que fica debuxado, no quadro precedente e por entre cujas sombras não deixarão os leitores de visar o vulto angelico, majestoso e imponente, desse ancião venerável”(…).[OL-19-02-1874].
2	Sentido [- concreto] = “ <i>ter como objetivo; mirar; propor-se</i> ” Sujeito [+animado] [+humano] Complemento alvo [SP] Com preposição entre V e Compl. [VTI]	“O pai de família sendo exemplo, há de admoestar com amor, mostrando que visa ao bem dos seus”. [AC-02-11-1958]
3	Sentido [+ concreto] = “ <i>dirigir a vista para</i> ” Sujeito [+animado] [+/-humano] Complemento alvo [SN] Sem preposição entre V e Compl. [VTD]	“O contratorpedeiro Seafish manobrou o canhão de ré, visando a linha d’água do navio inimigo”. (ABREU, 2006)
	Sentido [- concreto] = “ <i>ter como objetivo</i> ” Sujeito [+animado] [+/-humano] Complemento alvo [SN] Sem preposição entre V e Compl. [VTD]	“O atleta visa a expansão do judô”. [GD/Ev-03-02-2014]
4	Sentido [- concreto] = “ <i>ter como objetivo; mirar; propor-se</i> ” Sujeito [+animado] [+/-humano] Complemento alvo [Oracional] Sem preposição entre V e Compl [VTD]	“O juiz visa retratar a dimensão dos prejuízos causados à saúde financeira dos respectivos trabalhadores”. [GD/Econ-12-03-2014] “Os mineiros vão receber o Coritiba, de Alex, às 21 horas, no Independência. Por outro lado, o Alviverde, que reencontrou o caminho das vitórias, visa encostar novamente no G-4”. [GD/Esp-12-09-2013]
5	Sentido [+abstrato] = “ <i>ter como objetivo; mirar; propor-se</i> ” Sujeito [-animado] [-humano] Complemento alvo [SP] Com preposição entre V e Compl [VTI]	“O projeto é idealizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e visa à elaboração de um planejamento estratégico de infraestrutura de transporte e

		logística de cargas da Região Centro-Oeste”. [GD/BR-11-12-2013]
6	Sentido [+abstrato] = “ <i>ter como objetivo; mirar; propor-se</i> ” Sujeito [-animado] [-humano] Complemento alvo [SN] Sem preposição entre V e Compl [VTD]	“O concurso visa o preenchimento total de 430 vagas, sendo 199 com chamamento imediato e 292 de cadastro de reserva”. [GD/Pol-09-12-2013]
7	Sentido [+abstrato] = “ <i>ter como objetivo; mirar; propor-se</i> ” Sujeito [-animado] [-humano] Complemento alvo [Oracional] Com preposição entre V e Compl [VTI]	“A ação visa a atender ao público em geral, oferecendo cursos nas áreas da construção civil, gestão e informática”. [GD/Pol-29-09-2013]
8	Sentido [+abstrato] = “ <i>ter como objetivo; mirar; propor-se</i> ” Sujeito [-animado] [-humano] Complemento alvo [Oracional] Sem preposição entre V e Compl [VTD]	“A sessão visa debater a questão de doentes mentais que estão cumprindo medidas de segurança”. [GD/Pol-29-09-2013]

5. Sistematizando as propriedades de *visar*

A descrição analítica dos oito *types* identificados de *visar*, no *corpus* investigado, conforme apresentado na Seção 4, permite a realização, a partir deste ponto, de uma sistematização, ainda que breve, dos resultados encontrados, de acordo com as propriedades estruturais, em 5.1., e semântico-pragmáticas, em 5.2., verificadas nos usos descritos.

5.1. *Visar*: propriedade estruturais

Os *types* inicialmente distinguidos de *visar* podem ser agrupados em três grupos, conforme suas propriedades estruturais, a saber, [SN + *visar* + SN], [SN + *visar* + SP] e [SN + *visar* + SV], tal como exemplificamos, a partir das ocorrências (50) a (55):

(A) SN + *visar* + SN]

- (50) Tal medida **visa** economia de despesas de armazenamento, pois os equipamentos hospitalares se encontram em Santos há mais de três semanas. [AC-17-08-1969]
- (51) A iniciativa **visa** a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio. [GD/Cid-23-02-2014]

Em (50) e (51), respectivamente, temos, como sujeitos, “Tal medida” e “A iniciativa” e, como complemento do verbo, os SNs “economia de despesas de armazenamentos” e “a segurança da navegação”. Os argumentos, interno e externos, caracterizados como SNs, indicam que *visar* tem *status* de verbo pleno. Nesse tipo de configuração, no entanto, o verbo pode apresentar sentidos mais ou menos concretos, como exemplificado acima e na seção anterior. Em nosso *corpus*, foram encontradas 105 ocorrências (28 do recorte diacrônico e 77 do sincrônico) que podem ser descritas de acordo com a sistematização acima *Type*, ou seja, 19,40% de todo o *corpus*.

(B)[SN + visar + SP]

- (52) O pai de família sendo exemplo, há de admoestar com amor, mostrando que **visa** ao bem dos seus. [AC-02-11-1958]
- (53) A proposta **visa** à liberação do terreno, que é propriedade da Prefeitura, para os camelôs, sob a condição de que executem um projeto reestruturação do complexo”. [GD/Pol-02-12-2013]

Em (52) e (53), os argumentos externos são compostos pelos SNs “O pai de família” e “A proposta”, o verbo, aqui, recruta complementos com preposição, então, apresentam-se os SPs “ao bem dos seus” e “à liberação do terreno” como objetos indiretos de *visar*, também caracterizado como verbo pleno. Nesse tipo de configuração, no entanto, o verbo apresenta sentidos menos concretos, é utilizado como sinônimo de *ter por objetivo*, como exemplificado acima e na seção anterior. Em nossa pesquisa, encontramos 29 ocorrências (5,36%), pertencentes a esta classificação, sendo que 17 são do recorte diacrônico e 12 do sincrônico.

(C)[SN + visar + SV]

- (54) Êste plano compreende trabalhos aproveitamento da bacia do rio Uma e **visa** atender às necessidades do próspero vale, com o beneficiamento de

regiões dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal. [AC 19-01-1958]

- (55) A reunião **visa** garantir a liberação das emendas parlamentares, um dos pontos criticados por Romoaldo ao deixar a liderança do governo, e que atribuiu a responsabilidade ao secretário Nadaf, por não dar respaldo à interlocução na Casa de Leis. [GD/Pol10-09-2013]

Já em (54) e (55), encontramos, como argumento externo do verbo, os SNs “Este Plano” e “A reunião” e, como argumento interno, os SVs “atender às necessidades do próspero vale [...]” e “garantir a liberação das ementas parlamentares”. Encontramos, em nossa pesquisa, 407 ocorrências (91 da diacronia e 316 da sincronia) que preenchem esta característica, isso perfaz 75,23% de todo o *corpus* investigado, configurando assim, o grupo que mais se sobressai.

Esta característica evidencia que, nessas construções, o verbo da cláusula principal já não apresenta mais as características de um típico verbo pleno, dessa forma, segundo Heine (1993), está entre o estágio 3 e 4 de GR, ou seja, nessas fases, o verbo em processo de GR: (i) recruta referentes não-humanos; (ii) une-se ao principal, passando a construir uma unidade semântica e a ser considerado como semi-auxiliar; (iii) perde a capacidade de formar imperativos, de ser nominalizados ou de se apassivar; (iv) apresenta um núcleo do complemento que já não é mais um nome; (v) na formação de perífrase, associa-se apenas à forma nominal não-finita.

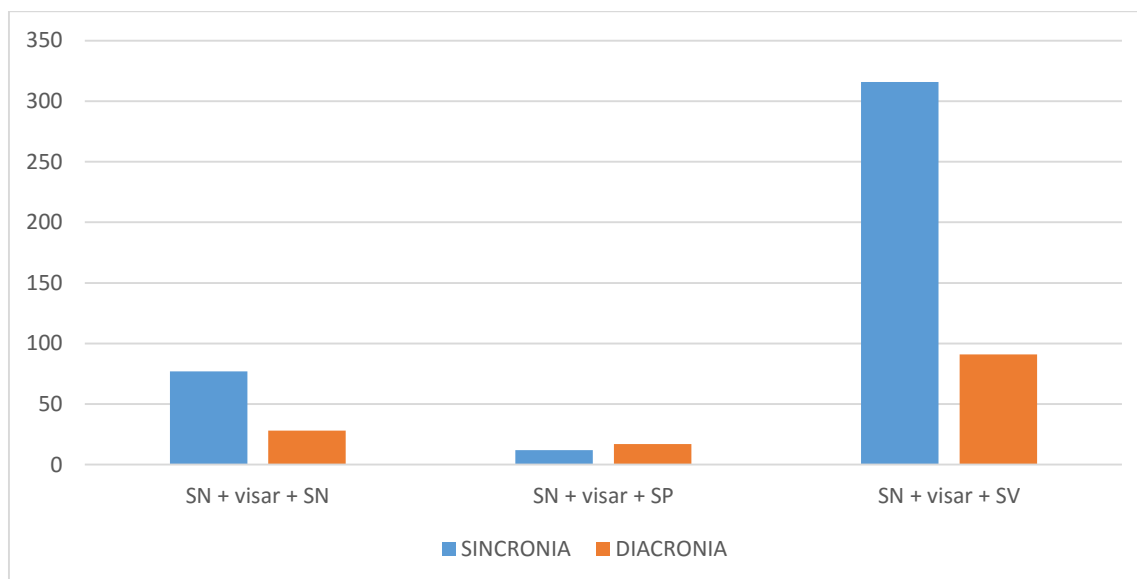
Nota-se que, nessa estrutura, como complemento interno, o *visar* recruta um SV que integra uma oração reduzida de infinitivo, de acordo, portanto, com o processo de dessentencialização, segundo Lehmann (1988), e passando a exercer função de auxiliar na construção *visar* + infinitivo, com forte marcação de tempo futuro, além de pessoa e número.

A partir dessa distinção estrutural, temos os seguintes dados de frequência:

Tabela 7: Propriedades estruturais de *visar*.

CONSTRUÇÕES	FREQUÊNCIA			
	Diacronia		Sincronia	
[SN + <i>visar</i> + SN]	28	38,08%	77	19,01%
[SN + <i>visar</i> + SP]	17	12,5%	12	2,96%
[SN + <i>visar</i> + SV]	91	66,91%	316	78,02%

Gráfico 5: Propriedades estruturais de *visar*.



Na Tabela 7 e no Gráfico 5, percebemos que o verbo em estudo recruta, como complemento, estruturas de naturezas distintas: o SN, com núcleo podendo ou não estar determinado e/ou modificado; SPs, que caracterizam os usos do verbo que estão de acordo com o que prevê a tradição gramatical; e, por fim, complementos oracionais, em que o núcleo verbal, ocupado por *visar*, é complementado por uma oração, conforme mostramos detalhadamente na seção anterior. Esses são os usos que permitem a constatação do processo de reanálise, em que ocorre a mudança dos limites estruturais, ou seja, o verbo deixa de funcionar como verbo pleno, núcleo verbal da primeira oração, tal como na descrição que acabamos de expor, e passa a funcionar como auxiliar do verbo infinitivo da oração seguinte, em processo, portanto, de dessentencialização, fortemente atrelado à marcação de futuridade.

Dos três tipos de estruturas em que *visar* aparece, a última é a que mais tem ocorrência, o que demonstra um aspecto diferente no uso desse verbo. Ao analisarmos, então, qual a forma do verbo que o acompanha, notamos que, quando há um complemento verbal, em contexto que permite a constatação da reanálise acima descrita, este se restringe, no nosso *corpus*, às formas não-finitas. Como se pode observar nas ocorrências (54) e (55) expostas acima.

5.2. *Visar*: propriedades semânticas e pragmáticas

Nesta seção, apresentaremos uma breve sistematização referente aos traços semânticos do sujeito, codificado por meio da estrutura SN, e do complemento, codificado estruturalmente por meio de SN, SP ou orações reduzidas de infinitivo, bem como referente às acepções de uso do verbo *visar*, nos *types* identificados.

5.2.1. Traços semânticos do sujeito

A categoria de sujeito, argumento externo das construções com *visar*, pode ser dividida em três grupos, de acordo com os seguintes traços semânticos:

(A) [+animado] [+humano]

- (56) Da fortaleza de S. João, onde fomos destacados, como artilheiro do canhão Vóvó (calibre 550), que era então o de maior calibre no Brasil, **visamos** especialmente a descoberta de Vilegaigno, onde um celebre canhão Moncrieff não dava tréguas à nossa guarnição. [AC-29-12-1940]
- (57) Ao usar o jargão estafego, o juiz **visa** retratar a dimensão dos prejuízos causados à saúde financeira dos respectivos trabalhadores. [GD/Econ-12-03-2014]

Em (56) e (57), respectivamente, o sujeito de *visar* é o pronome elíptico “Nós” e o SN “o juiz” que apresentam o traço [+animado] e [+humano], caracterizado pelo papel temático de *agente*. Essa configuração foi constatada em 15 (07 na sincronia e 08 na diacronia) ocorrências, equivalentes a 2,77% dos contextos de usos de *visar*.

(B) [-animado] [-humano]

- (58) Seria aqui de praxe o velho chavão de que a obra **visa** preencher uma lacuna bem notavel em nossas letras didacticas, circunstancia que a torna por si só mais recomendável. [AC-16-03-1930]
- (59) A proposta, que está em vigor, **visa** conferir, em situações de gravidade, a segurança aos magistrados (...). [GD/Pol-01-11-2013]

Já em (58) e (59), nota-se que os sujeitos das orações, formados pelos SNs “a obra” e “A proposta”, apresentam as características de [-animado] e [-humano]. Essa configuração foi constatada em 516 ocorrências (125 na diacronia e 391 na sincronia), equivalentes a 95,37% dos contextos de usos de *visar*. Heine (1993) assevera que, a partir do estágio 3 de GR, o verbo passa a ter referentes não-humanos, significando que ele está eliminando as restrições de seleção e desempenhando outras funções que não a de verbo pleno.

(C) [+animado] [-humano]

(60) De fato, a formação da personalidade humana cabe primordialmente à família e, com numa grande proporção a escola **visa** à mesma finalidade, ela simplesmente prolonga a ação da família e dela recebe a autoridade necessária para êste fim. [AC-03-08-1958]

(61) Os mineiros vão receber o Coritiba, de Alex, às 21 horas, no Independência. Por outro lado, o Alviverde, que reencontrou o caminho das vitórias, **visa** encostar novamente no G-4. [GD/Esp-12-09-2013]

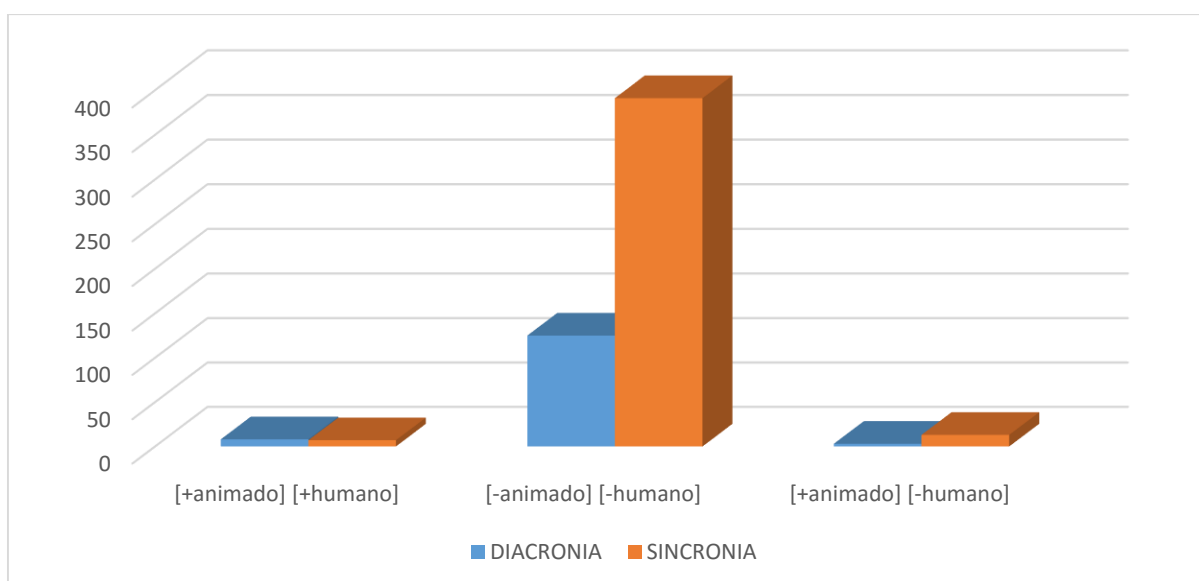
Em (60) e (61), os sujeitos de *visar* são os SNs “a escola” e “o Alviverde”. Nota-se que, nesses SNs, não há características humanas, contudo, ainda permanece a ideia de animacidade, uma vez que, ao reportar-se aos substantivos “escola” e “Alviverde”, estamos falando de todas as pessoas que compõem a instituição e o time do Coritiba. Sobre isso, Castilho (2010) assevera que o traço [+/-humano] subordina-se ao traço [+animado], dado que um referente animado não precisa ser necessariamente humano. Assim como acontece nesse exemplo, aparecem, no nosso *corpus*, outras 16 ocorrências (13 na diacronia e 3 na sincronia), equivalentes a 2,95% das ocorrências em contexto de *visar*, nas quais o traço humano está se esvaziando, podendo ser alcançado a partir de um cálculo de sentido, fundado no contexto, conforme acabamos de expor. Esse esvaziamento configura um passo importante no processo de mudança de *visar* em direção à construção “visa + infinitivo”, configurando um aspecto da abertura contextual constatada em seus usos mais abstratos.

Sendo assim, encontramos no *corpus* as seguintes quantificações:

Tabela 8: Traços semânticos do sujeito.

CONSTRUÇÕES	FREQUÊNCIA			
	Sincronia		Diacronia	
[+animado] [+humano]	8	5,88%	7	1,72%
[-animado] [-humano]	125	91,91%	385	95,06%
[+animado] [-humano]	3	2,20%	13	3,20%

Gráfico 6: Traços semânticos do sujeito.



Nota-se que os fatores [-animado] e [-humano] foram maioria em nosso *corpus*. Sobre isso, Cezario (2001) justifica que a GR ocorre com esses fatores uma vez que os referentes inanimados, geralmente, não provocam a quebra da cadeia tópica, ou seja, o desvio de atenção, e, com isso, o tópico pode ser representado por uma anáfora zero, conseqüentemente, como um indício da reanálise categorial e da mudança semântica que acompanham o processo de mudança via GR.

Percebe-se por essas considerações de Cezario quanto as características de [-animado] [-humano] são importantes, pois ocasionam tantas outras características de um processo de GR mais avançado. Se não há quebra de cadeia tópica e a oração subordinada pode ser representada por uma anáfora zero, isso incidirá em: (i) menos material fonético entre as orações; e (ii) os sujeitos, das duas orações, serão os mesmos. Essas duas conseqüências resultam numa maior integração das cláusulas,

proposição feita por Lehmann (1988), e que nos permite afirmar que o processo de GR do verbo principal está num estágio avançado.

5.2.2. Traços semânticos dos complementos internos

Dividimos, também, as ocorrências encontradas a partir dos traços semânticos dos complementos de acordo com as distinções em (A) e (B):

(A) [Afetado]

Segundo Neves (2000), os verbos que recrutam esse tipo de complemento são os considerados verbos transitivos prototípicos. Esse verbo possui um objeto que é paciente da mudança, ou seja, ele é afetado pela ação verbal, e possui um sujeito que é agente: [(Suj)^{ag} (V)^{vtd} (Obj)^{afetado}]. No *corpus* sincrônico, não encontramos ocorrências desse tipo de complemento, encontramos, tão somente na diacronia, 3 casos. Segue um deles:

- (62) Um superior como o que fica debuxado, no quadro precedente e por entre cujas sombras não deixarão os leitores de **visar** o vulto angelico, majestoso e imponente, desse anciação venerável, no qual vê o clero cuiabano sei chefe, os súbditos obdece, adorão, idolatrão em cumprem sem exame e sem reflexão, as ordens e determinações, por que sabem que ellas não podem deixar de trazer o cunho da justiça. [OL-19-02-1874]

No exemplo, o sujeito é o SN “os leitores”, *visar* aparece significando “mirar/olhar” e o complemento recrutado é o objeto direto “o vulto angelico” que recebe a ação de forma paciente, sendo assim, afetado pelo verbo.

(B) [Alvo]

Nesta classificação, o objeto não sofre mudança física, como no caso do complemento afetado. Tem-se, aqui, o objeto que indica meta, ou seja, é o alvo da ação do verbo. Seguem os exemplos encontrados em nosso *corpus*:

- (63) A existência da “cortina de ferro” **visa** a estabelecer uma muralha intransponível, que esconda aos olhos do mundo civilizado a barbárie reinante na chamda “zona do silêncio”. [AC-28-06-1953]
- (64) E o projecto em apreço **visa** justamente pôr termo a taes abusos, que ferem de frente o principio constitucional da divisão, harmonia e independencia dos poderes, cabendo ao Judiciario e só a elle, o exame e julgamento de todas as causa que disserem respeito á Fazenda Nacional ainda mesmo quando se tratar da interpretação de simples contractos, na conformidade do artigo 6º, da Constituição da Republica.[AC-12-10-1930]
- (65) Vereador apresenta projeto de lei que **visa** diminuir estupros praticados por adolescentes contra crianças. [24HN>NOT>29-02-2014].
- (66) A Lei de autoria do deputado estadual, Ademir Brunetto (PT), entrou em vigor em dezembro de 2013 e **visa** amenizar os danos ambientais causados pelos gases poluentes emitidos pelos automóveis. [AMT>Polít-19-02-2014]

Nos quatro exemplos acima, aparecem sujeitos [-animado] e [-humano], porém, com características agentivas, respectivamente, são eles: “A existência da cortina de ferro”, “O projecto em apreço”, “O projeto de lei”, “A lei”. Sendo assim, o traço de volição pode ser percebido a partir da agentividade do sujeito. Em (63), (64), (65) e (66), o predicador *visar* é um VT que recruta “orações”, “a estabelecer”, “pôr termo a taes abusos”, “diminuir [...]” e “amenizar [...]” respectivamente, como complemento interno dessas frases. Em (64), apresenta-se o material interveniente “justamente”. Todos esses complementos são considerados alvos, pois se entende que eles designam a meta/alvo de *visar* e, em todos os casos, a ocorrência contígua de *visar* mais oração no infinitivo configura o contexto tático para a reanálise categorial do verbo à auxiliar na construção em processo de GR.

5.2.3. Acepções de uso de *visar*

O sentido do verbo em estudo também foi dividido em três classificações, assim como apresentam as gramáticas e os dicionários:

(A)[+ concreto] = dirigir a vista para/olhar

No recorte diacrônico, a única ocorrência desse significado foi a (8) exposta no *Visar* 1 e aqui apresentada novamente, com nova numeração, a título de exemplificação.

(67) Um superior como o que fica debuxado, no quadro precedente e por entre cujas sombras não deixarão os leitores de **visar** o vulto angelico, majestoso e imponente, desse ancião venerável, no qual vê o clero cuiabano seu chefe, os súbditos obdece, adorão, idolatrão em cumprem sem exame e sem reflexão, as ordens e determinações, por que sabem que ellas não podem deixar de trazer o cunho da justiça [OL-19-02-1874].

Nesse esse exemplo, percebemos que o sujeito “os leitores” realizam a ação de *olhar em direção* ao “vulto angélico”, complemento interno de *visar*. Embora o dicionário apresente esses sinônimos para o verbo *visar*, não encontramos, no recorte sincrônico, essa acepção mais concreta do verbo, podemos, então, afirmar que esse já é um uso que caiu em desuso pelo falante/escritor.

(B)[- concreto] = ter como objetivo/propor-se

Seguem as ocorrências extraídas de nosso *corpus* que ilustram o que estamos chamando de uso [-concreto] do verbo *visar*:

(68) Não ha lei alguma o creando, ato siquer do Intendente autorizando a sua fundação; é um fructo spurjo da cachola do tenente Mello que só **visa** arrancar do povo mais alguns mil réis de cada rês abatida. [OR-07-03-1920]

(69) Cauteloso sobre o assunto, Wellington falou ainda que primeiro **visa** o fortalecimento da sigla, para em um segundo momento pensar em coligação. [GD/Pol-30-10-2011]

Em (68) e (69), os sujeitos apresentam os traços [+animado] e [+humano] e ambos são substantivos próprios: “tenente Mello” e “Wellington”, respectivamente. Esse traço semântico do argumento externo de *visar* é, portanto, imprescindível para

sua descrição em termos de [-concretude] e não de [+abstração], conforme apresentaremos na sequência. Os argumentos internos recrutados por esse predicador, em (68) é “arrancar do povo mais alguns mil réis de cada rês abatida” e, em (69), é um SN “o fortalecimento da sigla”.

(C)[+ abstrato] = ter como objetivo/propor-se

As ocorrências abaixo, extraídas de nosso *corpus*, ilustram o que estamos chamando de usos [+abstratos] do verbo *visar*:

(70) A coexistência Soviética **visa** a erosão do solo – mergulhando progressivamente terras livres no mar da tirania comunista. [AC-02-09-1951]

(71) A iniciativa **visa** a orientar os motoristas quanto à necessidade do uso do cinto de segurança e dos perigos de dirigir após ingerir bebidas alcoólicas. [GD/Ev-04-03-2014]

(72) Planejamento antecipado **visa** sensibilizar ministros. [DC/Pol-04-10-2013]

Em (70), (71) e (72), o sujeito corresponde, respectivamente, ao SN “A coexistência Soviética”, “A iniciativa” e “Planejamento antecipado”. Nas três ocorrências, os traços [-animado] e [-humano] estão presentes, o que é critério para a classificação desses usos de *visar* como pertencentes ao sentido [+abstrato]. Dessa forma, se o significado “ter por objetivo/propor-se” é o mesmo dos usos apresentados em [-concreto], a abstração defendida aqui está condicionada ao fato de que pretender, almejar, ter por objetivo, são ações atribuídas a seres com faculdades cognitivas para isso, ou seja, o sujeito da ação para essa característica semântica, necessitaria ser humano. Apesar disso, não é o que se verifica quando notamos que *visar*, nesse sentido, pode recrutar um argumento externo que não se refere a seres humanos. É exatamente essa extensão contextual que marca o que estamos chamando de usos mais abstratos de *visar*, embora o sentido do verbo seja o mesmo dos usos [-concretos]. Como argumentos internos, temos, em (70), o SN “a erosão do solo”, em (71), o SV que ocupa o espaço de um SP “a orientar os motoristas” e, em (72), o SV que ocupa o espaço de um SN, “sensibilizar ministros”.

As acepções de uso de *visar* apresentam-se, resumidamente, no Quadro 7:

Quadro 7: traços semânticos e acepções de *visar*.

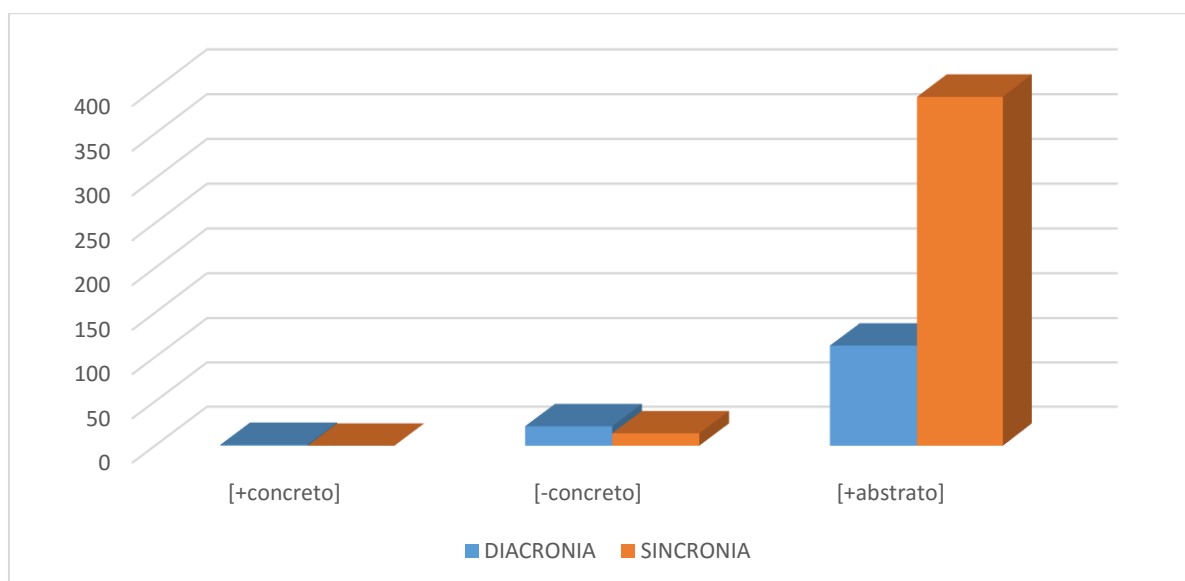
Traço Semântico	Acepções	Ocorrências
[+concreto]	Dirigir a vista para/olhar	(73) Um superior como o que fica debuxado, no quadro precedente e por entre cujas sombras não deixarão os leitores de visar o vulto angelico, majestoso e imponente, desse ancião venerável (...)[OL-19-02-1874].
[-concreto]		(74) Cauteloso sobre o assunto, Wellington falou ainda que primeiro visa o fortalecimento da sigla, para em um segundo momento pensar em coligação. [GD/Pol-30-10-2011] (75) “Foi uma articulação arдил, principalmente pelo líder do prefeito, Leonardo Oliveira (PTB), que visa frustrar a fiscalização do Legislativo”, rebateu. [GD/Pol-21-08-2013]
[+abstrato]	ter como objetivo/propor-se	(76) A iniciativa visa a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio. [GD/Cid-23-02-2014] (77) A iniciativa visa a orientar os motoristas quanto à necessidade do uso do cinto de segurança e dos perigos de dirigir após ingerir bebidas alcoólicas. [GD/Ev-04-03-2014] (78) Planejamento antecipado visa sensibilizar ministros. [DC/Pol-04-10-2013]

Com esta apresentação, pretendemos evidenciar que:

- (i) o traço semântico [+concreto] realiza-se pela acepção “olhar”;
- (ii) os traços semânticos [-concreto] e [+abstrato] realizam-se, diferentemente, por meio de uma mesma acepção, “ter como objetivo”.

Partindo dessas evidências, constatamos, de acordo com Borba (1990), que as naturezas das relações que o predicado estabelece com os seus argumentos é que determinará o estatuto sintático-semântico dos verbos. Sendo assim, nota-se, a partir dessas apresentações, que o que subsidia a distinção em dois tipos semânticos distintos do verbo, [-concreto] e [+abstrato], é uma informação, também de natureza semântica, que vem do sujeito. Ou seja, quando o SN sujeito apresenta os traços [+humano] e [+animado], como em (68) e (69), o uso é analisado como [-concreto], porque está mais próximo do mundo das experiências sensório-motoras e cognitivas, do que quando o SN sujeito apresenta os traços [-humano] e [-animado], como em (70), (71) e (72), em que o uso é analisado como [+abstrato]. O sentido [+abstrato] deve ser associado, portanto, aos usos mais gramaticalizados do verbo, e, por isso mesmo, também mais frequentes, como mostra o Gráfico 7:

Gráfico 7: Acepções de uso do verbo *visar*.



O Gráfico 7 também evidencia que, nas ocorrências pertencentes ao *corpus* sincrônico, não foram encontradas construções de “dirigir a vista para” [+concreto], fato que ocorreu 1 vez na diacronia, expressando 0,18% de todo o *corpus*. Já com um sentido [-concreto] “ter como objetivo, propor-se”, obtivemos 22 ocorrências na diacronia e 14 na sincronia, equivalentes a 6,65% do total das ocorrências pertencente ao total das 541 ocorrências (diacronia e sincronia). O sentido [+abstrato] “ter como

objetivo, propor-se” é, sem dúvida, o mais utilizado pelos sujeitos da amostra investigada, com 136, na diacronia, e 391 ocorrências, na sincronia (93,16%), corroborando, portanto, a correlação entre frequência de uso e maior grau de GR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos uma análise sintático-semântico-pragmática do item *visar* num caminho de mudança de seu estatuto categorial, saindo de um verbo pleno e adquirindo traços de perífrase na marcação de intencionalidade/volição, perpassada por uma projeção de tempo futuro. Para tanto, utilizamos os postulados teóricos da Linguística Funcional, mais especificamente, a teoria da Gramaticalização, entendida, aqui, como “processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (MARTELOTTA *et al.*, 1996, p. 46).

Utilizamos como *corpus*, para tal investigação, os jornais publicados no estado de Mato Grosso em dois recortes temporais, a saber: sincrônico, século XXI, e diacrônico, séculos XIX e XX. A complementação entre esses dois recortes, perspectiva pancrônica, nos possibilitou, não somente observar as polissemias e multiplicidade de formas e funções apresentadas pelo objeto de estudo, como, também, comprová-las na história da língua e traçar um trajeto de mudança percorrido por *visar*, comprovando os postulados de Coseriu (1979), de que a língua se encontra em constante “fazimento”, ou seja, a língua é viva e dinâmica. Entendemos que as mudanças que nela ocorrem provêm das necessidades comunicativas, é no falante/escrevente a partir de suas necessidades e intenções de comunicação que surgem as mudanças.

A partir do levantamento etimológico de *visar* e dos usos levantados e analisados, neste trabalho, a explicação cognitiva para o processo e os usos de *visar* identificam-se, conforme aponta Houaiss (2001), com o fato de esse verbo, com o sentido de *ter por objetivo*, ter surgido da palavra francesa *viser*, tendo o primeiro registro no ano de 1.160 com o significado especificamente de *dirigir o olhar em direção a um alvo para lançar algo nesta direção*. Correlacionamos a essa etimologia, o que Meillet (1912 *apud* TRAUGOTT, 2001) apontou, em seus estudos sobre o *bleaching* semântico: a fonte, aqui representada pela forma e significado originais de *visar*, mais concretos (*olhar = mirar* um *alvo = objeto concreto* específico), reflete uma ação humana elementar, *olhar*, e de, a partir desse olhar, *mirar um alvo*, também concreto. Esse significado fonte dá origem ao significado da forma-alvo, *ter por objetivo*, pois entendemos que, quando há algo a ser almejado, volta-se o olhar, o

desejo de conquistar tal coisa e, para isso, lança-se à ação para obtê-la. Há, portanto, a passagem de um sentido mais concreto e básico, para outro mais abstrato e cognitivamente complexo, por meio de mudanças fundamentais nos aspectos estruturais e semânticos do contexto de usos do item, até alcançar a construção “visar + infinitivo”, em co-textos em via de cristalização e altamente recorrentes, que contribuem para o sentido ainda mais abstrato de volição, apontando para uma possível inferência de futuridade.

Partindo desse deslizamento semântico, as ocorrências de *visar*, classificadas em oito *types*, foram analisadas e distribuídas num *continuum* entre os seus diferentes usos e acepções, partindo do mais concreto (*visar* 1) em direção ao mais abstrato (*visar* 8). Nos quais *visar*, no primeiro estágio, é um verbo pleno, tendo um significado concreto que recruta como argumento externo um sujeito agente [+humano] e [+animado] e um argumento interno que recebe a ação. Já no último, o item tem significado abstrato e recruta como sujeito nomes [-humanos] e [-animados] e se une a orações no infinitivo, formando uma construção com marcações de volição em contexto que permite inferência de futuridade.

Nesse percurso, do mais gramatical para o mais abstrato, *visar* passa por várias pequenas mudanças, como apresentamos no capítulo de análise, comprovando que as mudanças na língua não são abruptas, são graduais. Destaca-se, nesse longo trajeto, o Visar 3, ponto em que se observa a ambiguidade de sentido, *type* em que encontramos a atuação da metáfora e da metonímia, responsáveis pela transferência de significados. Observamos que o significado mais concreto de *visar*, *dirigir a vista*, contribuiu para um significado mais abstrato *ter como objetivo*. Entendemos que esse salto metafórico de significado se deu por meio da contiguidade, ou seja, por meio da ação da metonímia, que é capaz de captar a gradualidade desse processo de mudança semântica, em contextos que propiciam a ambiguidade e a transferência de significado.

Dessa forma, *visar*, significando *olhar*, *mirar*, mais concreto, mais próximo à experiência física do falante, a partir do aumento da frequência de uso, passa por um estágio de polissemia, tendo como resultado uma outra acepção do verbo, a de *pretender*, *almejar*, *ter por objetivo*, associada ao contexto do ato de fala, portanto, mais abstrata. Consideramos esse significado de *visar* mais abstrato uma vez que ele

tem carácter cognitivo [-concreto] e recruta como sujeito palavras marcadas pelas características [-animado] e [-humano].

Essa característica do sujeito [-animado] e [-humano] mostrou-se preponderante para o processo de mudança de *visar*, uma vez que, quando referentes inanimados são recrutados, dificilmente, como salienta Cezario (2001), haverá quebra da cadeia tópica. Sendo assim, o sujeito da cláusula subordinada pode ser uma anáfora zero. A partir daí, outros fatores decorrerão: (i) menos material fonético entre as orações; e (ii) os sujeitos, das duas orações, serão os mesmos.

Percebemos, por meio desse trabalho, que são as relações que o predicado estabelece com os seus argumentos que determinarão o estatuto sintático-semântico dos verbos. Sendo assim, cria-se um processo de mudança em cadeia: o que subsidia a distinção em dois tipos semânticos distintos do verbo, [-concreto] e [+abstrato], é uma informação, também de natureza semântica, que vem do sujeito.

Sobre o complemento recrutado por *visar*, aparece um SV que integra uma oração reduzida de infinitivo, de acordo, portanto, com o processo de dessentencialização, segundo Lehmann (1988), em que o verbo perde a função de principal da oração e passa a exercer função de auxiliar com forte marcação de volição e possível inferência de tempo futuro, a partir do “desbotamento” de significado, no qual um sentido “ter como objetivo” soma a outro, o de “volição”, num uso mais gramaticalizado. Para essa mudança, também se mostrou imprescindível o *type 5*, que possibilita a passagem de um complemento introduzido por preposição com núcleo constituído por nome deverbal para um complemento oracional, com o verbo correspondente. A condição contextual pode ser descrita em termos de um nome deverbal que é substituído por um verbo, dentro de uma construção que se cristaliza com o tempo.

Esse processo de mudança de *visar* reporta aos postulados de Haiman (1991) e Bybee (2010) no que se refere ao processo de rotinização da língua, para o primeiro, e o aumento da frequência de uso, para a segunda. Percebe-se, pois, através do percurso de mudança, que o item forma uma nova construção, documentada pela frequência de uso na escrita/fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. Norma linguística, hibridismo & tradução. *Traduzires*, Brasília v. 1, n. 1, 2012, p. 19-32.
- _____; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n.1, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.
- BARRETO, Rosana Pinho Muniz. *Estudo da Gramaticalização de preposições que expressam os conceitos de direção, localização e percurso no português e no italiano*. Dissertação (mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- BOLINGER, Dwight. Intonation and Gesture. In: *American Speech*, No. 2 p. 156-174. Duke university Press. 1983. <http://www.jstor.org/stable/455326>. Acessado: 16/01/2015.
- BORBA, F.S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- BYBEE, Joan. Usage-based Phonology. In DARNELL, Michael *et al.* (Ed.) *Functionalism as formalism in linguistics*. v.1. John Benjamins Publishing. 1999. p. 211-242.
- _____. Mechanisms of Change Grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (eds.) *The Handbook of historical linguistics*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003, p. 602-623.
- _____. *Frequency of Use and the Organization of Language*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 313-335.
- _____. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University press, 2010.
- BUENO; Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico – prosódico da Língua Portuguesa*. 8º volume, 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 1968. p. 4270.
- CARVALHO, Cristina dos Santos. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *O Achar no português do Brasil: Um caso de Gramaticalização*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP. 1999.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Língua falada e Gramaticalização. In.: *Revista Filologia e Linguística portuguesa*, São Paulo: Universidade de São Paulo. n. 1, 1997, p. 107-120.
- _____. *et al. Historiando o Português Brasileiro: histórias das línguas, variedades, gramaticalização, discursos*. Relatório das atividades desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, 2003.
- _____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEZARIO, Maria Maura. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de Doutorado (Linguística) – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COUTINHO. Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro. Acadêmica, 1971.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO, José Hamilton. *Gramática*. 20ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 471.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*. 4ª edição. Rio de Janeiro – 1967. p. 1070.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 4ª edição. 14ª Impressão. Porto Alegre: Editora Globo. 1969. p. 599.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. 1975. p. 1465.

FISCHER, Olga. 2000. Grammaticalisation: Unidirectional, non-reversible? The case of to before infinitive in English. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 14/10/2014.

_____. *On Analogy as the Motivation for grammaticalization*. Amsterdam Center for Language and Communication. 2008. <http://hdl.handle.net/11245/2.60695>. Acesso:14/02/2015.

FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Volume V, 2ª edição. Livraria José Olympio. 1954. p. 5208.

GONÇALVES, Sebastião Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HAIMAN, John. Iconic and Economic Motivation. In: *Language*, Volume 59, nº 4, Linguistic Society of America, 1983. p. 781-819. Publicado por Linguistic Society of America, <http://www.jstor.org/stable/413373>. Acessado: 07/12/2014.

HOPPER, Paul. On some principles of gramaticalization. In: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. Jonh Benjamins Publishing Company. Amsterdam/ Filadelfia. 1991.

_____; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HEINE, Bernd; REH, Mechthild. Grammaticalization and reanalysis. In: *African Languages*. Hamburg: Helmut Booke Verla, 1984.

_____; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. From cognition to grammar: Evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. Amsterdam/ Filadelfia: Jonh Benjamins Publishing Company, 1991, p. 149-188.

_____. *Auxiliaries: Cognitive forces and grammaticalization*. Oxford: University Press, USA, 1993.

_____; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUCÁ, Pedro Rocha. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*, 2009, Cuiabá.

LAKOFF, George; JOHSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: The univeristy of Chicago press, 2003, p. 8-23.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra A. (eds.), *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam & Philadelphia: j. Benjamins, 1988. Disponível em: www.christianlehmann.eu/publ/linkage.pdf. Acesso em: 23/10/2014

_____. Thoughts on grammaticalization, 1995. Disponível em: www.christianlehmann.eu/publ/linkage.pdf. Acesso: 26/10/2014

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. O princípio da iconicidade e a sua atuação no português do Brasil. São Paulo: *Revista Filologia*, 2007, p. 83-96.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A Gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. Campinas. Tese de Doutorado- Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, 2003.

LOPES-DAMASIO, Lúcia Regiane. *A emergência do marcador discursivo Assim sob a óptica da Gramaticalização: Um caso de multifuncionalidade e (inter)subjetivação*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, UNESP/ São José do Rio Preto, 2008.

_____. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. Tese de Doutorado. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP/São José do Rio Preto, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Departamento de Linguística e Filologia – UFRJ. 1996.

_____. Gramaticalização de conectivos portugueses: uma trajetória do espaço para o texto. In.: *Estudos Linguísticos*, 2, Edições Colibri/ Lisboa, 2008, p. 41- 60.

MORENO, Augusto; JUNIOR, Cardoso; MACHADO, José Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Confluência. 10ª edição, volume XI, 1945. p. 759.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. SciELO-Ed. UNESP, 2003.

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise e ensino*. João Pessoa: Idéia (2004): 13-28.

NEWMAYER, Frederick J. *Iconicity and Generative Grammar*. Language, Vol. 68, N. 4, 1992. Publicado por: Linguistic Society of America. <http://www.jstor.org/stable/416852>. Acessado: 15/01/2015.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. *Orações Adjetivas em Língua Portuguesa – uma abordagem pancrônica*. Belo Horizonte: Scripta, v.5, n.9, 2001, p. 92-103.

PEIRCE, C.S., 1932. Collected Papers of Charles Sanders Peirce. HAIMAN, John. Iconic and Economic Motivation. In: Language, Volume 59, nº 4, Linguistic Society of America, 1983. p. 781-819. Publicado por Linguistic Society of America, <http://www.jstor.org/stable/413373>. Acessado: 07/12/2014.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In.: FIORIN, José Luiz. *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO. Mato Grosso: Arquivo Público de Mato Grosso. 1887-1888. <http://www.apmt.mt.gov.br/site/revistas-do-arquivo-publico-de-mato-grosso>. Acesso: 03/12/2015.

RÓNAI, Paulo. *Dicionário Francês-Português, Português-Francês*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lexikon. 2012. p. 573.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York: Cambridge University Press, 1991. p. 13-18.

THOMPSON, Heloise Vasconcellos Gomes. *Do léxico à gramática: os diferentes usos de tipo*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/ Filadélfia. 1991.

_____.; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/ Filadélfia. 1991.

_____. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. 1995.

_____. *Legitimate counterexamples to unidirectionalidad*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 14/10/2014.

_____. *Grammaticalization*. In: *Continuum Companion to Historical Linguistics*. 2010.

_____.; TROUSDALE, Graeme. Gradience, gradualness and grammaticalization: How do they intersect. In: _____. *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010, p. 19-44.

_____. Pragmatics and language change. In: ALLAN, Keith; JASZCZOLT, Kasia. *Pragmatics and language change*. Cambridge Handbook of Pragmatics. Cambridge: Cambridge. 2011.

VOTRE, Sebastião. Um paradigma para a linguística funcional. *Revista Alfa*, São Paulo, 41(n.esp.), 1997, p. 25-40.

Sites

www.24horasnews.com.br

www.agoramt.com.br

www.primeirahora.com.br

www.g1.com.br/tvca

www.gazetadigital.com.br

www.diariodecuiaba.com.br

BIBLIOGRAFIAS

BRETTSCHEIDER, Gunter. Zur Typologie komplexer Sätze. *Apud*: LEHMANN, C. Thoughts on grammaticalization, 1995. Disponível em: www.christianlehmann.eu/publ/linkage.pdf. Acesso: 26/10/2014.

GAMILLSCHEG, Ernst. 1957. Historische französische Syntax. *Apud*: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/ Filadélfia. 1991.

GIACALONE, Ramat, Anna. 1998. Testing the boundaries of grammaticalization. *Apud*: TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 14/10/2014.

GIVÓN, Talmy. On the development of the numeral 'One' as an indefinite marker. *Folia Linguistica Historica* 2 35-54. *Apud*: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/ Filadélfia. 1991.

_____. On understanding grammar. London: Academic Press, 1979. *Apud*: LONGHIN, S. R. *A Gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. Campinas. Tese de Doutorado- Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, 2003.

_____. (Ed.) Topic continuity in discourse: a quantitative cross-language study, 1983. *Apud*: LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *O princípio da iconicidade e a sua atuação no português do Brasil*. São Paulo: *Revista Filologia*, 2007, p. 83-96.

HAIMAN, John. Motivation, repetition and emancipation: the bureaucratization of language. *Apud*: HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, Paul. Emergente Grammar and Apriori Grammar Postulate. 1988. *Apud*: CASTILHO, Ataliba T. de. Língua falada e Gramaticalização. In.: *Revista Filologia e Linguística portuguesa*, São Paulo: Universidade de São Paulo. n. 1, 1997, p. 107-120.

KURYLOWICZ, Jerzy. La nature des procès dits analogiques. *Apud*: HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LANGACKER, Ronald W. Syntactic reanalysis. *Apud*: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. *Approches to Grammaticalization*. Volume I. Amsterdam/ Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, p. 189-218.

LORD, Carl, 1976. Evidence for syntactic reanalysis: From verb to complementizer in Kwa. *Apud*: HEINE, B; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. From cognition to grammar: Evidence from African Languages.

LOS, Bettelou. 1999. Infinitival Complementation in Old and Middle English. *Apud*: TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 14/10/2014.

LI, Charles N. ;THOMPSON, Sandra Annear. Subject and topic: a new typology of languages. *Apud*: LEHMANN, C. Thoughts on grammaticalization, 1995. Disponível em: www.christianlehmann.eu/publ/linkage.pdf. Acesso: 26/10/2014.

LICHTENBERK, Frantisek. On the gradualness of grammaticalization. *Apud*: CARVALHO, Cristina dos Santos. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia* (Rivista di Scienza) 12, n. 26, 1912. *Apud*: TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 14/10/2014.

_____. Linguistique historique et linguistique générale. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912. *Apud*: GONÇALVES, Sebastião Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

NICHOLS, Johanna; TIMBERLAKE, Alan. 1991. Grammaticalization as retextualization. *Apud*: TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 14/10/2014.

ZIEGELER, D. Redefining Unidirectionality: Is there life after modality? *Apud*: GONÇALVES, Sebastião Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.